

MARIA JURACI ALVES CÂMARA

**EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM
CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA**

Orientador: Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

Co-Orientadora: Professora Doutora Ana Benavente.

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2016

MARIA JURACI ALVES CÂMARA

**EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM
CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 24 de maio de 2017, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 10/2017, de 11 de janeiro de 2017, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa

Arguente: Professora Doutora: Maria Neves Gonçalves

Coorientador: Professora Doutora: Ana Benavente

Orientador: Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2016

EPIÍGRAFE

É na clareza da mente
que explode a procura do novo processo,
e o que é meu direito eu exijo e não peço
com a intensidade de quem quer viver
e optar: ir ou não por ali.

[...]

Oswaldo Montenegro (1980)

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Denílson, Caio e Acácio. A força motriz, razão da minha determinação e luta em busca do título de Mestre, tão importante para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial à minha irmã e madrinha, que sempre me socorreu nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, Professor Doutor Emmanuel Sabino, pelos conhecimentos transmitidos e pelas orientações, bem como ao meu Coorientador, Professora Doutora Ana Benavente, pelas valiosas observações sobre o meu trabalho dissertativo e a todos que compõem a Faculdade Adelmar Rosado, pela oportunidade e reconhecimento profissional.

RESUMO

Educação Fiscal nas escolas: um contributo para a educação da cidadania, título desta dissertação, cuja finalidade é contribuir para a inserção de novas práticas educativas que proporcionem ao jovem estudante o conhecimento de seus direitos e deveres, como cidadão participativo.

Assim, apresenta-se como objetivo geral propor novas práticas educativas nas escolas para o desenvolvimento da Educação Fiscal como incentivo ao exercício da cidadania. Como objetivos específicos, estudar que procedimentos as escolas poderão utilizar para proporcionar aos seus alunos conhecimentos sobre Educação Fiscal, identificar com os gestores qual a importância da inserção da Educação Fiscal na matriz curricular das escolas públicas estaduais e, identificar os dispositivos que poderão ser usados para estimular a participação social como resultado desse processo educativo.

A metodologia utilizada envolveu pesquisas de natureza qualitativa e quantitativo descritivo, sendo a primeira realizada por meio de estudo teórico, observando correntes doutrinárias e bibliográficas sobre o tema em livros e revistas e, a segunda, realizada por meio de questionário com perguntas fechadas e entrevistas, em três escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Teresina-PI. O resultado mostrou desconhecimento da Educação Fiscal e a falta de interesse dos educadores num processo de formação voltado a concretização de uma educação cidadã, que estimule o jovem a participar e a fiscalizar as políticas públicas necessárias à sociedade.

Palavras-chave: Educação Fiscal; política educativa; cidadania.

ABSTRACT

Tax Education at School: a contribution towards education for citizenship, the title of this dissertation, aims at contributing towards the insertion of education policies that provide young students knowledge of their rights and obligations as active and participant citizens.

Thus, the general objective herein is to propose education policies at schools for the development of tax education as an incentive to exercise their citizenship and, as specific objectives, to study procedures schools can adopt to provide their students knowledge about tax education, to identify, together with school managers, what the importance of introducing Tax Education in the state schools curricula is and to identify devices that may be used to stimulate social participation as a result of such an education.

The methodology used for the research is of a qualitative nature, and the theory was based on research in doctrine and bibliographic information on the subject acquired through books, specialty journals and magazines and sites on the internet. It is also quantitative, descriptive and exploratory, having taken place in three schools of the public network of education in the city of Teresina-PI. The results showed that little is known about Tax Education and teachers are not keen to introduce such studies that contribute towards educating citizens that are aware of their rights and duties, nor to stimulate young people to participate and monitor public policies necessary to society.

Key words: Tax Education; Education policies; Citizenship.

ABREVIATURAS/SIGLAS

CGU	Controladoria Geral da União
DOU	Diário Oficial da União
EF	Educação Fiscal
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESAF	Escola Superior de Administração Fazendária
GEF	Grupo de Educação Fiscal
GEFE	Grupo Estadual de Educação Fiscal
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PDDE	Programa Dinheiro Direto nas Escolas
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
PNE	Plano Nacional de Educação
PEF	Programa de Educação Fiscal
PNEF	Programa Nacional de Educação Fiscal
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROMOTAF	Programa de Modernização da Administração Tributária e Financeira do Estado
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Curso à Distância – Disseminadores de Educação Fiscal	39
Quadro 2 – demonstrativo de matrículas da rede Pública estadual e Municipal.....	43
Quadro 3 – Professores do 3º ano do ensino medio - turno manhã, das escolas da rede estadual pesquisadas	85
Quadro 4 – Alunos do 3º ano do ensino medio - turno manhã, das escolas da rede estadual pesquisadas	85

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de conhecimento dos professores sobre o Programa de Educação Fiscal ...	87
Gráfico 2 – Participação no curso de Disseminadores de E.F.....	88
Gráfico 3 – O conteúdo do curso como subsídio a uma educação voltada à cidadania	89
Gráfico 4 – Forma de abordagem dos temas da E.F.....	89
Gráfico 5 – Temas abordados no curso	90
Gráfico 6 – Relação entre o Projeto Político Pedagógico e a E.F.	91
Gráfico 7 – Necessidade de conhecimento mais aprofundado sobre E.F.....	92
Gráfico 8 – Interesse na participação do curso de Disseminadores de E.F.	92
Gráfico 9 – Consciência do alunado sobre a origem dos recursos da escola	93
Gráfico 10 – Conhecimento sobre tributo	94
Gráfico 11 – Conhecimento sobre imposto	95
Gráfico 12 – Meios de aquisição de conhecimento sobre imposto	95
Gráfico 13 – Conhecimento da destinação dos impostos	96
Gráfico 14 – Conhecimento sobre patrimônio público por meio do professor	97
Gráfico 15 – Consciência sobre a importância do cuidado com a escola.....	98
Gráfico 16 – Responsáveis pelo cuidado com a escola	99
Gráfico 17 – Conhecimento sobre controle social por meio do professo.....	99
Gráfico 18 – Entendimento sobre cidadania	101
Gráfico 19 – E Nível de conhecimento dos alunos sobre o Programa de Educação Fiscal ...	101

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais	26
---	----

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ESTUDO E LEGALIDADE.....	 19
1.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Instrumento de organização do sistema educacional brasileiro.....	 28
1.1.1. A normatização do ensino da rede pública do Estado do Piauí.....	30
1.1.2. O sistema educacional do Piauí e o desenvolvimento de programas educativos ...	32
1.2. A Educação Fiscal no contexto brasileiro	36
1.2.1. A Educação Fiscal no contexto piauiense	45
1.2.2. A Educação Fiscal em outros países da América Latina.....	48
1.3. A Educação como ferramenta de conhecimento da concepção de Estado	50
1.3.1. O desenvolvimento histórico do conceito de cidadania	60
1.3.2. A Era do Conhecimento e o papel do Estado na defesa dos direitos sociais do cidadão.....	 64
1.3.3. A Educação como caminho para a cidadania	68
1.3.4. A família e a escola no contexto da cidadania.....	71
1.3.5. A Educação Fiscal no contexto da sala de aula	77
 CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	 82
2.1. Tipo de pesquisa	82
2.2. Universo e sujeitos da pesquisa.....	82
2.3. Elementos da pesquisa.....	83
2.4. Procedimentos para análise dos dados.....	83
 CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA ..	 84
3.1. Resultado e análise do questionário aplicado junto aos professores	86
3.2. Resultado e análise do questionário aplicado junto aos alunos	93
3.3. Resultado e análise da entrevista com os pedagogos	102
3.4. Resultado e análise da entrevista com os diretores	103
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES	115
APÊNDICE 2 QUESTIONÁRIO COM ALUNOS	117
APÊNDICE 3 ENTREVISTA COM PEDAGOGOS	119
APÊNDICE 4 ENTREVISTA COM DIRETORES.....	121
ANEXO 1 REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	123
ANEXO 2 PORTARIA INTERMINISTERIAL.....	130

INTRODUÇÃO

Em países em desenvolvimento, a relação Estado/Cidadão é caracterizada pela existência constante de conflitos e contradições, que dificultam sua convergência em prol dos objetivos comuns, qual seja o bem-estar da sociedade.

Do lado do Estado, representado pelos governantes, ocupantes de cargos públicos e políticos, percebe-se que nem sempre esses cumprem seus compromissos frente à sociedade, não considerando suas necessidades, administrando os recursos públicos de forma não eficaz, muitas vezes fazendo uso particular destes e não prestando contas de suas ações. Há que considerar, ainda, interferências políticas nas ações do Estado, fator que desagrade ao cidadão.

Por sua vez, uma parte dos cidadãos desconhece a concepção do Estado, seu funcionamento, evolução e sua função social e nem sempre têm consciência dos direitos do ser humano e do conceito de bem público. Em suma, esses cidadãos desconhecem como são utilizados os recursos arrecadados com os impostos, não se preocupam com a preservação dos bens que são da comunidade e, muitas vezes, trabalham contra o sucesso do governante, caso ele seja de partido político contrário ao seu. O mais grave é que esses indivíduos não têm consciência de que eles são os verdadeiros contribuintes, pois, mesmo quando não são obrigados a declarar seus rendimentos, pagam o imposto embutido no preço final das mercadorias que adquirem, como percebido por Luís Antônio L. M. Machado¹, quando afirma que: “... uma parcela da população não “se sente” contribuinte, pois tem a falsa impressão que, por não pagar “imposto de renda”, acaba por não ter gastos com tributos! E essa é a maior de todas as demonstrações de falta de consciência fiscal” (2013, p.1).

O aspecto principal desse impasse é que nenhuma das partes, Estado e cidadão, se dá conta das causas dessa falta de convergência de pensamento, bem como não procuram soluções para superá-las.

Inserido nesse contexto está o servidor público, que também é cidadão, mesclando sua condição simultânea de cidadão e de representante do Estado, uma situação bastante enfraquecida diante desse quadro de conflitos, se sente no direito de reclamar, de questionar e de lutar pelos interesses da sociedade, e também sabe que, como funcionário público, tem a responsabilidade de ajudar a mudar a conduta do Estado e melhorar o relacionamento social.

Para tanto, esse cidadão, também servidor público, precisa conhecer os instrumentos legais que servem de norteadores das ações institucionais, para o cumprimento

¹Disponível para consulta por meio do link: < <http://luisantoniolicks.wordpress.com/2013/10/14/a-necessidade-de-consciencia-fiscal-do-consumidor-brasileiro/%3E> Acesso em: 20/06/2014, às 17h:00min.

das obrigações sociais, bem como suas próprias ações no cumprimento de seus deveres. Ação possível através de um programa de capacitação e qualificação do servidor que poderia ser oferecida pelas instituições a que pertence.

O interesse da autora desta dissertação em desenvolver uma pesquisa no âmbito da Educação Fiscal surgiu a partir dessa percepção de conflito, que como servidora pública reconhecia constantemente em seu âmbito social, que somente cresceu em função de seu envolvimento profissional quando coordenou o grupo de trabalho responsável pelo planejamento e execução de ações voltadas à disseminação do Programa de Educação Fiscal no Estado do Piauí, buscando a sua universalização, como objetivo estabelecido pela Secretaria de Estado da Fazenda, órgão ao qual está vinculada profissionalmente, bem como por acreditar ser essa uma forma de contribuir para a formação do jovem estudante, principalmente, visando o desenvolvimento de uma consciência fiscal que possibilite a sua efetiva participação no desenvolvimento de políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Outro ponto a considerar é que essa consciência fiscal deve ser fruto da educação, que é o instrumento mais adequado para formar indivíduos conscientes do seu papel social e da quota de tributos que deve à sociedade. Portanto, um estudo mais aprofundado sobre o tema como objeto de uma dissertação de mestrado e tendo como fundamentação renomados estudiosos do assunto, certamente poderá, ao final, apresentar subsídios relevantes para a abordagem dessa Educação Fiscal nas diversas áreas e modalidades de ensino no Brasil.

No entanto, chama-se atenção para o cuidado que se deve ter ao desenvolver a Educação Fiscal, visto que esta não pode ser vista somente pelo prisma da arrecadação de impostos, mas, sobretudo, pelo aspecto da participação social de forma plena, em que o cidadão comum poderá, por força de um melhor conhecimento, ir fiscalizando as ações dos gestores governamentais e exigindo destes a correta aplicação dos recursos públicos.

Considera-se este o ponto de diferenciação em relação aos demais trabalhos já publicados envolvendo esta temática, o enfoque educacional, em que se busca como resultado uma formação cidadã. Isso significa a capacitação para a compreensão pelo indivíduo de seu papel como parte integrante de um espaço compartilhado com outros indivíduos que devem buscar meios a uma sobrevivência menos conflituosa e mais digna, o que representa o reconhecimento e respeito aos direitos, bem como aos deveres constitucionais.

Essa conscientização poderá demonstrar a responsabilidade desses indivíduos em face do grupamento social, preparando-os para um desempenho ativo na sociedade política,

levando-os a participar efetivamente das políticas sociais, a exemplo da fiscalização dos gastos prioritizados em orçamento e da arrecadação dos impostos previstos.

Vê-se assim, como é fundamental que as Administrações Governamentais, especialmente as Tributárias, por si mesmas, ou mediante convênios com outros organismos públicos e privados, busquem meios de desenvolver permanentemente ações que levem a uma consciência fiscal. Pois, considerando-se as características democráticas do tributo, uma vez que a todos é devido exigir o seu pagamento configura-se como um ato impositivo, o que por si só dificulta a sua arrecadação. Constantemente o contribuinte reage ao pagamento de impostos, normalmente pelo simples fato de não conhecer a destinação da arrecadação tributária. Deste modo, como a Administração Tributária deverá adotar políticas que busquem educar a sociedade quanto à importância da contribuição fiscal e da função social do tributo?

No intuito de encontrar uma resposta a esta problemática, estabeleceu-se como objetivo geral propor a inserção do tratamento da Educação Fiscal nas escolas como um contributo para a educação da cidadania, e como objetivos específicos, estudar que procedimentos as escolas pesquisadas podem utilizar para proporcionar aos seus alunos conhecimentos sobre Educação Fiscal, identificar os dispositivos que poderão ser usados para estimular a participação social como resultado de uma Educação Fiscal e identificar com os gestores educacionais qual a importância da inserção da Educação Fiscal na matriz curricular das escolas da rede pública estadual.

Para melhor entendimento, esta dissertação está estruturada em capítulos, a saber:

O capítulo I apresenta uma abordagem contemporânea sobre o sistema educacional brasileiro, fazendo um paralelo com a problemática de inserção da Educação Fiscal como ferramenta de conscientização e formação de cidadão participativo, destacando seus aspectos legais, fundamentando-se na legislação pertinente, a exemplo da Lei Darcy Ribeiro, **LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei n. 9.394, de 1996, bem como o processo de democratização do sistema educacional brasileiro, paralelo ao processo de redemocratização do país, iniciado na década de 1980 e os impactos da referida LDB na nova realidade social, corroborado por meio da cartilha **Gestão democrática nos sistemas e na escola** (GRACINDO, 2007), em parceria com a Universidade de Brasília – UNB e por Cury (2000), **Legislação educacional brasileira**, todas essas fundamentadas e embasadas na **Constituição Federal de 1988**, extensivamente referenciada nesta dissertação.

Em seguida, se discorre acerca da Educação Fiscal no contexto brasileiro, fundamentando-se no caderno 1 do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, BRASIL (2009), **Educação Fiscal no contexto social**; Estrela (1992), **Relação pedagógica**: Disciplina

e indisciplina na aula, ressaltando a escola como ambiente que vai além da transmissão do conhecimento, mas como espaço de incentivo a participação social e desenvolvimento das competências cognitivas e sócio afetivas; Mori (2003), **O processo de exclusão na educação**: O cursinho de segundo grau, tratando da educação como mecanismo de inclusão social; Buffon (2009), **Tributação e dignidade humana**: entre os direitos e deveres fundamentais, que também assevera a educação como mecanismo de condução à inclusão e igualdade social, indo além, quando ressalta a importância de disponibilizar a esses os meios de acesso à educação e cultura, e outros não menos importantes para a contextualização do tema apresentado.

Posteriormente, se faz uma abordagem da educação como ferramenta de conhecimento da concepção de Estado à luz do pensamento de Carraza (2011), **Curso de Direito Constitucional Tributário**, trazendo à tona a mudança de pensamento a partir da nova **Constituição Federal de 1988**, com a valorização dos direitos individuais e o retorno ao povo do poder de tributar; Marshall (1988), **Cosmologia do Capitalismo**, que divide a cidadania em três elementos: civil, político e social, para a melhor compreensão da gênese da consciência dos direitos do cidadão, como um processo histórico, lento e gradual; Marshall (1991), **Cidadania e Classe Social**, quando aborda a disseminação desses direitos às diversas classes sociais; Soares (2001), **Teoria do Estado**: novos paradigmas em face da globalização, que ressalta a importância do direito ao voto como instrumento na definição da condição cidadão.

O capítulo II apresenta os procedimentos metodológicos utilizados, à luz das orientações de Gil (2002), **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, que trata da natureza qualitativa e quantitativa descritiva da pesquisa, sendo qualitativa na medida em que foi realizada por meio de estudo teórico, observando correntes doutrinárias e bibliográficas sobre o tema em livros e revistas e quantitativa descritiva na medida em que permite a problematização em grupo fechado, promovendo o levantamento de dados como sexo, idade, formação escolar, o que viabilizou o melhor entendimento do problema apresentado, por meio do conhecimento de conceitos e ideal dos sujeitos existentes, bem como a possibilidade de uma modificação destes por meio da inserção do estudo da Educação Fiscal, e Martins Junior (2008), **Como escrever trabalho de curso**: instruções para planejar e montar trabalhos monográficos e artigos, que explana acerca dos instrumentos de coleta de dados, a exemplo do questionário, utilizado na presente pesquisa, sendo aplicado junto aos professores e alunos do 3º ano do Ensino Médio, turno manhã, de 3 (três) escolas da rede pública estadual de ensino de Teresina-PI, servindo também de roteiro de entrevista realizada com diretores e

pedagogos das respectivas unidades de ensino, aqui denominadas de Unidade Escola A, Unidade Escola B e Unidade Escola C, como forma de preservar a identidade institucional das Unidades de Ensino, assim como dos sujeitos já referidos.

A escolha pela aplicação de questionários deu-se em função da possibilidade de se construir perguntas à obtenção de respostas fechadas, com a finalidade de direcionar o foco da pesquisa aos objetivos propostos.

Já no capítulo III estão os resultados e respectivas análises, apresentados por meio de gráficos e tabelas, dos dados coletados com o corpo de alunos, professores, diretores e pedagogos das três escolas da rede pública estadual da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí.

Em seguida, têm-se as Considerações Finais onde se apresentam as ponderações acerca dos dados coletados, observando-se o alcance dos objetivos propostos na presente dissertação, bem como a apresentação de propostas que possibilitem a sistematização da Educação Fiscal como instrumento de cidadania, as Referências Bibliográficas como fundamentação teórica das discussões em torno da importância de uma formação voltada a uma cidadania plena, tendo a Educação Fiscal como meio de alcance dessa cidadania, os Apêndices, com os modelos de questionários e roteiros de entrevista aplicados junto aos sujeitos da pesquisa, acompanhado do modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como os Anexos, reunindo textos e documentos legais como forma de comprovação de algumas informações.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ESTUDO E LEGALIDADE.

O cenário atual da educação brasileira, na verdade, é resultado de todo um processo iniciado na época do Brasil colônia, que com a chegada dos portugueses e a vinda dos jesuítas em 1549, presenciou a inserção de um modelo europeu de educação, que além do curso elementar, dedicado ao ensino das primeiras letras, mantinham o secundário, Filosofia e Letras, e o superior, Teologia e Ciências Sagradas, destinados à instrução de sacerdotes, “não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia; trouxeram também os métodos pedagógicos” (BELLO, 2001, p.1). Modelo que perdurou no país até 1759, quando as divergências entre as ideias políticas do Estado, alimentadas por um contexto europeu de promoção do Iluminismo, movimento que defendia o uso da razão sobre a visão teocêntrica, entram em choque com a Igreja e resultam na expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo ministro do rei Dom José I e que viria a ser o futuro Marquês de Pombal.

Somente em 1808, com a mudança da sede do Reino de Portugal e a vinda da Família Real para o Brasil – Colônia e, conseqüentemente com a abertura dos portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808 por Dom João VI, a educação e a cultura tomaram um novo impulso diante do surgimento de instituições culturais e científicas de ensino técnico e dos primeiros cursos superiores de Medicina nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia. Embora nesse período da história, o objetivo maior era preparar profissionais em diferentes áreas para transações do mercado interno e externo, o ensino secundário declinou da sua importante função formativa para centralizar-se, apenas, na propedêutica. Situação que perdurou até à primeira Constituição Republicana, em 1889, que foi totalmente omissa no que tangia à educação (ROMANELLI, 1999; BELLO 2001).

Em 7 de setembro de 1822, Dom Pedro I proclama a independência do Brasil e, dois anos mais tarde, em 1824, outorga a primeira Constituição brasileira, declarando no art. 179 que, a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, confirmado pela Lei de 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e vilarejos, além de prever o exame de seleção de professores para nomeação (BELLO, 2001).

Acrescenta-se que a primeira contribuição da Lei de 15 de outubro de 1827 foi a de determinar, no seu artigo 1º, que as escolas de primeiras letras (hoje, ensino fundamental) deveriam ensinar, para os meninos, a leitura, a escrita, as quatro

operações de cálculo e as noções mais gerais de geometria prática. Às meninas, sem qualquer embasamento pedagógico, estavam excluídas as noções de geometria. Aprenderiam, sim, as prendas (costurar, bordar, cozinhar e etc) para a economia doméstica (MARTINS, 2001, p.1).

Bello (2001) ressalta o descontentamento social em relação à educação, bem como os poucos investimentos governamentais, durante todo o Império (1822-1888) e Primeira República, ou também denominada República Velha (1889-1929), somente vendo um despontar a partir da Revolução de 1930.

A educação, no entanto, continuou a ter uma importância secundária. Basta ver que, enquanto nas colônias espanholas já existiam muitas universidades, sendo que em 1538 já existia a Universidade de São Domingos e em 1551 a do México e a de Lima, a nossa primeira Universidade só surgiu em 1934, em São Paulo (BELLO, 2001, p.2).

A partir de 1930 vimos, paralelo ao despontar do operariado urbano o declínio da elite agrária rural, como resultado de uma crise do capitalismo a nível mundial, e o investimento Estatal na industrialização nacional, a exemplo da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda – RJ, da Companhia Vale do Rio Doce em Minas Gerais, que atualmente de capital misto, após sua privatização em 1997, é uma das maiores mineradoras do mundo, e do Conselho Nacional do Petróleo, como consequência do reconhecimento da necessidade de implantar-se uma política econômica nacional voltada ao capital estrangeiro.

A crise da economia agroexportadora nos anos 30 abalou o poder das classes proprietárias, mas, como as crises anteriores, tornou a favorecer o aumento da produção industrial nacional por meio do mecanismo de substituição de importações: diante das dificuldades de importação, novas fábricas foram criadas e as antigas passaram a empregar toda a capacidade produtiva. Entre 1933 e 1939, a indústria nacional cresceu 11,3%, contrastando com a agricultura, cuja produção aumentou apenas 1,7% (MENDES, 2009, p.1)².

Nesse sentido, Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde Pública, cria o Conselho de Nacional de Educação, voltando atenção especial à formação do social para atender às demandas desse novo cenário econômico industrial, marcado pelo investimento no ensino secundário e técnico, como o de contador e comerciante (MULLER, (2000-2011)).

A respaldar tal afirmação encontram-se as palavras de Ribeiro, quando elucida que:

² Disponível para consulta no link: <<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/decada-de-30-os-anos-de-incertezas/27596/>> Acesso em: 25/08/2014, às 10h:07min.

Ao procurar explicar os fatores que levam a (...) busca generalizada pela escola e à sua consequente ampliação – é certo que irregular, mas sempre presente em alguma medida – das unidades escolares, da matrícula e do número de professores, encontramos o fenômeno da urbanização, que se acelera cada vez mais a partir do final do século XIX, constituindo uma base social necessária a uma sociedade que, tornada nação, ainda que dependente no início do século XIX (1822), tem que assumir as responsabilidades dos aspectos internos das atividades de comercialização das mercadorias produzidas para o mercado externo. Sociedade que, a partir das primeiras décadas do século XX, passa a desenvolver também uma base industrial, para subsistir as importações de produtos simples a serem comercializados internamente (2000, p. 197).

Em contrapartida, também como desdobramento das ações desse Ministério tivemos a IV Conferência Nacional de Educação, que tendo como problemática central as diretrizes da educação popular, apresentou o **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**, um dos desdobramentos mais marcantes, uma vez que propunha uma visão de ensino único e integral, que por meio da escola pública obrigatória, laica e gratuita, “formassem indivíduos com a devida competência para a mobilidade social – ascensão social – fazendo, assim, com que ela se autonomizasse dos privilégios de nascimento” (MULLER, (2000-2011), p. 8), autor que também assevera que

A estrutura anterior à Revolução, que refletia mais radicalmente uma educação para a permanência e não para o questionamento, dividia o sistema de ensino em dois sub-sistemas: um ensino primário e profissional para aqueles que não “tinham condições” de aprofundar seus estudos e um ensino secundário e superior para aqueles que tinham condições – “aptidões naturais” – e necessidades de aprofundar seu conhecimento (MULLER, (2000-2011), p. 8).

Na visão da autora, esse Manifesto se faz relevante na medida em que significou não somente a oportunidade de diálogo conjunto entre os intelectuais da época por uma nova política educacional, bem como influenciou na elaboração da Constituição de 1934, com a reintrodução do ensino religioso, de forma facultativa, e a concepção da educação como direito de todos e dever do Estado, por meio de uma escola pública e gratuita.

É na Constituição de 1934, que pela primeira vez na história brasileira se faz referência à construção de diretrizes para a educação nacional, trazendo em seu art. 151, como competência do Estado e Distrito Federal a organização e manutenção de sistemas educacionais em conformidade à realidade regional e respeitando, é claro, as diretrizes estabelecidas pela União.

Atualmente, a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, cujo relator foi o senador Darcy Ribeiro, outorgada pelo então Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, rege o

ensino brasileiro, cuja estruturação se indica em seu artigo 21, da seguinte forma: Educação básica; Ensino fundamental e Ensino médio. Essa citada Lei traz no seu artigo 22 a finalidade da educação básica, conforme está grafado no texto:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL 2001, p. 19).

Nota-se no texto, uma preocupação dos parlamentares da época em preparar no espaço escolar o indivíduo para viver plenamente a sua cidadania. E, para efetivar este exercício, é necessário incluir no currículo escolar, além dos conteúdos voltados para a aprendizagem da língua, da Geografia ou da Matemática, outros conteúdos que abranjam a questão da moral, da ética, do sentimento de pertença social e, o desenvolvimento do senso crítico, no qual seja possível ao jovem estudante/cidadão a participação social, desenvolvendo neste uma consciência acerca da importância do controle e da fiscalização das ações dos Gestores Públicos quanto à arrecadação e aplicação dos recursos financeiros da nação, estado ou município, conforme salienta Ahlert:

Educação é a forma que os diferentes povos encontraram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Através de um processo de interação entre educadores e educandos reproduz-se o modo de ser e a concepção de mundo que esses povos foram construindo ao longo de sua história. Nesse processo acontece a construção de novos conhecimentos e das novas técnicas e forma para a reprodução da vida. É criação e recriação de conhecimento. Esse processo leva a práticas cada vez mais diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho socializando processos produtivos. Nesse conceito, educação é práxis teórica, política, pedagógica, afetiva e tecnológica. E, sendo isso, educação é práxis ética, porque visa a reproduzir e garantir essa vida em constante construção e reconstrução (2003 p.57-58).

Nos dizeres de Romanelli (1999), embora a lógica do decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 entendesse o ensino secundário, assim como o dos outros níveis, como fornecedor de uma consciência social, esse continuava a se apresentar apenas como preparatório para o curso superior, continuando a serviço de uma elite intelectual que se pretendia formar. O autor conclui que esse caráter elitista e de cunho conservador não seria devido apenas ao conteúdo curricular enciclopédico, mas também em decorrência do critério de avaliação, o que compreendemos ser limitador da capacidade de pensar de forma crítica e analítica do alunado.

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos estabeleciam, por seus artigos, um processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. É evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (ROMANELLI, 1999, p. 137, apud PALMA FILHO, 2005, p.5, grifo nosso).

Como se pode verificar, a educação no Brasil, além de ter estado atrelada às necessidades de mercado (oferta de mão-de-obra) e aos interesses das elites governantes se mostrava, por isso mesmo, elitista e de cunho conservador, servindo de instrumento a interesses outros, que não o da formação do homem consciente de seus direitos e deveres sociais.

Sobre a educação no Brasil e o desafio democratizante da mesma, Cury refere que:

Marcado por perdas, heranças advindas de uma formação social profundamente desigual e discriminatória até hoje presente, e urgindo pelas injunções mundializantes dos processos econômicos o Brasil tem de responder a um desafio: democratizar sem abrir mão da modernidade. Desafio mais pesado na medida em que aqueles que até hoje usufruíram dos bens da modernidade só aceitam sua democratização se não houver perda de seus privilégios. E os propugnadores da democratização desconfiam de muitos aspectos da modernidade devido a sua contaminação elitista e discriminatória. Cumpre à educação dar sua parcela de resposta a esse desafio a uma sociedade que aspira a uma participação dos bens socialmente produzidos, confiando na responsabilidade de seus profissionais, no dever constitucional dos poderes públicos e na participação da sociedade (2000, p. 548).

De outro tanto, é lugar comum que o direito à educação no Brasil ganhou força a partir das décadas de 1980 e 1990, quando se percebe uma maior preocupação mundial com a oferta de uma Educação para Todos, corroborada pelas discussões produzidas durante a Conferência de Jomtien, 1990, que resultou na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, objetivando erradicar o analfabetismo, universalizar o acesso à escola na infância e promover o acesso das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade. Proposta a qual o Brasil é signatário, mesmo que, segundo o Relatório de monitoramento de educação

para todos, esteja entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação para Todos até 2015³.

Objetivos esses, estabelecidos por meio do acordo de Dakar (Senegal), assinado por 164 países durante a Conferência Mundial de Educação em 2000, em que há o compromisso coletivo para a ação, com destaque para os que visam promover a Educação para Todos:

- I - mobilizar uma forte vontade política nacional e internacional em prol da Educação para Todos, desenvolver planos de ação nacionais e incrementar de forma significativa os investimentos em educação básica;
- II - promover políticas de Educação para Todos dentro de marco setorial integrado e sustentável, claramente articulado com a eliminação da pobreza e com estratégias de desenvolvimento;
- III - assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formação, implementação e monitoramento de estratégias para o desenvolvimento;
- IV - implementar estratégias integradas para promover a equidade de gênero na educação, que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas;
- V - criar ambientes educacionais seguros, saudáveis, inclusivos e equitativamente supridos, que conduzam à excelência na aprendizagem e níveis de desempenho claramente definidos para todos;
- VI - melhorar o status, a auto-estima e o profissionalismo dos professores;
- VII - fortalecer os mecanismos existentes para a aceleração do progresso à obtenção da Educação para Todos (BRASIL, 2008, p.9).

É nesse sentido que os ensinamentos de Gracindo esclarecem que:

Com a redemocratização do país, em meados de 1980, o Brasil começa a se organizar, utilizando-se de mecanismos democráticos que já havia experimentado em épocas anteriores e de novos mecanismos, construídos nesse momento de reconquista democrática. Nesse movimento de redemocratização do país, a sociedade exige também a democratização da educação. E esta se faz não somente com a garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola, mas também, com a delimitação de espaços para o exercício democrático (2007, p. 38).

Pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, foi dado ao direito à educação o *status* de direito social de ordem fundamental, conforme o Capítulo II do Título II, em seu artigo 6º, que inclui a educação como direito social, mesma condição atribuída ao direito à saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, e, da mesma forma, restou incluído na pauta da defesa dos direitos da criança e do adolescente quando no artigo 4º do Título I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elenca como direito de absoluta prioridade e dever da comunidade, família, sociedade em geral e poder público, assegurar, dentre outros, a educação à criança.

³Disponível para consulta no link:<file:///C:/Users/Iarissarocha/Downloads/159294POR.pdf> Acesso em: 11/08/2014, às 11h:00min.

Ainda acerca das expectativas educacionais, notadamente após a **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Cury (2000), afirma que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pode ser vista como um desafio ao Brasil para fazer valer o direito à educação escolar como um direito social. Esse direito encontra hoje uma nova oportunidade de fazê-la avançar por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014⁴, para vigorar de 2011 a 2020, apresentando dez diretrizes objetivas e 20 metas, visa iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, bem como a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

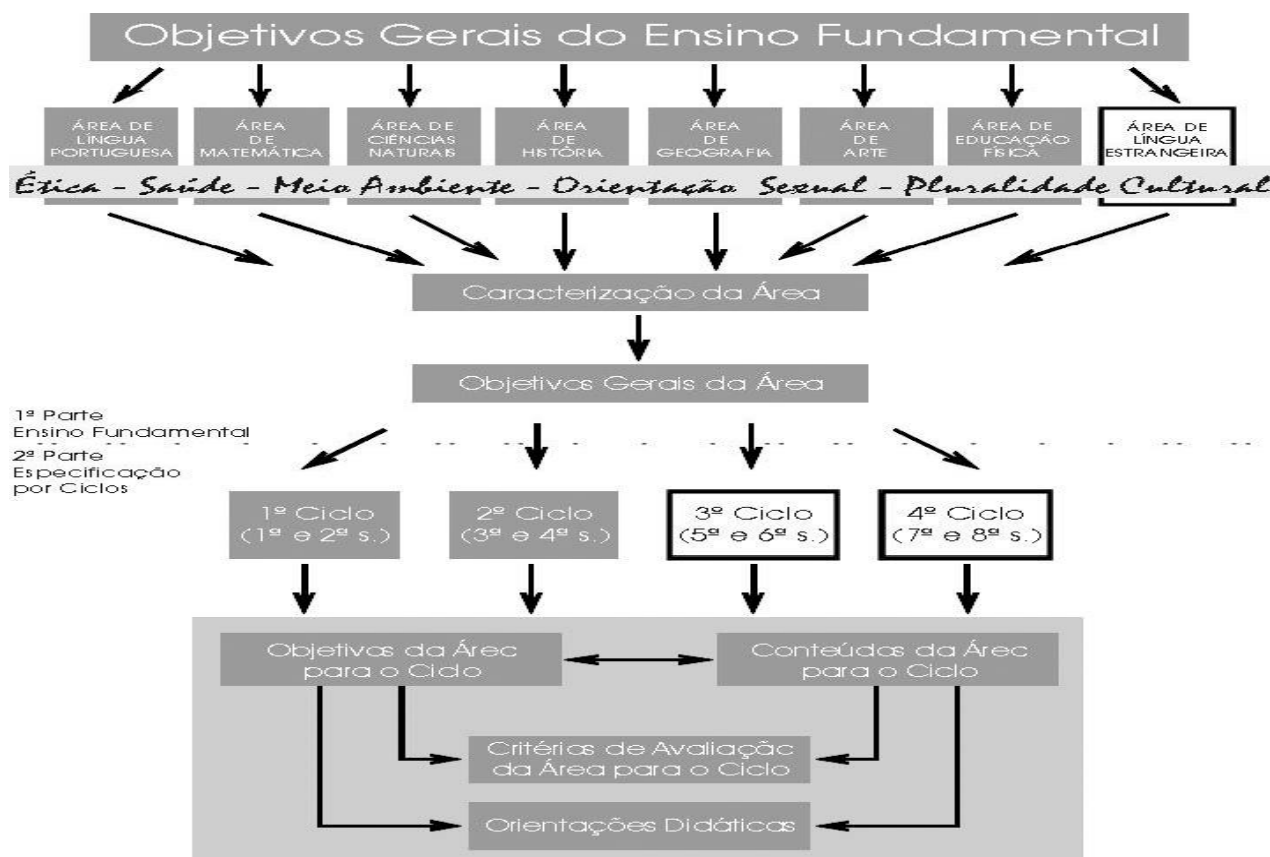
Art. 2º

São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação; e
- X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (BRASIL, 2014, p.1).

Neste ponto, ressaltam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, que trazem em seu bojo vários temas voltados para a formação do cidadão que também pode configurar-se como parte do processo de democratização do país, como exemplo, demonstram-se na ilustração abaixo as temáticas direcionadas ao ensino Fundamental.

⁴Disponível para consulta por meio do link:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>> Acesso em: 03/09/2014, às 12h:26min.

Figura 1 - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais

Fonte: Brasil/ Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais 2000, p. 71.

Deve-se ressaltar que são temas a serem trabalhados de forma transversal. Entretanto, nem sempre são trabalhados efetivamente e pedagogicamente, a partir de ações inseridas no planejamento pedagógico da escola, tendo sua execução acompanhada e avaliada de forma a mensurar e, ao mesmo tempo, perceber mudanças de comportamento e atitudes nos alunos, como resultado da abordagem desses temas pelas escolas.

A resolução nº 07/2010 do Ministério da Educação, fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, expondo em seu artigo 16, além dos temas já apresentados na figura acima, a inclusão de novos temas, que devem ser trabalhados de forma transversal, como: gênero, vida familiar e social, direitos da criança e do adolescente, estando em consonância com os temas sugeridos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), tais como: trabalho, ciência, tecnologia, diversidade cultural e, como prova de que vale a pena lutar pelo que se acredita ser importante para a melhoria de vida da sociedade, por meio de uma educação cidadã, a inclusão da Educação Fiscal. Isto representa o resultado de um esforço coletivo nacional daqueles que entendem estar na

Educação Fiscal o meio mais adequado de incutir nas pessoas a sua importância como cidadão merecedor de uma convivência social justa e igualitária.

Antes da resolução nº 07/2010, já apresentada, se percebia a falta da inclusão nos referidos Parâmetros Curriculares de outros temas, também considerados importantes como componentes do processo de formação do indivíduo como, por exemplo, o tributo e sua função social. Essa percepção abrangia igualmente os Parâmetros relativos para o Ensino Médio, que apesar de mais subjetivos na indicação dos temas, preveem, também, de acordo com a LDB, a diversidade do currículo no qual se possa inserir, transversalmente, conteúdos voltados para a formação do jovem como cidadão participativo, conforme citação abaixo:

A parte diversificada do currículo destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Art. 26 da LDB). Complementa a Base Nacional Comum e será definida em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar. Do ponto de vista dos sistemas de ensino, está representada pela formulação de uma matriz curricular básica, que desenvolva a Base Nacional Comum, considerando as demandas regionais do ponto de vista sociocultural, econômico e político. Deve refletir uma concepção curricular que oriente o Ensino Médio no seu sistema, ressignificando-o, sem impedir, entretanto, a flexibilidade da manifestação dos projetos curriculares das escolas. A parte diversificada do currículo deve expressar ademais das incorporações dos sistemas de ensino, as prioridades estabelecidas no projeto da unidade escolar e a inserção do educando na construção do seu currículo. Considerará as possibilidades de preparação básica para o trabalho e o aprofundamento em uma disciplina ou uma área, sob forma de disciplinas, projetos ou módulos em consonância com os interesses dos alunos e da comunidade a que pertencem (BRASIL, 2000, p. 22).

Pode-se, ainda, acrescentar como outra referência importante para esse estudo, a observação contida nos referidos Parâmetros sobre o Ensino Médio, quando diz o seguinte:

O currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: *a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva*, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva (BRASIL, 2000, p. 15, *grifo do autor*).

Entende-se que, para uma convivência social harmoniosa, o cidadão precisa tomar conhecimento da origem dos recursos utilizados pelo governo no desenvolvimento das políticas públicas e, sendo possível, a partir desse conhecimento, despertar nesse cidadão a importância do cuidado que este deve ter com o patrimônio público, uma vez que este, sendo fruto do pagamento de uma parcela dos impostos que lhe é devido, também é sua a responsabilidade pela aquisição desse patrimônio.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 assevera que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade; visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL 1999, p. 117).

Retrocedendo um pouco mais na leitura da referida Carta Magna, em seu Capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 6º, lê-se o seguinte:

São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1999, p. 12).

Nesse contexto, é salutar reconhecer a grandeza do texto constitucional brasileiro, na medida em que determina tratamento igualitário a todos os brasileiros, assegurando acesso à educação gratuita com objetivo de formar cidadãos críticos e participativos. Fica assim evidente que, o que falta é a elaboração de políticas educativas que concretizem essa determinação e, ainda, que se deposite na educação a esperança de mudança, mas não apenas na educação para a demanda profissional, e sim na educação que forme o cidadão consciente e preparado para participar amplamente das demandas da sociedade.

1.1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Instrumento de organização do sistema educacional brasileiro.

O título IV, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LBD nº 9.394, de 1.996), apresenta a forma de organização da educação do Brasil, sendo que o artigo 8º, diz: “a União, os estados, o Distrito Federal, e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” (BRASIL 2001, p. 12). E, no parágrafo 1º, do mesmo artigo, essa mesma Lei, refere que, “caberá à união a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis de sistema e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (BRASIL 2001, p. 12). Isto significa a autonomia de cada ente na elaboração de seu sistema de ensino, tendo, entretanto, que seguir as normas estabelecidas pela União, previstas no Plano Nacional de Educação, plano este, elaborado em regime de colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996, classifica a educação em dois níveis (art.21), já apresentados anteriormente, sendo, a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o Ensino Superior (aberto a candidatos que tenham concluído o Ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo) (BRASIL, Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, 1965).

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

[...]

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

[...]

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

A resolução nº 04 do Ministério da Educação (MEC)⁵, de 13 de julho de 2010, define as diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica, em conformidade com o disposto na alínea “c” do parágrafo primeiro do artigo 9º da Lei número 4.024 de 1961, redação incluída na Lei 9.131 de 1995, e Lei 9.394 de 1996, alterada pela Lei 11.741 de 2008, pelo Decreto 5.154/2004, fundamentando-se no parecer do Conselho Nacional de Educação número 7 de 2010, publicado no Diário Oficial da União no dia 9 de julho de 2010.

Vale ressaltar que o artigo terceiro da resolução nº 04 de 13 de julho de 2010, Conselho Nacional de Educação, retrata a importância de políticas e práticas de ensino que busquem proporcionar ao educando uma formação voltada para o exercício da cidadania, quando diz que:

Art.3º As Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as etapas e modalidades da educação básica devem evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais, culturais, educacionais, e a função da educação, na sua relação com um projeto de Nação, tendo como referência os objetivos constitucionais, fundamentando-se na cidadania e na dignidade da pessoa, o que pressupõe igualdade, liberdade, pluralidade, diversidade, respeito, justiça social, solidariedade e sustentabilidade (BRASIL, 2010, p. 1).

Observa-se ainda que, a Resolução número 4/2010, em seu capítulo um, que apresenta as formas para a organização curricular, no artigo treze orienta que o currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, e a promoção de práticas educativas formais e não formais (BRASIL, 2010).

Em síntese, o sistema educacional deve ser organizado sempre se observando o cuidado necessário à formação do educando em sua integralidade, significando a capacidade

⁵ Disponível para consulta por meio do link: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> Acesso em: 03/09/2014, às 12h:34min.

deste de conviver em sociedade, participando de ações políticas e sociais em benefício da coletividade, seja no papel de agente contribuinte, de fiscalizador ou de controlador.

Diante do exposto, propomos que possa ser promovida junto às escolas, a inserção de novo assunto temático, o da conscientização da responsabilidade fiscal de cada um de nós, a ser trabalhada transversalmente, visando trazer informações sobre como é importante estarmos atentos não apenas ao pagamento dos impostos, mas o que pode e deve resultar dessa nossa ação. Tal ensino pode ser desenvolvido via atos simples, tais como recorrendo a jogos, a representações teatrais, algo lúdico que simplifique e, ao mesmo tempo, demonstre claramente que os impostos pagos pelos cidadãos têm que ter retorno benéfico a toda a sociedade em que os mesmos são cobrados. Exemplificando, ainda, incutir nos formandos a real noção da importância de solicitar nota fiscal para as compras que fazem ou um serviço que pagam. É através da nota fiscal que o Estado recolhe os impostos pagos pelo cidadão quando estes efetuam seus vários pagamentos.

1.1.1. A normatização do ensino da rede pública do Estado do Piauí

O Conselho Estadual de Educação do Piauí é o órgão responsável pela normatização do Sistema Estadual de Ensino, criado pela Lei 4.600 de 30 de junho de 1993, além das funções deliberativas e consultivas, tem a finalidade de promover, orientar e disciplinar o ensino público e privado.

O capítulo três, artigo seis, incisos de um a onze, do Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Piauí⁶ (Anexo I), descreve a sua competência, aqui se apresentando, as que se julgou mais importantes para a fundamentação da presente dissertação, tendo em vista o entendimento de sua autora pela relevância dessas competências em propor ações ou políticas inovadoras no sistema educacional do Estado, com a finalidade de contribuir para a sua melhoria, a exemplo do II Fórum de Educação do SINEPE/PI, com o tema: “Como as Instituições de Ensino no Piauí têm se posicionado e agido diante dos novos paradigmas na Educação e da realidade que enfrenta no dia a dia da vida acadêmica”⁷, ocorrido no dia 15 de junho de 2014, com a participação de representantes da rede privada de ensino, Centro Universitário – UNINOVAFAPI e da Ordem dos Advogados – OAB/PI.

⁶ Aprovado pelo Decreto Estadual Nº 10.661, de 22 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí na edição nº 209, de 30/10/2001. Disponível para consulta por meio do link: < <http://www.ceepi.pro.br/institucional.htm> > Acesso em: 19/08/2014, às 13h:18min.

⁷ Informação obtida por meio de matéria “II Fórum de Educação do SINEPEPI”, no *site* do Conselho Estadual de Educação do Piauí, veiculada em meio eletrônico, link de acesso: < <http://www.ceepi.pro.br/Galeria%20de%20imagens/II%20F%C3%B3rum%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20SINEPEPI%2006.13.htm> > Acesso em 21/08/2014, às 10h17min.

- III. Promover estudos e divulgação de assuntos de interesse da educação e propor medidas para melhoria do ensino;
- VIII. Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional e baixar normas complementares que assegurem o cumprimento das diretrizes da legislação nacional no âmbito do Sistema Estadual;
- IX. Relacionar matérias dentre as quais os estabelecimentos de ensino poderão escolher as que devam constituir a parte diversificada do currículo;
- XI. Promover Seminários de Estudo sobre temas de relevância para a educação, por iniciativa própria ou em parceria com a Secretaria de Educação ou a Universidade Estadual (PIAUÍ, 2001, p.1).

A Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), órgão da administração direta do Governo, é quem gerencia o sistema educacional de acordo com as diretrizes do Plano Estadual de Educação, aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação.

Para a execução da política educacional a cargo da SEDUC, foram criadas as Gerências Regionais de Educação, como unidades de descentralização dos serviços, subordinadas ao Secretário de Educação, tendo por finalidade planejar, coordenar, orientar, supervisionar, inspecionar e controlar as atividades educacionais da educação básica nas respectivas áreas de jurisdição. São 21 (vinte e uma) Gerências Regionais com sede nos municípios de Parnaíba, Barras, Piripiri, Teresina/Centro, Campo Maior, Regeneração, Valença do Piauí, Oeiras, Picos, Floriano, Uruçuí, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Bom Jesus, Corrente, Fronteiras, Paulistana, Teresina/Grande Teresina, Teresina/Sul, Teresina/Nordeste e Teresina/Sudeste.

Cada uma dessas Gerências tem sob a sua jurisdição uma determinada quantidade de escolas (sendo em torno de 800 escolas em todo estado), de acordo com suas localizações, nas etapas do ensino Fundamental e Médio, tendo em vista que a educação Infantil é de responsabilidade do município. São as Gerências Regionais de Educação que elaboram juntamente com os gestores educacionais das escolas jurisdicionadas o Projeto Político Pedagógico (PPP) correspondente ao ano letivo. Neste Projeto são inseridos, além das atividades curriculares normais, os temas transversais a serem trabalhados no período⁸.

Vale ressaltar que no momento da preparação do PPP deve participar ativamente toda comunidade escolar, alunos, docentes e representantes da comunidade na qual a escola está inserida, na perspectiva de conhecer os anseios e necessidades da comunidade, visando à formação integral do estudante. Entende-se, ainda, que a elaboração do PPP deve contar com a participação de instituições e órgãos que desenvolvam ações sociais voltadas para o

⁸ Informação obtida por meio da Supervisora de Educação Fiscal da SEDUC, por ocasião de reunião do grupo de trabalho de Educação Fiscal, realizada na Escola Fazendária, no mês de dezembro/2010 em Teresina - PI.

estímulo ao exercício da cidadania, o que compreende a fiscalização, acompanhamento e controle das ações voltadas ao desenvolvimento das políticas públicas.

A exemplo de órgãos que realizam trabalho nesse sentido menciona-se o Ministério da Educação e Cultura e o da Fazenda, por meio das Secretarias de Educação e Fazenda dos estados e municípios, da Receita Federal do Brasil, bem como da Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Federal e Estaduais, com as ações do Programa de Educação Fiscal, que, pela Portaria Interministerial nº 413 (Anexo II) atuam em parceria a fim de promover a Educação Fiscal com vistas à formação de uma consciência fiscal, bem como uma formação cidadã, ansiando uma melhor relação entre Estado e cidadão.

Art. 1º Implementar o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF com os objetivos de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Dentro dessa perspectiva de formação cidadã e a sensibilização da função social do tributo a CGU promove o programa “Um Por Todos e Todos Por Um! Pela Ética e Cidadania!” que, em parceria com Instituto Maurício de Sousa, busca, de forma lúdica, por meio dos personagens na Turma da Mônica, envolver estudantes, família, professores e a comunidade a refletir sobre a gestão do Estado e organização social⁹.

Estimular os indivíduos, desde pequenos, a se apropriar dos atributos de sua condição cidadã é investir em uma formação ao mesmo tempo crítica e altruísta. Essa orientação, no futuro, resultará em cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, mais atentos aos atos dos governos e, sobretudo, aptos a exigir da Administração Pública maior transparência e efetividade, além de uma gestão mais sensível aos anseios da sociedade (PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO: TURMA DA MÔNICA, 2014).

1.1.2. O sistema educacional do Piauí e o desenvolvimento de programas educativos

O Piauí, Estado que se localiza na região Nordeste do Brasil, conforme contagem populacional realizada em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), totaliza 3.119.015 habitantes, correspondendo a 1,64% da população nacional.

O Estado apresenta graves problemas socioeconômicos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Piauí, com média de 0,713, é o terceiro menor no

⁹ Informação obtida por meio de matéria “**Prevenção da Corrupção > Turma da Mônica**”, veiculada em meio eletrônico, site da Controladoria Geral da União (CGU), link de acesso: < <http://www.cgu.gov.br/PrevencaoCorrupcao/TurmaMonica/index.asp> > Acesso em: 22/08/2014, às 10h:53min.

ranking nacional. O índice de analfabetismo é o segundo maior do país (24,3%). O estado apresenta Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 4.662 reais, em 2007, sendo considerado o menor entre todos os estados. O índice de mortalidade infantil é o menor da região Nordeste, 27,2 óbitos a cada mil nascidos vivos.

Quanto à educação, apesar do alto índice de analfabetismo, o Estado tem se sobressaído positivamente nos últimos anos. Embora, de acordo com o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), este resultado esteja diretamente relacionado à rede particular de ensino, sendo esta, realmente, digna de reconhecimento, ocupando a 8ª posição no *ranking* nacional das 300 melhores escolas avaliadas no ENEM de 2012. O Piauí conta com 05 instituições, todas da rede privada de ensino, no *ranking* divulgado pela revista eletrônica, EXAME.com¹⁰.

Em se tratando do ensino público, já não se pode afirmar o mesmo, apesar de um sensível avanço percebido em virtude do desenvolvimento da Educação Integral¹¹, numa proposta de ensino que vá além da ampliação da jornada escolar, primando pelo desenvolvimento do alunado de forma completa, promovendo o respeito às diferenças tanto culturais e territoriais, como de sexo, idade, gênero e orientação sexual, conforme descrição no planejamento das atividades do Programa Mais Educação Passo a Passo, que reconhece a diversidade de ações pedagógicas a serem promovidas em busca da integração social do aluno.

O ideal da Educação Integral traduz a compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2011, p.1-2).

Essa Educação Integral, desenvolvida por meio do Programa Mais Educação, e mais recentemente, do Programa de Educação com Mediação Tecnológica Mais Saber que, segundo o **Guia de Atuação – Professor Mediador – Diretor da Unidade Escolar – Coordenador da Gerência Regional de Educação**¹², elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, tem como objetivo central:

¹⁰ Disponível para consulta por meio do link:< <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-500-melhores-escolas-do-pais-no-enem>> Acesso em: 20/03/2014, às 11h:00min.

¹¹ Informação obtida por meio da cartilha “Educação integral: texto referência para o debate nacional”, publicado em 2009, pelo Ministério da Educação, disponível por meio do link de acesso: <file:///C:/Users/larissarochoa/Downloads/cadfinal_educ_integral.pdf> Acesso em: 19/08/2014, às 11h:05min.

¹² Disponível no *site* Mais Saber, por meio do link<<http://www.programamaissaber.com.br/noticias/guia-de-atuacao-do-programa-mais-saber-20121930>>Acesso em: 20/03/2014, às 11h:00min.

qualificar a oferta da educação básica, através do ensino à distância com mediação presencial, nas diferentes modalidades de ensino, para atender a população residente em áreas urbanas e rurais, e suprir o *déficit* de profissionais habilitados conforme preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96 (PIAUÍ, (2010-2014), p. 2).

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial número 17, de 24 de abril de 2007¹³, integra as suas ações ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como estratégia do Governo Federal, objetivando induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular com uma perspectiva de Educação Integral. Como diretrizes norteadoras desse modelo de educação, duas merecem destaque:

Art. 6º.

[...]

II - promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;

VI - fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada (BRASIL, 2007, p.6).

Com isso o Programa espera impactar algumas ações socioeducativas, como: a redefinição da função social da escola, e a melhoria no comportamento dos alunos no que se refere à interação social, desenvolvimento de hábitos alimentares, respeito e valorização do patrimônio público e capacidade de expressão e comunicação. Constam ainda no planejamento do Programa, as atividades que devem ser desenvolvidas de forma a utilizar o tempo de permanência dos estudantes na escola com acompanhamento pedagógico; desenvolvimento de projetos: meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção e saúde; educomunicação (conjunto de ações destinadas a integrar às práticas educativas o estudo sistemático dos sistemas de comunicação); investigação no campo das ciências e educação e economia.

Em 2013, 230 escolas da rede pública de ensino aderiram ao Programa Mais Educação no Piauí, mais de 7.300 alunos em regime de tempo integral¹⁴. Não se pode negar a importância do Programa Mais Educação para a melhoria do ensino básico. O Estado do Piauí tendo sido elogiado pelo MEC¹⁵, por meio de relatório, em função do ter estendido sua

¹³Disponível para consulta por meio do link: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/mais_educacao/port_17_120110.pdf> Acesso em: 20/03/2014, às 11h:00min.

¹⁴Informação obtida por meio de matéria “Governo do Piauí dobra investimentos para criação de escolas de tempo integral”, publicado em 21/11/2013, às 05h:35min., no *blog* “meionorte.com”, veiculada em meio eletrônico, link de acesso: <<http://www.meionorte.com/blogs/josefortes/governo-do-piaui-dobra-investimentos-para-criacao-de-escolas-de-tempo-integral-275460>> Acesso em: 18/08/2014, às 12h:54min.

¹⁵ Informação obtida por meio de matéria “MEC elogia em relatório de execução do programa Mais Educação no Piauí”, publicado em 10/02/2014, às 07h:40min., no *blog* “meionorte.com”, veiculada em meio eletrônico, link

jornada de aulas da rede pública estadual de 5 para 7 horas diárias durante os 5 dias da semana, enquanto nos demais estados da federação a carga horária estendida somente é oferecida durante 3 dias semanais.

Entretanto, essa ação não é suficiente para garantir a qualidade deste nível educacional. Fato comprovado pelo alto índice de analfabetismo apresentado pelo IBGE no início deste tópico. Talvez seja necessário se observar como as atividades ou temas propostos estão sendo desenvolvidos e, se, somente estes, atendem ao que é necessário para a formação do cidadão.

Outra observação importante é que o Mais Educação não abrange todas as escolas da rede estadual, apresentando, por meio do **Manual Operacional da Educação Integral**¹⁶, uma série de critérios diferentes para as escolas do campo e da zona urbana, o que no entendimento desta autora dificultam a adesão. A exemplo da exigência de pelo menos 50 % do seu corpo de alunos pertencentes ao Bolsa Família, programa de transferência de renda direta que abrange brasileiros com “renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos”¹⁷, uma tentativa em promover a integração entre as políticas educacionais e sociais.

O Programa Mais Educação estabeleceu os seguintes critérios para seleção das unidades escolares urbanas em 2014: Escolas contempladas com PDDE/Educação Integral nos anos anteriores; Escolas estaduais, municipais e/ou distrital que foram contempladas com o PDE/Escola e que possuam o IDEB abaixo ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais, IDEB anos iniciais < 4,6 e IDEB anos finais < 3,9, totalizando 23.833 novas escolas; Escolas localizadas em todos os municípios do País; Escolas com índices igual ou superior a 50% de estudantes participantes do Programa Bolsa Família.

O Programa Mais Educação estabeleceu os seguintes critérios para seleção das unidades escolares do campo em 2014: Municípios com 15% ou mais da população “não alfabetizados”; Municípios que apresentam 25% ou mais de pobreza rural; Municípios com 30% da população “rural”; Municípios com assentamento de 100 famílias ou mais; Municípios com escolas quilombolas e indígenas (BRASIL, 2014, p.17).

Ressalta-se aqui, o Programa Mais Saber, como já referido, que foi criado recentemente com a finalidade de elevar a escolaridade dos jovens e adultos piauienses e, conseqüentemente, aumentar a inclusão social por meio da universalização da educação

de acesso: <<http://www.meionorte.com/efremribeiro/mec-elogia-em-relatorio-execucao-do-programa-mais-educacao-no-piaui-285571.html>> Acesso em: 30/05/2014, às 12h:10min.

¹⁶Disponível para consulta por meio do link: <file:///C:/Users/larissarochoa/Downloads/manual_operacional_de_educacao_integral_2014.pdf> Acesso em: 18/08/2014, às 12h:54min.

¹⁷ Informação obtida por meio de matéria “Bolsa Família”, publicada no *blog* do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), “MDS.gov.br”, veiculada em meio eletrônico, link de acesso: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 19/08/2014, às 09h:38min.

básica em todo o Estado, concretizando seu objetivo central e revolucionário que é chegar aos mais distantes locais da Unidade Federativa, e oferecer educação de qualidade para alunos que antes não tinham acesso ao ensino.

De acordo com a proposta do Programa, as dificuldades de acesso aos centros escolares e a falta de profissionais habilitados para o exercício da docência serão sanadas, tendo em vista a utilização da tecnologia de ponta para a oferta da educação básica.

As aulas, conforme o Programa são transmitidas via satélite, com pontos de recepção instalados em cada um dos 156 municípios abrangidos, tendo em todos esses pontos um profissional da educação, preferencialmente um professor, para mediar as conferências, aulas e palestras. A princípio, são 300 pontos de recepção distribuídos nos 156 municípios referidos, dos quais 174 pontos estão na zona rural, o que, sem dúvida, proporcionará maior abrangência ao projeto e possibilidade de formação à zona rural. Ainda segundo informações do Programa, os ambientes escolares estão equipados com *kits* tecnológicos e proporcionam meios de interatividade entre estúdio e ponto de recepção. Em 2012, foi ofertado a 1ª série do Ensino Médio, preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e reforço escolar para as 1ª e 2ª séries.

É indiscutível a importância da implantação de mais um Programa voltado à disseminação do ensino, que realmente viria a contribuir para a inclusão social. O que não se deve é descuidar-se de uma formação cidadã, que se caracteriza pelas abordagens de temas que tenham como finalidade a formação do indivíduo em toda sua plenitude, como o conhecimento dos seus direitos e deveres sociais e individuais.

Neste sentido, atenta-se para o Programa de Educação Fiscal como um meio de efetivação de uma educação cidadã, visto a proposta de abordagem de temas exatamente voltados à construção da percepção e do pensamento crítico do estudante, que o leva à condição de cidadão participativo.

1.2. A Educação Fiscal no contexto brasileiro

No Brasil, além de uma série de projetos de modernização administrativa e de um conjunto de propostas específicas de mudança na relação Estado/cidadão, o Governo Federal, através dos Ministérios da Fazenda e da Educação, vem implantando amplamente o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), sob a coordenação da Escola de Administração Fazendária (ESAF), destinado a despertar no cidadão uma consciência que possibilite exercer plenamente a cidadania e o controle social da área fiscal (BRASIL, 2010).

O Programa para o ensino da Educação Fiscal se baseia em três eixos: valores, cidadania e cultura fiscal, o que no entendimento de Rivillas (2010), visa despertar no alunado a responsabilidade e compromisso com atitudes e normas que venham a contribuir para o bem comum, além de explicar aos mesmos a importância do pagamento de impostos e a finalidade destes, sendo fundamental a parceria com a Educação, a fim de assegurar o alcance da Educação Fiscal para a formação das novas gerações.

Valores → com a Educação em valores pretende-se que os jovens construam uma posição crítica. No âmbito de socialização que representa a escola, os alunos podem por em prática sua capacidade de decidir livremente, levando em conta seus próprios interesses individuais e coletivos.

Cidadania → o ensino da cidadania é fundamental na hora de compreender a cultura fiscal de um país. É importante que se relacionem direitos e deveres dos cidadãos na construção da democracia.

Cultura Fiscal → entendida como um componente a mais na formação ética e cidadã, visa formar conscientes das responsabilidades sociais, que pagam os tributos e reconhecem a importância da transparência e adequada gestão do gasto público (RIVILLAS, 2010, p.1).

O programa contempla cinco módulos, sendo o primeiro para alunos do Ensino Fundamental, o segundo para estudantes do Ensino Médio, o terceiro para os funcionários públicos, o quarto para instituições de ensino superior e o quinto para a sociedade em geral e conta com projetos em todas as Unidades da Federação em pleno desenvolvimento, sob a coordenação de um representante do Estado no Grupo de Trabalho de Educação Fiscal (GEF) e uma comissão mista permanente, congregando técnicos da área das finanças e da área educacional dos estados brasileiros.

A Educação Fiscal pretende harmonizar a relação Estado/cidadão, tornando-a produtiva por meio da consciência da essencialidade do Estado, de seu funcionamento e de suas funções sociais; da função socioeconômica dos tributos, como recursos colocados à disposição do governo para o cumprimento de sua missão; da gestão e da destinação do dinheiro dos impostos, da propriedade e da utilidade dessas aplicações; da certeza de que os bens públicos são da sociedade e não do governo; de que todos nós consumidores somos contribuintes, e do direito da sociedade de exercer em relação aos nossos governantes o controle social sobre sua atuação, inclusive questionando-os e sugerindo alterações, enfim exercendo plenamente a cidadania.

Atualmente sendo implantada em todos os estados brasileiros, por meio de diversos órgãos públicos, se reconhece, conforme tabela abaixo, o crescimento do número de disseminadores (contemplando professores, técnicos e universitários), em um total de 118.399. Esperando-se que esses possam propagar o Programa de Educação Fiscal, abordando

seus temas inerentes em todos os espaços onde a comunidade se reúna, seja nas escolas, centros de formação universitária, ou associações comunitárias e reunião de conselhos em geral, de forma a proporcionar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado.

Como destaque temos o estado do Paraná, que lidera os quantitativos na capacitação de disseminadores da Educação Fiscal, com 18.330 profissionais, superando em 25% o estado de São Paulo, segundo lugar, com 14.111 profissionais. Ressalta-se que o Paraná foi o 4º ente da federação com maior Receita de ICMS (R\$) em 2012, segundo dados do Ministério da Fazenda¹⁸, o que potencializa a necessidade de maior fiscalização e controle, por parte do cidadão, quanto à destinação do recurso oriundo desse imposto.

O referido estado também merece destaque pela iniciativa na constituição do Observatório Social de Maringá – OSM referência nacional na conscientização social da importância socioeconômica dos tributos, que deu origem a formação de equipe de profissionais de diversas áreas (advogados, juízes, contabilistas, economistas, funcionários públicos federais e estaduais, empresários, estudantes e aposentados) específica ao acompanhamento dos gastos municipais através das licitações. Iniciativa em decorrência do histórico de desvio de verbas na Prefeitura Municipal de Maringá, que em 2005 somou mais de R\$ 100.000,00¹⁹.

¹⁸ Dados do Ministério da Fazenda, referente ao ano de 2012, disponíveis por meio do link: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_arrecada%C3%A7%C3%A3o_do_ICMS> Acesso em: 02/06/2014, às 09h:41min.

¹⁹ Dados obtidos no *site* do Observatório Social de Maringá, disponíveis por meio do link: < <http://observatoriosocialmaringa.org.br/institucional/>> Acesso em: 02/06/2014, às 09h:41min.

Quadro 1 – Curso à Distância – Disseminadores de Educação Fiscal

Curso a distância - Disseminadores de Educação Fiscal													
Nº	UF	2002	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
1	Acre	-	12	105	183	319	64	17	48	0	0	0	748
2	Alagoas	-	40	80	34	332	427	388	482	582	933	563	3.861
3	Amapá	-	17	74	68	258	184	292	128	79	191	43	1.334
4	Amazonas	-	27	89	114	374	343	93	192	346	336	793	2.707
5	Bahia	-	52	140	212	385	1.018	196	121	149	71	131	2.475
6	Ceará	-	51	272	482	653	588	933	792	1052	1325	455	6.603
7	Ceará RFB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52	52
8	Distrito Federal	-	45	271	187	170	346	272	318	242	164	291	2.306
9	ESAF	-	85	44	0	0	0	0	0	759	0	0	888
10	Espírito Santo	-	36	153	426	169	289	200	274	116	160	98	1.921
11	Goiás	-	37	288	236	1.207	903	1064	1154	1379	948	709	7.925
12	Maranhão	-	28	322	372	808	453	351	292	237	69	41	2.973
13	Mato Grosso	-	97	306	153	0	0	48	63	0	0	0	667
14	Mato Grosso do Sul	-	29	53	411	430	273	189	142	281	919	816	3.543
15	Minas Gerais SEFAZ	-	79	865	1.139	646	937	395	507	528	1085	605	6.786
16	Minas Gerais CENTRESAF Mais Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	188	188
17	Pará	-	20	158	210	745	205	274	188	288	318	179	2.585
18	Paraíba	-	24	26	19	64	186	194	0	0	0	0	513
19	Paraná	-	126	811	728	1.800	1.271	1602	3048	3168	3751	2525	18.830
20	Pernambuco	-	53	310	216	186	185	265	159	259	73	330	2.036
21	Piauí	-	27	212	365	243	369	382	221	347	0	210	2.376
22	Rio de Janeiro	-	117	467	353	568	288	197	339	155	40	167	2.691
23	Rio Grande do Norte	-	34	157	117	55	45	155	97	23	299	304	1.286
24	Rio Grande do Sul	-	95	836	689	1.188	952	525	515	1416	1216	891	8.323
25	Rio Grande do Sul RFB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224	224
26	Rondônia	-	33	123	186	121	152	184	183	198	109	267	1.556
27	Roraima	-	30	60	63	53	22	94	158	113	135	128	856
28	Santa Catarina	-	57	384	776	1.141	827	560	530	724	643	371	6.013
29	São Paulo	-	207	1.076	986	1.256	942	817	1531	1744	2732	2820	14.111
30	Sergipe	-	30	89	92	0	189	77	165	565	396	583	2.186
31	SRFB	-	232	60	0	105	0	818	961	1.063	0	-	3.239
32	Tocantins	-	28	191	667	930	912	673	830	838	499	1029	6.597
Total Brasil		600	1.748	8.022	9.484	14.206	12.370	11.255	13.438	16.651	16.412	14.813	118.399

Fonte: Grupo de Educação Fiscal do Estado do Piauí (2014).

No Piauí, o Programa de Educação Fiscal tem apresentado crescimento relevante, contemplando atualmente 131 municípios inseridos no programa, 38 tutores e um total de 1.822 professores capacitados (1.619 da rede estadual, 188 da rede municipal e 15 da esfera privada de ensino), somados a esses, temos 1.036 técnicos capacitados e 261 universitários, o que traz à realidade de 492 escolas participantes²⁰.

Confirmando o exposto acima, Rai Almeida (2013)²¹, apresenta como ponto alto do Programa de Educação Fiscal, a realização de conferências, que servem de instrumentos democráticos de aplicação do princípio constitucional da participação popular. A exemplo, a mesma menciona a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência Pública e Controle Social (CONSOCIAL), que aconteceu em Brasília, no período de 18 a 20 de maio de 2012, com o objetivo de traçar diretrizes de atuação para assegurar a efetividade das políticas públicas de promoção, da transparência e da participação social, além de fazer um diagnóstico sobre a adoção e implementação das políticas no âmbito municipal, estadual, distrital e nacional.

²⁰ Dados obtidos por meio da Coordenação do grupo de Educação Fiscal do Estado do Piauí.

²¹ Afirmção feita durante palestra ministrada no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, realizado em Maceió-Alagoas no período de 25 a 27/08/2010.

Ressalta a congressista, as 80 (oitenta) propostas aprovadas na CONSOCIAL, como composição do documento final, sendo a segunda mais votada, exatamente a proposta que “consagra o direito da sociedade a ter acesso aos conteúdos da Educação Fiscal²²”.

Importante neste contexto destacar que o tema Educação Fiscal foi debatido também na Conferência Nacional de Educação no ano de 2010, quando esta pesquisadora teve a oportunidade de defender a proposta de inclusão da Educação Fiscal num dos eixos temáticos na Conferência Estadual, sendo a referida proposta aprovada, fato que contribuiu para a apresentação da mesma, juntamente com outros estados da federação na Conferência Nacional com ampla aceitação, culminando na sua aprovação. O Resultado de tal aprovação foi a inserção da Educação Fiscal como tema transversal no Ensino Fundamental, através da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 7/2010.

Luta-se agora para demonstrar ao Conselho Nacional de Educação, a necessidade urgente de estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino da Educação Fiscal, a exemplo da Educação Ambiental e Direitos Humanos, respectivamente, por meio das Resoluções nº 01/2012 e nº 02/2012.

É realmente oportuno, como fez a conferencista já mencionada, referenciar o discurso da presidente do Brasil, Dilma Rouseff, na abertura do ano letivo de 2011²³, como demonstração de sua preocupação com um processo de formação voltado para a vivência plena da cidadania. Neste ponto, salientam-se trechos desse discurso:

Nenhuma área pode unir melhor a sociedade que a Educação. Nenhuma ferramenta é mais decisiva do que ela para superarmos a pobreza e a miséria. Nenhum espaço pode realizar melhor o presente e projetar com mais esperança o futuro do que uma sala de aula bem equipada, onde professores possam ensinar bem, e alunos possam aprender cada vez melhor (ROUSEFF, 2011, p.1).

As palavras da Presidente retratam exatamente o que os educadores adeptos ao Programa de Educação Fiscal, defendem: uma educação capaz de reduzir as desigualdades e promover o equilíbrio social. Por isso, a luta incessante pela organização e institucionalização, com diretrizes que possam nortear a abordagem de temas direcionados às questões tributárias, controle social e preservação do patrimônio público, por exemplo, gerando um debate com o envolvimento dos principais atores desse processo que são todos os jovens estudantes das diversas modalidades de ensino.

²² Afirmação feita durante palestra ministrada no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, realizado em Maceió-Alagoas no período de 25 a 27/08/2010.

²³ Disponível para consulta por meio do link: < <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/leia-a-integra-do-primeiro-pronunciamento-oficial-da-presidente-dilma/> > Acesso em: 18/08/2014, às 12h:54min.

O debate atual sobre educação e cidadania no contexto brasileiro considera a escola como espaço relacional, pautada na democratização do conhecimento e do consequente desenvolvimento de competências cognitivas e sócio afetivas, e é enriquecido quando se salienta que:

Não basta que a escola assegure a transmissão do saber, mas deve incentivar a recriação-criação do saber. O papel do professor deixa de ser essencialmente o de transmissor para se tornar o organizador da aprendizagem e o estimulador do desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo do aluno (...) pelo incentivo à participação na vida da turma e da escola (ESTRELA, 1992, p. 39).

A proposta é ter um cidadão consciente e capacitado a entender a estruturação do Estado e seu funcionamento, bem como a atuação de todos os seus componentes para que possa avaliar a atuação dos dirigentes públicos quanto à propriedade e adequação correta das aplicações dos recursos gerenciados pelo governo. O objetivo é capacitá-lo a avaliar a relação custo/benefício de cada aplicação, de forma que se obtenha o maior retorno social possível, sempre tendo em vista beneficiar fundamentalmente as camadas da população mais carentes, elevando o bem-estar de todos e atenuando as desigualdades sociais. Para tanto, a educação deve assumir o importante papel da inclusão social, que significa, conforme Joseti Mori, “oferecer habilidades e conhecimentos que proporcionem ao educando melhor compreensão da realidade e a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais” (2003, p. 108).

Dessa forma, segundo a autora, “não haveria correspondência ou subordinação ao sistema predominante e os indivíduos seriam valorizados e incluídos na sociedade” (MORI, 2003, p.108), independentemente da classe social, econômica ou política.

Este é o caráter formativo da Educação Fiscal, direcionada para o desenvolvimento de uma política educativa voltada para a inclusão social, buscando o efetivo exercício da cidadania. Buffon reforça a importância dessa educação inclusiva, reduzindo as desigualdades sociais, quando afirma que:

Para o Estado do Bem-Estar Social, portanto, não basta assegurar, por exemplo, o direito à liberdade de expressão num plano meramente formal- garantir a todos que manifestem livremente o pensamento. É necessário assegurar, também, os meios necessários para que os indivíduos tenham acesso à educação e à cultura de modo que tal direito possa ser exercido de uma forma plena, visto que de nada adianta garantir liberdade de expressão àqueles que estão desprovidos das condições mínimas para exercê-la (2009, p. 27).

Nesse sentido, o Programa de Educação Fiscal estabeleceu como meta estratégica alcançar todas as 29.069.281 crianças matriculadas no Ensino Fundamental e as 8.312.815 no

Ensino Médio²⁴, sem deixar de trabalhar com os universitários, os funcionários públicos e a população em geral, de forma que daqui a alguns anos, nenhum cidadão tenha deixado de tomar conhecimento do conteúdo da Educação Fiscal, utilizando-se, inclusive, dos meios de comunicação de massa como TV-Escola e a Futura (BRASIL, 2010).

Os dados apresentados abaixo mostram a abrangência da educação brasileira, utilizando como fonte o Balanço da Gestão da Educação 2003-2010²⁵, do MEC, publicado por meio do Portal Brasil.

Número de escolas

194.939 estabelecimentos de ensino básico

Taxa de analfabetismo entre pessoas acima de 15 anos (2009)

9,7%

Alunos matriculados no Ensino Médio (2010)

8.357.675. A rede estadual é responsável por 85,9% das matrículas, enquanto a rede privada tem 11,8%.

Alunos matriculados no Ensino Fundamental (2010)

31 milhões de alunos, sendo 16,7 milhões nos anos iniciais e 14,2 milhões nos anos finais.

Alunos matriculados no Ensino Básico (2010)

51,5 milhões, sendo que 43,9 milhões estudam nas redes públicas (85,4%) e 7,5 milhões em escolas particulares (14,6%).

Alunos matriculados no Ensino Profissional (2010)

1,1 milhão

Alunos matriculados no Ensino Superior (2009)

5,95 milhões, sendo 4,43 milhões em rede privada e 1,52 milhões em rede pública

Alunos matriculados em instituições federais de Ensino a Distância (2009)

86 mil

Internet

47,4 mil escolas conectadas à Internet por meio do programa ProInfo até setembro de 2010

Acesso à internet no Ensino Fundamental

Cobertura em 39% das escolas de anos iniciais e em 70% das escolas dos anos finais.

²⁴Disponível para consulta por meio do link: <file:///C:/Users/larissarocha/Downloads/censo_da_educacao_basica_fevereiro_2014.pdf> Acesso em: 08/06/2014, às 20h:00min.

²⁵ Disponível para consulta por meio do link: < <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/02/educacao> > Acesso em: 18/02/2013, às 11h:00min.

Acesso à *internet* no Ensino Médio

Cobertura de 94,3% das escolas

Alunos matriculados no Ensino Fundamental (2010)

31 milhões de alunos, sendo 16,7 milhões nos anos iniciais e 14,2 milhões nos anos finais.

As informações acima se referem aos anos de 2009-2010, entretanto, o MEC divulgou em fevereiro de 2014, o resultado do Censo Escolar relativo ao ano de 2013²⁶, no qual se percebe, comparando com o ano de 2012, uma redução de 1% no número de matrículas da educação básica, mesmo que se tenha um aumento de 3,4% no ensino infantil (creches e pré-escola), uma vez que se constatou uma diminuição 2,1% nas matrículas para o ensino fundamental, bem como no Ensino Médio que apresentou redução de 0,8%, e na Educação de Jovens Adultos - EJA de 3,4%.

No Piauí, conforme tabela abaixo, se constatou a mesma tendência de crescimento no percentual de matrículas da Educação Infantil, 2,8%, acompanhada também de redução nos percentuais da Educação Fundamental, 3,8% e Ensino Médio 5,7%, divergindo apenas quanto à EJA, que no Piauí apresentou aumento de 3,1%.

Quadro 2 – demonstrativo de matrículas da rede Pública estadual e Municipal

Unidades da Federação Municípios Dependência Administrativ a	Matrícula inicial													
	Ensino Regular										EJA			
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA Presencial			
	Creche		Prê-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental		Médio	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
PIAUI														
Estadual Urbana	0	0	0	0	4.946	3.575	35.554	16.995	113.152	4.934	15.600	0	17.396	
Estadual Rural	0	0	0	0	63	11	297	217	6.108	537	624	0	167	
Municipal Urbana	23.353	423	50.413	696	127.267	16.547	88.939	9.371	420	0	29.947	0	171	
Municipal Rural	7.598	37	30.679	104	93.627	7.162	51.166	4.208	369	28	17.541	0	270	
Estadual e Municipal	30.951	460	81.092	800	225.903	27.295	175.956	30.791	120.049	5.499	63.712	0	18.004	

Fonte: Anexo I – Resultado do Censo Escolar – MEC (2013)²⁷.

O conhecimento dos dados elencados é importante na medida em que possibilita o planejamento da execução da Educação Fiscal, buscando abranger todas as escolas e alunos

²⁶ Disponível para consulta por meio do link: <file:///C:/Users/larissarochoa/Downloads/censo_da_educacao_basica_fevereiro_2014.pdf> Acesso em: 08/06/2014, às 20h:00min.

²⁷ Disponível por meio do link: < http://portal.inep.gov.br/basica-censo> Acesso em: 03/06/2014, às 11h:46min.

de forma estratégica, começando pelas crianças do Ensino Fundamental, que pode resultar no que Buffon considera uma ação paradoxal, quando argumenta o seguinte:

[...] aumentar a visibilidade social implica substantivar a democracia, à medida que as tensões e os conflitos sociais, naturalmente decorrente desse aumento de visibilidade, passem a ser vistos como instrumentos de crescimento e sofisticação da própria convivência em sociedade. Encobrir e ocultar para que não haja conflitos, significa negar a própria essência da democracia participativa, significa hipocritamente consagrar a doce tranquilidade da ignorância e estimular, não a paz social, mas a passividade “dos bons cordeiros” (2009, p. 74).

Nesse contexto, a Educação Fiscal pode ser utilizada como instrumento de redimensionamento da democracia, mesmo que por meio de tensões e conflitos decorrentes desse processo educativo. Tendo como resultado, a compreensão do espaço de convivência social, com plena convicção de seus direitos e deveres fundamentais.

No Brasil, apesar da Educação Fiscal ter tido como ponto de partida o ensino do módulo I, destinado às crianças do Ensino Fundamental, os demais módulos também podem ir sendo desenvolvidos, conforme se pode notar no estado de São Paulo, onde a Educação Tributária para os funcionários públicos é um dos módulos mais avançados, já no Piauí, os mais avançados são os módulos 1 e 2, trabalhando, também, de forma paralela, o módulo 5, que corresponde à sociedade em geral, conforme informação da coordenação do programa no Estado. A Portaria Interministerial nº 413/2002, já referida, disciplina o Programa Nacional de Educação Fiscal, apresentando a sua classificação por módulos.

O terceiro módulo do Programa Nacional de Educação Fiscal destina-se aos funcionários públicos de todos os níveis de governo. Esse trabalho tem algumas características muito especiais, porque o servidor público é, antes de tudo, um cidadão que, durante uma parte do tempo é agente do Estado, mas também assume a posição de dependente da ação e do atendimento do Estado.

Convém destacar que o servidor público é, ao mesmo tempo, agente e alvo das consequências do julgamento pela sociedade.

Se os cidadãos entendem o Estado como excelente, o mau funcionamento do mesmo só pode ser imputando àqueles cidadãos, com cargos de chefia, e por isso responsáveis pela má operacionalização. Não é credível nem justo querer imputar diretamente responsabilidades nos técnicos ou funcionários de nível intermediário. Porém, são precisamente estes quem sofrem as consequências das irritações da população com quem têm contato direto, dado que aqueles os olham como sendo os diretos responsáveis pelos erros cometidos, de fato, pelos seus superiores, os que estão responsáveis por cargos governativos.

Nada mais justo, portanto, que a mudança pretendida na relação Estado/cidadão passe fortemente por alterações na formação e nas atitudes das pessoas que trabalham no governo. Essa mudança alcança simultaneamente os dois lados, o cidadão que trabalha no setor público, isto é, servidor público, e nas situações em que ele é usuário dos serviços do governo.

Essas transformações só podem ser alcançadas por meio da capacitação e da educação permanente, que são as grandes forças transformadoras da sociedade, buscando estabelecer novos perfis para os representantes do poder público.

O cidadão crítico, autônomo, participativo, ativo e possuidor de conhecimentos e habilidades que o levem a contribuir para a promoção de melhores condições de vida para todos os que vêm tendo essas mesmas condições negadas, bem como a lutar pelo acesso de todos à cidadania e a avaliar permanente e lucidamente os rumos de sua sociedade (MOREIRA, 1994, p. 23).

Nessa tarefa, o fundamental é sensibilizar e conscientizar o funcionário do seu papel na sociedade, e do serviço que deve prestar ao seu cliente-cidadão.

O primeiro desafio é romper os estigmas e preconceitos que essa função carrega, proporcionando ao servidor a visão correta de sua essencialidade e de seu significado no contexto da Administração Pública.

Irrefutável, portanto, a importância do módulo 3 do Programa de Educação Fiscal, pela essencialidade da formação do agente público, responsável direto pelo planejamento e execução das políticas necessárias ao bem estar coletivo.

No tópico seguinte, discorre-se sobre a Educação Fiscal no contexto piauiense.

1.2.1. A Educação Fiscal no contexto piauiense

No Piauí, o Programa de Educação Fiscal foi instituído pelo Decreto nº 10.745, de 06 de março de 2002. Além desta institucionalização, o mesmo Decreto cria a Comissão Mista Permanente e o Grupo de Educação Fiscal do Estado, com a responsabilidade de implementar o referido Programa, instituído com recurso orçamentário do Programa de Modernização da Administração Fazendária do Estado do Piauí, oriundo do Programa de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (PROMOTAF/PNAFE)²⁸.

O Programa de Educação Fiscal do Piauí, a exemplo de outros estados, atende à resolução nº7/2010, que determina a inserção da Educação Fiscal como tema transversal no

²⁸ Informações obtidas por meio de leitura do Plano de Desenvolvimento do Programa de Educação Fiscal do Piauí (PEF-PI), disponível no seu acervo, que tem como sede a Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí.

Ensino Básico. Por envolvimento profissional da autora, como Coordenadora do Programa de Educação Fiscal do Estado do Piauí, pôde-se comprovar que várias ações já foram desenvolvidas, como: 1º Encontro de Educação Fiscal Região Norte²⁹, visando a discussão de métodos a sua inserção nas escolas públicas piauienses e divulgação do Plano Estratégico do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) – 2013 a 2015, e 1º Encontro de Educação Fiscal da Região Sul³⁰, concurso temático junto às escolas, como o Cidadania na Escola³¹, premiando os três melhores projetos político-pedagógicos abordando os temas de Educação Fiscal, dentre um universo de trinta e uma escolas participantes, bem como palestras, seminários, participação em eventos culturais, a exemplo da palestra “Construindo a Cidadania”, proferida pelo Grupo de Educação Fiscal do Piauí, na Unidade Escolar Frei Heliodoro, para alunos de 5ª à 8ª séries do Ensino Fundamental³², além de *folders*, cartazes e outros que servem de apoio na divulgação do Programa.

Em se tratando de práticas educativas, nada melhor que envolver os profissionais de educação, especialmente, os professores, atores por demais importantes desse processo. Assim, capacita-se o professor para que este tenha a fundamentação teórica necessária para desenvolver em sala de aula os conteúdos da Educação Fiscal, de preferência, transversalmente aos conteúdos da matriz curricular da escola.

Atualmente, o Piauí conta com 1.822 professores, 1.036 técnicos e 261 universitários capacitados em Educação Fiscal, totalizando 3.119 profissionais, seja por meio de cursos presenciais, 743 capacitados, ou na forma a distância, 2.376 profissionais capacitados³³.

Destaca-se ainda, nesse mesmo contexto:

- Seis subgrupos atuando em seis municípios sob a coordenação do GEFE-PI;
- Implantação do Programa nos municípios com autonomia própria, a exemplo de Teresina e Parnaíba;
- Formação de 32 (trinta e dois) tutores do Curso de Disseminadores à distância;

²⁹Matéria publicada em 20/05/13, por meio do link: <<http://www.sefaz.pi.gov.br/index.php/informacoes/imprensa/noticias/noticias-em-destaque/sefaz-realiza-1-encontro-de-educacao-fiscal-da-regiao-norte>> Acesso em: 21/08/2014, às 08h:57min.

³⁰ Matéria publicada em 15/06/13, por meio do link:<<http://escolasantanapi.blogspot.com.br/2013/06/picos-sedia-1-encontro-de-educacao.html>> Acesso em: 20/08/2014, às 08h:59min.

³¹ Matéria publicada em 21/08/2014, por meio do link:< <http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=23990>> Acesso em: 20/08/2014, às 09h:07min.

³²Informação obtida por meio de matéria “Escolas desenvolvem ações sobre Educação Fiscal”, publicada no *site* da Secretaria da Fazenda-PI, veiculada em meio eletrônico, link de acesso: <<http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=23990>> Acesso em: 21/08/2014, às 09h:25min.

³³ Dados obtidos por meio da Coordenação do grupo de Educação Fiscal do Estado do Piauí.

- Várias parcerias firmadas com órgãos e instituições de ensino superior para melhor disseminar as ações do Programa;
- Inserção do Programa em 442 (quatrocentas e quarenta e duas) escolas da rede pública estadual, municipal e federal por meio de desenvolvimento de projetos pedagógicos e ciclos de palestras, abrangendo em torno de 70.000 estudantes.
- Abrangência de 122 municípios;

As parcerias com instituições de ensino superior possibilitam o envolvimento do público universitário, com a participação de professores e alunos no curso de disseminadores, sendo este último, também abrangido por meio de palestras. Procura-se envolver ainda os demais segmentos sociais, como: associações comunitárias, conselhos representativos de classes, sindicatos, e outros, colocando-se em prática o que estabelece o planejamento estratégico do Programa. Dessa forma, consegue-se implementar, paralelamente, todos os módulos do Programa.

Para planejar e desenvolver esse processo educativo, o Programa conta com um grupo formado por funcionários de diversos órgãos, tanto da esfera estadual, como federal, sendo, a Controladoria Geral da União, Receita Federal do Brasil, Controladoria Geral do Estado, Secretaria de Educação e Cultura, sob a coordenação da Secretaria da Fazenda, conforme estabelece a Portaria nº 413 de 2002 (BRASIL, 2004).

Apesar do número significativo de professores capacitados, não se tem garantia da efetividade dessa ação educativa em sala de aula. Necessita-se ainda de um planejamento, bem como de um acompanhamento sistemático da metodologia de abordagem dos conteúdos da Educação Fiscal, ações plenamente possíveis de serem realizadas tendo em vista a sua inserção, como tema transversal no Ensino Fundamental. Este pode ser considerado o passo mais importante rumo à concretização de uma educação de fato cidadã.

Muito ainda precisa ser feito: o estabelecimento das diretrizes para o desenvolvimento dessa Educação Fiscal, a sua organização para o Ensino Médio e, principalmente, um trabalho de sensibilização junto aos professores, para que estes entendam a importância de desempenhar o papel de formador de cidadãos.

Em caso contrário, corre-se o risco de que a Educação Fiscal seja somente mais um projeto solto nas escolas, sem que o professor sequer tome conhecimento de sua existência, ou mesmo, se dele tomar conhecimento, não se sentirá estimulado a desenvolvê-lo de forma pedagógica e permanente, por não entender a sua magnitude.

Reforça-se, entretanto, a possibilidade de redução desse risco se todos os envolvidos no processo de desenvolvimento do sistema educacional brasileiro, notadamente do sistema piauiense, perceberem a necessidade urgente de executar as ações sugeridas neste tópico.

No tópico seguinte, discorrer-se-á sobre o processo de desenvolvimento da Educação Fiscal em outros países da América Latina que, que segundo Rivillas (2010), após um longo contexto de regimes totalitários, décadas de 1970 e 1980, “tornou impossível pôr em marcha iniciativas visando fomentar a construção de uma cidadania fiscal consciente de seus direitos e obrigações” (2010, p. 2), vem promovendo importantes reformas tributárias, potencializadas por esse novo contexto político de abertura econômica e social da região.

O próprio autor ressalta a importância de incentivos a programas voltados à Educação Fiscal na América Latina como mecanismo de redução das fraudes fiscais “A América Latina ainda é uma área de bastantes desigualdades, uma em cada dez pessoas são indigentes³⁴”.

É possível perceber que diversos países já reconheceram a importância de empreender ações de uma educação voltada à formação plena do indivíduo e como essa vem contribuindo para o aumento na arrecadação tributária, detecção e correção de fraudes fiscal e promoção da consciência cívico-tributária, que, como já referido, se fundamenta em três eixos: valores, cidadania e cultura fiscal (RIVILLAS, 2010), a exemplo do, também já referido, Encontro Internacional de Intercâmbio Técnico em Educação Fiscal, que, promovido pela Escola de Administração Fazendária (ESAF), Ministério da Fazenda – Brasil e FIIAPP/Programa Eurosociat, em Brasília, nos dias 16 a 19 de abril de 2013, contou com a participação de 12 países, voltados a essa discussão e apresentação das experiências internacionais e brasileiras na área de Educação Fiscal.

1.2.2. A Educação Fiscal em outros países da América Latina.

Hoje, se demonstra que, além do Brasil, mais 11 países da América Latina desenvolvem um processo de institucionalização da Educação Fiscal, sendo eles: Argentina (1998); México (2001); Equador (2002); Uruguai, Guatemala e Peru (2005); Chile e

³⁴ Afirmação proferida por ocasião do Encontro Internacional de Educação Fiscal, quando proferiu palestra “Panorama de Educação Fiscal na América Latina” e disponibilizada em matéria “Eurosociat abre primeiro dia de palestras no Encontro Internacional de Intercâmbio Técnico em Educação Fiscal” de 16/04/2013, às 18h:00min, Disponível por meio do link: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br/noticias/eurosociat-abre-primeiro-dia-de-palestras-no-encontro-internacional-de-educacao-fiscal>> Acesso em: 15/08/2014, às 12h:28min.

República Dominicana (2006), (MOTA, 2009), El Salvador (2009); Costa Rica (2010) e Bolívia (2011)³⁵.

Portanto, a título de informação, sem nenhuma pretensão de fazer um estudo comparativo, convém lembrar que esses países já trabalham a Educação Fiscal sistematicamente, pela adoção de políticas públicas no sentido de, por meio dessa formação fiscal, conscientizar a população acerca da função social dos tributos, contribuindo para a vivência da cidadania plena, o que aqui se entende como o consciente cumprimento de seus deveres, bem como o uso-fruto de seus direitos constitucionais.

Vale lembrar também que, a metodologia e filosofia do Programa nesses países são basicamente as mesmas, ações que envolvem como principais atores estudantes e professores de todas as modalidades de ensino, com maior ou menor ênfase no ensino infantil e fundamental. Nesse modelo, a exemplo do Brasil, trabalha-se com a formação de docentes como disseminadores, e produção de materiais de apoio (*folders*, cartazes, cartilhas, vídeos) às ações de Educação Fiscal, tais como: palestras para os diversos segmentos da sociedade, peças de teatro, livros e revistas infantis, elaboração e execução de projetos envolvendo os temas de Educação Fiscal que têm como público alvo os alunos, tanto das escolas públicas, como das escolas privadas, e cursos de extensão em faculdades públicas e privadas, como explanado por Demian Trujnsneider, do *Organismo fiscal de la Ciudad de Buenos Aires*, durante palestra proferida por ocasião do I Seminário Fluminense de Cidadania Fiscal: Estratégias para a Educação Fiscal e Controle Social dos Gastos Públicos, onde ressaltou a positividade do programa, bem como o crescimento do número de impactados, que de 2008, quando 2 mil pessoas foram “atingidas”, para cerca de 100 mil no ano de 2012³⁶.

Atualmente o trabalho é feito com o envolvimento das escolas públicas, além da continuação das ações específicas em parques e jardins da capital argentina. Há ainda atividades que acontecem na Feira do Livro Infantil e Juvenil, publicação de dois livros de contos para jovens de 6 a 12 anos, peças de teatro e revistas. Tudo para motivar a criança, público alvo principal das ações, já que o objetivo é a implantação da cultura do pagamento de impostos vis à vis a importância e reversão desse compromisso em favor da comunidade (**ENCERRA HOJE SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL**, 2012).

O Brasil é considerado o pioneiro na marcha por essa Educação Fiscal, 1970, quando lançou o “Contribuinte do Futuro” e a “Operação Brasil do Futuro”, com objetivo de

³⁵ Dados obtidos durante o Encontro Internacional de Intercâmbio Técnico em Educação Fiscal, ocorrido em Brasília no ano de 2013, link: < <http://www.esaf.fazenda.gov.br/noticias/eurosocial-abre-primeiro-dia-de-palestras-no-encontro-internacional-de-educacao-fiscal>> Acesso em: 14/08/2014, às 12h:00min.

³⁶ Matéria publicada em 03/10/12, às 12h:03min, no *site* da Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro, disponível no link: < <http://www.rj.gov.br/web/sefaz/exibeconteudo?article-id=1253135>> Acesso em: 26/08/2014, às 09h:14min.

conscientizar as futuras gerações para o cumprimento das obrigações tributárias e a fiscalização da correta aplicação dos recursos arrecadados (MOTA, 2009), ocupando atualmente, juntamente com a Argentina, papel de destaque na promoção de programas de Educação Fiscal em outros países da América Latina, a exemplo de Honduras, El Salvador, Costa Rica e Peru (RIVILLAS, 2010, p.6).

Cabe destacar a realização do Encontro Internacional de Intercâmbio Técnico em Educação Fiscal, ocorrido em Brasília no ano de 2013, matéria publicado no site da Receita Federal³⁷, com a participação dos representantes dos países acima referidos, oportunidade em que apresentaram dados que mostram a abrangência da Educação Fiscal em seus respectivos países, ressaltando a Educação Fiscal como contributo a um Estado democrático, bem como a tributação como mecanismo ao desenvolvimento do país.

Pensamento que rompe as barreiras Latinas. Essa mesma preocupação com a formação de um alunado consciente da realidade social e preocupado com o futuro econômico do país se percebe também pela África e Ásia.

O governo de Luanda lançou em junho de 2015 projeto pela “Inclusão de educação financeira no Sistema de Ensino em Angola”³⁸ ação que visa desenvolver nos cidadãos a participação ativa no desenvolvimento da sociedade, além de proporcionar conhecimentos técnicos e científicos por meio de uma Educação Financeira. Também o governo da Malásia, vem integrando ao currículo escolar disciplinas de Educação Financeira, alargando a oferta ao ensino secundário, além de fechar parceria com Agência de Gestão da Dívida Aconselhamento e Crédito (AKPK) para oferecer o curso de Gestão Financeira em 52 Instituições de Ensino Público e Privadas, além de 30 instituições politécnicas³⁹.

1.3. A Educação como ferramenta de conhecimento da concepção de Estado

Acredita-se que para o cidadão ter um melhor entendimento acerca da concepção de Estado, percebendo-o como essencial à organização e vida em sociedade, com sua finalidade e funções sociais, entendendo também, seu funcionamento e responsabilidades, precisa-se, acima de tudo, de uma educação contextualizada que dê significado às diversas áreas do conhecimento, levando o estudante a compreender a razão pela qual está aprendendo

³⁷ Matéria disponível no *site* da Receita Federal do Brasil, disponível no link: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/EducaFiscal/Acoes/2013/IntercambioTecnico.htm>>> Acesso em: 28/08/2014, às 10h:00min.

³⁸ Matéria disponível no *site* *all africa*, disponível no link: <<<http://fr.allafrica.com/stories/201506170818.html>>> Acesso em 31/08/2015, às 11h30min.

³⁹ Matéria disponível no *site* *The Malaysian insider*, disponível no link: <<<http://www.themalaysianinsider.com/malaysia/article/financial-literacy-elements-added-to-school-curriculum>>> Acesso em 31/08/2015, às 11h43min.

determinado conteúdo ou tema, o que contribuiria para a formação de um cidadão consciente e crítico.

Essa educação deve abranger toda a gama de conhecimento e informações necessárias à formação do indivíduo, incluindo-se a Educação Fiscal como parte dessa formação para melhor compreensão por esse indivíduo, a exemplo das questões tributárias, que por sua complexidade requer um estudo mais aprofundado a respeito do assunto, devendo este, iniciar-se, preferencialmente a partir do Ensino Fundamental, conforme proposta do Programa, Caderno 1 do PNEF, quando apresenta a forma de execução do mesmo, numa percepção de que o processo de uma formação cidadã deve ter início ainda na infância (BRASIL, 2009), no que esta pesquisadora concorda, por perceber maior possibilidade da efetivação desse processo educativo, levando o indivíduo desde a infância a compreender a concepção de Estado e o significado de participação social. Compreendendo a importância de sua contribuição social que se caracteriza, entre outras ações, pelo pagamento dos impostos.

É justo que as pessoas saibam o volume dos impostos que pagam e porque os pagam, o que resultaria na cidadania fiscal, que para Mezzomo (2013), em seu artigo **Cidadania Fiscal**, traduzir-se-ia no pleno exercício da cidadania no que concerne ao financiamento da chamada esfera pública, que significa conhecer o montante dos recursos que financiam o setor público, como eles são arrecadados, como eles pesam sobre os cidadãos em função de sua condição social e nível de renda, bem como a forma como são utilizados.

Percebe-se, neste ponto, a caracterização do cumprimento de um dever social, bem como, o conhecimento de seus direitos fundamentais, garantidos constitucionalmente a todo cidadão brasileiro.

Sobre eles Carraza afirma:

A aceitação da existência de direitos públicos subjetivos do cidadão, oponíveis do próprio Estado, é uma das mais expressivas conquistas dos tempos modernos. Sim, porque, até passado mais ou menos próximos, era pacífica a ideia de que os Estados e os entes públicos ocupavam uma posição muito superior à ocupada pelos indivíduos (2011, p. 425).

O mesmo autor acrescenta que:

Os direitos do Estado, em relação aos indivíduos, sempre foram aceitos sem objeções. Só mais recentemente, porém, é que se começou a aceitar a existência de direitos individuais, em relação ao Estado. Isto ocorreu em virtude do paulatino acolhimento das novas concepções do Homem no pensamento ocidental, resultado de milenares meditações (CARRAZA, 2011, p.425).

Ao se fazer uma análise sobre tais pensamentos, entende-se que a garantia legal dos direitos fundamentais individuais foi, e ainda o é, resultado de um longo processo evolutivo, e que apesar dessa expressiva conquista como afirma Carraza (2011), para o efetivo usufruto desses direitos se faz necessário o desenvolvimento de outro processo, o da educação. Somente através de ações educativas pedagogicamente planejadas e organizadas, é possível a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel perante o Estado e a sociedade.

Voltando à questão da complexidade de determinados temas sociais para compreensão do indivíduo, como as questões tributárias, é válido exemplificar essa complexidade com o pensamento de Carraza, quando explica que:

Em boa técnica, não se deve dizer que as pessoas políticas têm no Brasil o *poder tributário*. *Poder tributário* tinha a Assembleia Nacional Constituinte, que era soberana. Ela, realmente, tudo podia, inclusive em matéria tributária. A partir do momento, porém, em que foi promulgada a Constituição Federal do Brasil de 1988 o *poder tributário* retornou ao povo (detentor da soberania). O que passou a existir, em seu lugar, foram as *competências tributárias*, que a mesma Constituição Federal repartiu entre a União, os Estados-membros, os Municípios e o Distrito Federal (2011, p. 532, grifo do autor).

É possível perceber que existe lógica na concepção do Estado, cada ente gozando de competências próprias definidas no texto constitucional (artigos 22, 23 e 24, CF), que por sua vez, são trabalhadas em órgãos elaborados e estruturados, a exemplo no Ministério da Fazenda a nível Federal e Secretarias de Fazenda a nível estadual.

Neste ponto, se chama a atenção para a avaliação do funcionamento do Estado, pois surge dessa avaliação, alguns pontos de reflexão, como por exemplo: a falta de uma distribuição de renda mais justa, o que contribuiria para a redução da pobreza que atinge mais de 22 milhões de brasileiros, conforme reportagem da BBC Brasil, publicada em seu site no dia 11 de março de 2013⁴⁰, reduzindo também o alto índice de concentração de renda, que só aumenta a desigualdade social; onde as oportunidades de trabalho deveriam ser para todos; com um sistema educacional que garanta, além do acesso, a estrutura adequada ao desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, para evitar situações como as denunciadas pelo Fantástico, programa da brasileira rede Globo de Televisão, que apresentou na série “Educação. doc⁴¹”, exibida a partir do dia 16 de março de 2014, reportagem sobre a

⁴⁰Matéria publicada em 11/03/2013, disponível no site da BBC Brasil por meio do link: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130307_abre_pobreza_brasil_jp_jf.shtml> Acesso em: 19/04/2014, às 17h:00min.

⁴¹Matéria publicada em 12/03/2014, disponível no site da revista eletrônica FANTÁSTICO, por meio do link: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/serie-vai-mostrar-escolas-publicas-que-funcionam-muito-bem-pelo-pais.html>> Acesso em: 18/04/2014, às 18h:00min.

condição das escolas públicas do país, estando algumas com toda a estrutura adequada para receber o alunado e desenvolver um ensino de qualidade, enquanto outras, sem a mínima condição de funcionamento.

Portanto, percebe-se aí, um paradoxo: embora a concepção e organização do Estado sendo bem estruturada, seu funcionamento e consequentemente os resultados alcançados não agradam à sociedade em geral. A educação tem papel de destaque nesse processo, uma vez que deve estar voltada à formação do cidadão consciente e com competências necessárias à compreensão e gerenciamento dos bens e recursos públicos, bem como para o acompanhamento e fiscalização dessa gestão.

Essa constatação coincide com o despertar da consciência do cidadão, quando percebe a sua força, sendo esta mais forte se unida à força de outros, e assim, a sociedade começa a se manifestar, demonstrando insatisfação com as ações de seus representantes parlamentares indo às ruas, à frente dos palácios de governo e parlamento, reivindicando o reconhecimento e a garantia de seus direitos constitucionais, a exemplo, dentre outros, do movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas, entre 1983 a 1984, conhecido como “Diretas já” ou o movimento dos “Cara-pintadas”, como ficou conhecido, composto por estudantes brasileiros e realizado no decorrer do ano de 1992, que teve como objetivo principal o *impeachment* do então presidente do Brasil, Fernando Collor de Melo, motivado nas denúncias de corrupção.

Como exemplos mais recentes, pode referir-se as manifestações ocorridas por todo o Brasil em 2013, que desencadeadas a partir de reivindicações pela redução das tarifas nas passagens de ônibus, ganharam fôlego com a insatisfação da sociedade pela corrupção do cenário político nacional, a exemplo do “Mensalão”, nome dado ao escândalo de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional Brasileiro, ocorrido entre 2005 e 2006, mas que somente em 2013 teve expedido pelo Supremo Tribunal Federal os mandados de prisão aos condenados, o que gerou descontentamento social, em função das penas consideradas leves quando comparadas ao montante desviado dos cofres públicos⁴², e qualidade dos serviços essenciais oferecidos pelo Estado à população, como: saúde, segurança e educação, bem como a insatisfação pelo alto custo dos investimentos na construção e reforma dos estádios de futebol para a promoção da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, a exemplo do

⁴²Informação obtida por meio da matéria “Condenados no mensalão se entregam a Polícia Federal”, publicado em 15/11/2013, às 19h:09min., no site de notícias G1, link de acesso: <<http://g1.globo.com/politica/mentasalao/noticia/2013/11/condenados-no-mentasalao-se-entregam-policia-federal.html>> Acesso em: 26/08/2014, às 12h:54min.

Estádio Mané Garrincha, que teve seu orçamento inicial estourado em mais de 100%, de um valor inicial de R\$ 696 milhões chegou-se a R\$ 1,778 bilhão⁴³.

os movimentos sociais são exemplos de como a sociedade civil e seus atores se organizam e lutam por aquilo que consideram mais justo, apresentando novos padrões de aceitação cultural, de formação de identidade e de distribuição das riquezas (OLIVEIRA, 2013, p.49).

Esses movimentos sociais trazem ao cidadão a oportunidade de problematizar determinadas questões, sendo que a insatisfação política é um dos fatores capaz de agregar as massas. Nesse sentido, Mariza de Fátima Reis⁴⁴ retrata a “Sociedade Civil” como ator social, capaz de se organizar em momentos de grande insatisfação e resistir ainda que sofra perseguições ou oposição.

O ator “Sociedade Civil Organizada” é uma parte da sociedade civil que se organiza, em torno de uma maior inserção no cenário social e político, legitimada, principalmente por dois fatores: a) a impossibilidade de resolução de grandes questões sociais globais, através apenas de ações governamentais ou de mecanismos de mercado; b) *pela atual situação de descrédito nos sistemas de representação política* (2011, p.2, grifo nosso).

Fica assim evidente, por parte da sociedade, um maior interesse pelas coisas do Estado, inclusive exigindo mais atenção, respeito e maior competência do poder público, questionando sua atuação e seus resultados. Os governantes, que detém o poder político, assumem também responsabilidades diante do quadro atual, se destacando duas formas: pela condição de líder, que têm a obrigação de diagnosticar as causas reais de possíveis conflitos, que venham a existir entre o Estado e o cidadão, e que contribuem para distanciar um do outro; e como dirigente político do Estado, com o compromisso de se antecipar às mudanças sociais no nível de exigência dos cidadãos, melhorar a postura do poder público e aperfeiçoar o seu desempenho, e a divulgar seus resultados.

No que diz respeito à primeira responsabilidade, sobre o diagnostico das causas geradoras de conflitos, não se precisa de muita reflexão para se diagnosticar a principal causa dessa separação, que dificulta significativamente uma relação harmoniosa entre esses dois segmentos: o Estado e a sociedade, representada pelos seus cidadãos. Essa causa é exatamente

⁴³ Informação obtida por meio da matéria “Custo do Mané Garrincha dobra e beira a R\$ 2 bilhões, revela Tribunal de Contas do Distrito Federal”, publicado em 26/06/2013, às 00h:10min., no *site* de notícias R7 esportes, link de acesso: <<http://esportes.r7.com/futebol/copa-das-confederacoes-2013/custo-do-mane-garrincha-dobra-e-beira-a-r-2-bilhoes-revela-tribunal-de-contas-do-distrito-federal-23062013>> Acesso em: 26/08/2014, às 13h:00min.

⁴⁴ Artigo apresentado no Simpósio de Mídias Sociais, Saberes e Representações, em Salvador, nos dias 13 e 14 de outubro de 2011.

a falta de uma educação voltada à preparação do indivíduo para participar das questões sociais e, em cujas questões, ele está diretamente envolvido, mesmo que involuntariamente. E, se preparado, torna-se mais possível a sua participação, contribuindo efetivamente para as mudanças administrativas que resultem, também, em mudanças sociais positivas.

Enfatizando a importância da educação na formação do cidadão participativo, de ações coletivas e controle social na promoção de uma relação harmoniosa entre Estado/sociedade, João Gomes, Diretor Geral da ESAF, no ano de 2002, durante o VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, realizado em Lisboa-Portugal afirmou que:

A parte complementar do Estado é a sociedade, composta dos seres humanos, que também precisa participar das reformas e transformações, depois de capacitado, por via do acesso a informações e conhecimento, por meio da educação. É preciso ter em mente que os quadros da Administração Pública são provenientes da sociedade e que é preciso preparar adequadamente todos os seus cidadãos para assumir funções no Estado ou de participar de ações coletivas de controle social sobre o mesmo, exigindo maior eficiência e melhores resultados. Essa participação, para ser admitida como símbolo real da cidadania, também exige dotar o cidadão de condições reais de percepção e de reflexão sobre sua realidade social e sua capacidade de oportunizar ações de construção e realização. Nessa proposição de mudarmos o homem devemos nos ater aos diversos segmentos sociais, os servidores públicos, enquanto funcionários do Estado, as crianças como futuros cidadãos e os adultos em geral, pois as mudanças dependem de uma série de ações promovidas pela sociedade e todos têm o direito e o dever de delas participar. As mudanças no homem devem ser implementadas, principalmente por meio da educação, pois a relação conflituosa entre Estado/cidadão, um dos fatores inibidores do melhor desempenho do Poder Público tem uma parte de sua origem na incapacidade de uma grande parcela dos seres humanos de compreenderem seu verdadeiro papel, direitos e deveres, como membros da sociedade a que pertencem.

Observa-se atualmente, no Brasil e no mundo, uma série de mudanças nas relações sociais, na conceituação e na modelagem de uma nova relação entre o Estado e seus cidadãos, caracterizada pelo aumentando dos conflitos nessa relação. A exemplo do caso da Grécia, que desde 2009 viu uma crise financeira global se transformar em uma crise da dívida europeia, estando a Grécia no centro das discussões.

Por conta de sua participação na comunidade do euro, em função da introdução definitiva em 2001 das cédulas e moedas do euro, substituindo a moeda corrente até então, a Grécia foi obrigada a assumir o compromisso de melhorar a atuação do governo, bem como estimular a competitividade econômica, usando outras formas que não a desvalorização de sua economia, compromisso que nunca foi observado (IOANNIS N. GRIGORIADIS, 2003).

Além das pressões políticas (particularmente da Alemanha e da França), o governo da Grécia está se vendo obrigado a retirar direitos e garantias dos trabalhadores em vista a uma adequação fiscal às regras impostas pela zona do euro, representadas por medidas

austeras, como condicionante ao recebimento de ajuda dos países europeus e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que incluem aumento de impostos, redução de salários e aumento no tempo de contribuição para 67 anos.

Isso ocorre porque os agentes externos atribuem a crise a um aumento descontrolado dos gastos públicos somados à evasão de impostos. Ao contrário da maioria da população, que atribui a crise a fatores externos, como os altos custos dos empréstimos tomados pela Grécia.

Em abril de 2010, o governo grego apelou ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à União Europeia por um pacote de resgate. Em maio de 2012, um acordo foi assinado entre o governo grego, o FMI, o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE), que ficou conhecido como “troika”. A Grécia receberia um empréstimo de 110 bilhões de euros ao longo de um período de três anos em troca de se comprometer com profundos cortes fiscais e uma reforma econômica abrangente. Apesar disso, o fracasso em atingir os objetivos econômicos com respeito ao atual déficit e dívida públicos levou à necessidade de mais um acordo. Em outubro de 2011 líderes europeus chegaram a um consenso sobre um segundo pacote de resgate de 130 bilhões de euros para a Grécia que deveria, em troca, se engajar em mais medidas de austeridade fiscal e reforma que também incluíam cortes de 50 por cento no valor de face dos títulos gregos detidos por investidores privados (IOANNIS N. GRIGORIADIS, 2003, p. 1-2).

Segundo matéria **Grécia aprova novo pacote de austeridade que prevê corte de 18 milhões até 2016**, publicada no jornal eletrônico internacional, “Sol”, o dilema - austeridade ou falência – já foi apresentado aos parlamentares por três vezes desde 2010. E, até então, os deputados têm optado pela via da austeridade, embora economistas de todo o mundo tenham já denunciado os perigos de uma resposta dada integralmente por esta via no combate à crise de dívida da zona do euro. E, apesar de 128 deputados dos 299 presentes votarem contra o pacote plurianual que impõe mais medidas de austeridade até 2016, o governo conseguiu aprovar o referido pacote, que prevê uma redução de 27% dos salários dos altos funcionários, bem como a demissão de milhares de servidores e aumento de impostos⁴⁵.

Esse tipo de situação conflituosa pode comprometer uma relação saudável entre Estado e cidadão, mas não impede o processo de evolução dessa relação que deverá marcar as próximas gerações, podendo-se destacar como exemplo o Canadá. Nesse país, segundo Flávio Ferreira (2010), se procura conhecer o comportamento e a percepção do cidadão em relação à política fiscal. Conhecer os indivíduos que cumprem com suas obrigações tributárias para estabelecer políticas de fiscalização de acordo com o comportamento dos

⁴⁵ Matéria **Grécia aprova novo pacote de austeridade que prevê corte de 18 mil milhões até 2016**, publicada em 08/11/12, por meio do link: <<http://www.passeiaki.com/noticias/grecia-aprova-novo-pacote-austeridade-preve-corte-18-mil-milhoes-ate-2016>>. Acesso em: 18/04/2014, às 18h:00min.

indivíduos/contribuintes. No entendimento do palestrante isso facilita a relação entre o Estado e a sociedade⁴⁶.

É válido destacar alguns fatos e mudanças, principalmente voltados para o Brasil, que ajudam a definir o cenário de alteração na relação entre Estado e sociedade. Um desses fatos refere-se a uma série de experiências de administração participativa, tanto em nível municipal, quanto estadual, que vêm causando bons resultados e muita expectativa social.

Algumas administrações iniciaram esse processo participativo com a elaboração de seus orçamentos anuais a partir da manifestação estruturada de contingentes representativos da população, gerando um ambiente propício para a aproximação do poder público com o cidadão, mas permitindo também fortalecer a disposição de questionamento e de ajuda da sociedade.

Como exemplo dessa prática, menciona-se a gestão do município de Teresina, capital do Estado do Piauí, onde anualmente a sociedade é convidada a participar da elaboração do orçamento e, também, anualmente, todo cidadão recebe em casa a prestação de contas do município. Neste documento, constam todas as obras e investimentos realizados com os recursos do município constantes do orçamento, bem como as demandas urgentes, surgidas após a elaboração deste. Se as contas estão corretas, ou não, cabe ao cidadão investigar. Dessa forma, ele estaria fazendo a sua parte, que se configura como controle social.

O certo é que o governante do município, ao elaborar o orçamento de forma participativa e, após a sua execução, presta contas à sociedade, cumprindo seu dever como gestor público, cabendo então, à sociedade, acompanhar e verificar a veracidade dessas informações⁴⁷.

Nesse sentido, torna-se relevante ressaltar a existência dos organismos de controle já referidos, tal como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, órgãos fiscalizadores das ações dos Gestores Públicos, acessíveis, por representação, ao cidadão, que pode solicitar a verificação na prestação de contas, ou apresentar denúncias quanto a alguma irregularidade de que tenha conhecimento comprovado, por exemplo: a construção anunciada de uma obra, como uma escola, que não se concretizou, ou, um asfaltamento de uma rua que não aconteceu.

É de responsabilidade desses órgãos apurar as denúncias e, caso sejam comprovadas, aplicar as sanções que a Lei impõe. Tais sanções, dependendo da gravidade,

⁴⁶Fala de Aloísio Flávio Ferreira de Almeida, Diretor de Educação da ESAF, durante palestra no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, realizado em Maceió- Alagoas, no período de 25 a 27/08/2010.

⁴⁷ Como moradora da capital mencionada, a autora desta dissertação também é convidada e recebe em casa a prestação de contas.

podem resultar em cassação de mandato, perda do direito de candidatura (inelegibilidade), por um determinado período, podendo até responder criminalmente.

Essa ação, por parte do cidadão, é que significa, de fato, participação social. E, é estimulada sempre que se reconhece concretamente, esses órgãos de controle agindo na forma da Lei, respeitando o direito do cidadão de acompanhar e fiscalizar, juntamente com eles, o desempenho dos seus representantes.

Outras iniciativas de participação foram no sentido de se reunir a população para repensar as administrações públicas de unidades estaduais ou municipais, elegendo um conjunto de medidas e providências que deveriam ser incluídas nos próximos orçamentos ou implementadas de imediato, a exemplo do orçamento participativo, que também funciona como mecanismo de controle social.

O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade⁴⁸ (BRASIL, 2014).

Essas experiências têm demonstrado o crescente interesse do cidadão pelas coisas do Estado e sua vocação para participar e colaborar de forma mais efetiva no processo de mudança. Outro fato de destaque se observa na determinação da Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, através da Lei de Acesso nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, em tornar mais transparentes as ações públicas, dando publicidade mensal, mediante relação nominal, dos valores salariais pagos aos agentes públicos. A proposta de publicação partiu do Senador Roberto Requião, no ano de 2012. A este ato, como já era de esperar, inclusive como uma demonstração de participação nesse processo de mudança, observou-se reações negativas de diversos setores, a exemplo de Sindicatos das várias categorias de servidores.

Entretanto, a despeito dessas reações negativas, a medida foi adiante e tornou possível, a todo o cidadão, a partir de então, por meio de acesso ao Portal da Transparência, tanto do governo federal, quanto do governo estadual⁴⁹, a visualização nominal dos salários pagos mensalmente aos servidores públicos de suas respectivas áreas. Observando-se ainda, como ponto positivo nessa medida a redução dos riscos de atos contra administração pública

⁴⁸ Conceito disponível no Portal da Transparência, por meio do link: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controleSocial/OrcamentoParticipativo.asp>> Acesso em: 19/03/2014, às 11h:30min.

⁴⁹ Página disponível por meio do link: <<http://transparencia.pi.gov.br>> Acesso em: 14/03/2014, às 18h:00min.

por parte do servidor, a exemplo da acumulação ilícita de cargos e funções, uma vez que o próprio sistema veda essa possibilidade.

Esta pesquisadora, ao fazer uma análise da situação apresentada acima, entende, por um lado, a importância da prestação de contas à sociedade dos atos públicos, conforme determinação da **Constituição Federal de 1988**. Entretanto, há de considerar e, de certa forma, compreender as reações negativas dos Sindicatos, em virtude dos riscos a que ficam expostos os agentes públicos com a divulgação de seus salários atrelados aos seus nomes (situação em que a autora da presente dissertação se inclui, por ser também uma servidora pública), em função do alto índice de violência em que vive a sociedade brasileira, caracterizada por roubos, sequestros e homicídios, comprovados pelo Mapa da Violência⁵⁰, publicado pela globo.com, cuja informação diz o seguinte:

BRASÍLIA - O Mapa da Violência 2013 - Mortes Matadas por Armas de Fogo, divulgado nesta quarta-feira, informa que 36.792 pessoas foram assassinadas a tiros em 2010. O número é superior aos 36.624 assassinatos anotados em 2009 e mantém o país com uma taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes, a oitava pior marca entre 100 nações com estatísticas consideradas relativamente confiáveis sobre o assunto.

O Mapa apresenta ainda, a informação de que este número teve um aumento significativo nos estados do Nordeste e refere os estados do Pará, Bahia, Alagoas, Paraíba e Maranhão, como os mais violentos, fato que causa tristeza e preocupação, uma vez que o Nordeste até então era considerado uma região brasileira calma e sem muita violência. Este é um cenário que gera temor e insegurança ao cidadão.

Nesse contexto, poderia se buscar outra forma de dar cumprimento à Lei, bem como garantir à sociedade a sua participação na gestão pública por meio do controle e da fiscalização das ações dos Gestores Públicos. No caso específico da publicação dos salários, poderia esta divulgação acontecer não divulgando nomes, mas apenas relativa aos cargos. Assim, se daria publicidade à ação, ao tempo em que se preservaria a integridade dos servidores.

A medida aqui discutida, de revelação dos salários dos servidores, não contribui de forma direta às sanções legais que devam ser aplicadas ao servidor em caso de prevaricação, uma vez que, também por força de Lei, o órgão ao qual o servidor é vinculado, tem por obrigação instaurar processo administrativo disciplinar ou, de sindicância, publicando

⁵⁰Disponível on line por meio do link: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf> Acesso em 14/03/2014, às 18h:00min.

no Diário Oficial e Portal da Transparência da esfera correspondente, a abertura desse processo e, respectivamente, publicar o seu resultado, acompanhado das devidas sanções.

É interessante notar que os próprios organismos, Tribunais de Contas, Controladoria Geral da União e Estados e Ministério Público Federal e Estadual, aos quais são atribuídas funções de acompanhamento, de vigilância, de avaliação e até de julgamento das ações do poder público, com o objetivo explícito de garantir o equilíbrio dos poderes e a lisura dos atos do governo, começam a sentir também essa pressão social por melhor atuação e resultados.

Por fim, estabelece-se o início de um processo de maior controle social, que não só exige dos órgãos públicos maior eficiência, questionando até mesmo a validade da sua existência, mas também constitui atividade complementar à ação do Estado. Esse processo, em contrapartida, exige que o servidor tenha a exata noção do serviço que presta à sociedade. Essa noção, por parte do servidor pode ser atribuída às mudanças gerenciais na administração pública que, de acordo com Nelson Marconi,⁵¹ a partir da década de 90, com o Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado o Brasil passou a fazer parte do grupo de países que estava repensando o papel e a forma de atuação do setor público. O autor argumenta, que as reformas na busca de um modelo gerencial, no caso o brasileiro, podem ainda estar longe de serem concluídas, porém, é possível se perceber algumas mudanças concretas em função das políticas desse novo Plano Diretor.

Uma dessas mudanças está diretamente relacionada ao novo perfil do servidor público, que consciente de sua responsabilidade social, vem procurando gradativamente e de forma continua desenvolver um processo de aprendizagem e de autodesenvolvimento, o que repercute, positivamente, na execução de suas atividades como prestadores de serviços à sociedade. Isso o transforma num verdadeiro agente público. Na percepção de Fátima Cartaxo⁵², “um agente público é um cidadão que assumiu a responsabilidade de cuidar do interesse público (2010)”.

1.3.1. O desenvolvimento histórico do conceito de cidadania

Nesse contexto, conforme ensina Marshall (1988), em **Cosmologia do Capitalismo**, a cidadania se divide em três elementos: civil, político e social, que teriam se desenvolvido de forma lenta na Inglaterra, primeiro com os direitos civis no século XVIII,

⁵¹ Professor de Economia da Universidade Católica de São Paulo (PUC), autor do texto Políticas Integradas de Recursos Humanos para o Setor Público.

⁵² Auditora Fiscal da Receita Federal e Representante do BID. Afirmação feita durante palestra ministrada no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, realizado em Maceió-Alagoas no período de 25 a 27/08/2010.

depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos, e finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Nesse sentido José Murilo de Carvalho, seguindo o pensamento de Marshall, em sua obra **Cidadania no Brasil: O longo caminho** (2002) faz um desdobramento acerca desses direitos, esclarecendo esses conceitos:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular [...] Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade [...] Finalmente, há os direitos sociais [...] garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria (CARVALHO, 2002, p.10).

Não obstante, conforme a história mostra, em todas essas épocas existiam as três categorias de direitos (direitos civis, políticos e sociais), o que ocorre em cada época é o alcance desses direitos, seus beneficiados, bem como sua positivação, que se configura na normatização de textos legais para a garantia de proteção de tais direitos.

Nessa seara, Marshall em **Cidadania e Classe Social**, ensina que:

A história dos direitos políticos difere tanto no tempo como no caráter. O período de formação começou, como afirmei, no início do século XIX, quando os direitos civis ligados ao status de liberdade já haviam conquistado substância suficiente para justificar que se fale de um status geral da cidadania. E, quando começou, consistiu não na criação de novos direitos para enriquecer o status já gozado por todos, mas na doação de velhos direitos a novos setores da população. No século XVIII, os direitos políticos eram deficientes não em conteúdo, mas na distribuição – deficientes, isto é, pelos padrões da cidadania democrática (1991, p. 69).

No Brasil, a conquista dos direitos civis (direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei) de forma positivada, tem em nossa **Constituição Federal de 1988**, abrangência a todos os indivíduos (art. 5º, CF). Concepção oriunda do ideal de indivíduo como pessoa e sujeito de direitos, que significa a capacidade de usufruto de seus direitos e cumprimento de seus deveres na vida civil (regulamenta no Código Civil de 2001, Art. 1º e 2º).

Conforme elucidado por Marshall:

Está claro que, se sustentarmos que, no século XIX, a cidadania na forma de direitos civis era universal, os direitos políticos não estavam incluídos nos direitos de cidadania. Constituía o privilégio de uma classe econômica limitada cujos limites foram ampliados por cada Lei de Reforma sucessiva. Pode-se, não obstante, argumentar que a cidadania, nesse período, não era vazia de significado político (1991, p. 69-70).

Sobre o tema, Quintão Soares, amparado nos ensinamentos de Viñas, ressalta o direito a voto, sendo compreendido como definidor de quem era cidadão, diretamente relacionado à propriedade privada, o chamado voto censitário, quando diz que:

A cidadania, na primeira fase do Estado liberal, assente na teoria dos direitos individuais, sustentava-se no voto censitário, entronizando a propriedade privada, em sua qualidade de convenção social, como alicerce teórico da liberdade almejada (2001, p. 126-127).

O voto censitário foi instituído na época do Brasil colonial, a partir da Constituição de 1824, somente garantiu participação política (direito de votar e ser votado) aos nobres, burocratas, militares, comerciantes ricos, senhores de engenho e homens de posses, mesmo que analfabetos, ou seja, àqueles que comprovassem renda mínima. Política que teve fim a partir de 1891 quando da Proclamação da República, momento histórico que comunga com a propagação dos ideais democráticos a nível mundial na segunda fase do Estado liberal.

Nesse sentido, Quintão Soares afirma também que:

Na segunda fase do Estado liberal, buscou-se sua legitimação, através das lutas políticas, e sociais, com a ampliação do conceito de cidadania mediante expansão dos direitos políticos a outros segmentos sociais e o resgate da ideia da igualdade jurídica como marco dos direitos fundamentais (2001, p. 127).

Os direitos sociais, por sua vez, foram conquistados bem mais tarde, como consequência das lutas de classe do proletariado, que a partir da Revolução Industrial com o crescimento do ritmo de produção e paralelo endurecimento das condições de trabalho, o que desencadeou movimentos de contestação como o ludismo, também conhecido como movimento dos “quebradores de máquinas”, pois atribuíam ao crescente volume do maquinário a culpa pela redução da oferta de trabalho, e o cartismo, que de cunho mais politizado, buscava despertar na sociedade a consciência e apoio à lutas por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho.⁵³

Desta forma, o Estado Liberal de Direito, em que o Estado pouco intervinha nas relações privadas, não mais supria a necessidade da maioria, provocando imensas injustiças e ensejando uma nova ordem Estatal, mais comprometida com o social. Surge, então, o que se denominou de *Welfare State*, Estado-Providência ou Estado de bem-estar.

⁵³ Conceito disponível no link: <<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/45840/o-ludismo-e-o-cartismo-revolucao-industrial>> Acesso em: 20/03/2014, às 09h:00min.

Para Afonso da Silva (2003), o individualismo e o abstencionismo ou neutralismo do Estado liberal provocaram imensas injustiças, e os movimentos sociais do século passado e deste especialmente, revelaram a insuficiência das liberdades burguesas, permitindo que se tivesse consciência da necessidade da justiça social.

Porquanto, as Constituições passam a abrigar em seus textos, não só direitos civis e políticos, mas também os de ordem social, como os direitos do trabalhador, direito à educação, à saúde, dentre outros.

Entretanto, como restou demonstrado, isso foi um processo histórico e de muita luta pela busca de liberdade, igualdade e fraternidade, ou seja, de condições mais dignas de vida em sociedade.

Mas as conquistas até aqui ilustradas representam um caminho que está longe de encontrar um ponto final. Denotam, na verdade, que a luta pelos direitos e pela manutenção destes deve ser uma constante.

Ademais, a sociedade está sempre a apresentar novas necessidades oriundas das suas novas formas de organização e evolução, de que os direitos que compõem a cidadania não se esgotam e os já conquistados carecem de efetividade e alcance a todo o cidadão. Demonstram, ainda, a evolução da humanidade na busca de seus anseios e necessidades.

De outro lado, não obstante os ideais envoltos nas Revoluções é sabido que esses foram, em grande parte, uma luta de classes e que nem todos os cidadãos, num primeiro momento foram beneficiados por essas conquistas. Porém, é indiscutível que essas Revoluções demonstram a evolução histórica e a concepção de indivíduo, do poder e das relações sociais ao longo dos tempos.

Acerca do tema, Dal Ri Júnior, *et al.*, defendem que:

Tentar reconstituir o itinerário histórico de um conceito assim rico e importante como a cidadania, é tocar em alguns dos momentos mais belos da história da humanidade. É resgatar o humanismo que moveu grandes filósofos e juristas a tentar contextualizar o Ser Humano, colocando-o em confronto com a sociedade e com a autoridade estatal, através dos aspectos horizontal e vertical que a cidadania pode vir a possuir (2004, p. 74).

Assim, até o presente momento, se demonstrou a história da cidadania, como conquista de direitos civis, políticos e sociais, porém, tal instituto não se finda nessas conquistas. A própria cidadania é um direito de ordem fundamental que visa garantir a concretude dos demais direitos de ordem fundamental, na busca da dignidade da pessoa humana.

Da mesma maneira, a garantia desses direitos no corpo constitucional não garante por si só sua eficácia a todos, para tanto, visando atingir essa plena eficácia, é que se mostra imprescindível trabalhar em busca da formação cidadã de forma ampla.

É perceptível que muitos direitos restaram conquistados e assegurados pelos ordenamentos jurídicos dos Estados, todavia, esses direitos para terem efeito social precisam estar efetivados a todos os cidadãos e por estes assimilados, e esse é um ideal que se deve perseguir sempre.

Nesse sentido, mostram-se por demais esclarecedores os ensinamentos propagados por Bobbio ao asseverar que:

A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser. Enquanto teorias filosóficas, as primeiras afirmações dos direitos do homem são pura e simplesmente a expressão de um pensamento individual: são universais em relação ao conteúdo, na medida em que se dirigem a um homem racional fora do espaço e do tempo, mas são extremamente limitadas em relação à sua eficácia, na medida em que são (na melhor das hipóteses) propostas para um futuro legislador (2004, p. 18).

1.3.2. A Era do Conhecimento e o papel do Estado na defesa dos direitos sociais do cidadão

Como assevera Eldino Luiz Gouveia (2009), a partir da década de 90, houve um crescente acesso a novas tecnologias no Brasil. O papel dessas tecnologias na propagação do conhecimento e avanço da educação, embora significativo, não representou um aumento de conhecimento. A população brasileira estaria mais informada, ou teria mais possibilidades de acesso à informação, agora se faz necessário oferecer ferramentas de problematização e produção de conhecimento.

Essas ferramentas, segundo Fátima Peres, em seu artigo: **Era do Conhecimento X Era da Informação**⁵⁴, tem a escola como principal propagador, com papel de formar o cidadão para as necessidades dessa realidade de informações a nível virtual, a partir de uma nova pedagogia.

Hoje o uso da tecnologia da informação e comunicação em sala de aula não pode ser um diferencial que a escola ofereça, mas sim uma necessidade. Que o uso da mesma oportunize ao educando a visão do ambiente virtual como fonte de informação significativa. Isso quer dizer, que não se trata de um espaço físico apenas, ou da liberação de vários tipos de tecnologias em sala de aula ou em laboratórios

⁵⁴ Artigo disponibilizado na internet, < <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/13262/era-do-conhecimento-x-era-da-informacao>> Acesso em: 22/03/2014, às 10h:00min.

equipados com tecnologias de ponta, é preciso que haja um propósito no uso, um planeamento, enfim uma pedagogia (PERES, 2012, p.1).

Holanda (1986) conceitua a educação como sendo um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, no qual visa a sua melhor integração individual e social, bem como o aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas.

Assim, inserido nesse contexto de inovações tecnológicas, o cidadão participativo, visando gozar de seus direitos civis e políticos, também deve estar preparado para o domínio e problematização tanto das tecnologias, quanto das informações possibilitadas. “Cidadania é qualidade ou estado de cidadão. Entende-se como cidadão: indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este. habitante da cidade. Indivíduo, sujeito, homem” (FERREIRA, 1986, p. 403).

Nesse contexto de rapidez dos avanços tecnológicos, o ser humano passou a ser o capital social mais instável e o que certamente precisa de mais atenção e cuidados por parte do Estado. A esse respeito, Gadotti, no texto **Desafios para a Era do Conhecimento**⁵⁵ observa que:

Os sistemas educacionais ainda não conseguiram avaliar suficientemente o impacto da comunicação audiovisual e da informática, seja para informar, seja para bitolar ou controlar as mentes. Trabalhamos muito, ainda, com recursos tradicionais que têm pouco apelo para as crianças e jovens. Os que defendem a informatização da educação sustentam que é preciso mudar profundamente os métodos de ensino para reservar ao cérebro humano o que lhe é peculiar, a capacidade de pensar, em vez de desenvolver a memória. Para ele, a função da escola será, cada vez mais, a de ensinar a pensar criticamente. Para isso é preciso dominar mais metodologias e linguagens, inclusive, a linguagem eletrônica (2011, p.3).

Essa necessidade justifica-se pelo imperativo de que o ser humano tem de acompanhar a evolução de todos os componentes da vida social, principalmente desse rápido avanço tecnológico, mas principalmente porque ele é a razão de ser do mundo e precisa situar-se bem nesse novo contexto social.

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, diversas outras iniciativas têm sido implementadas para proteger o ser humano e assegurar seu bem-estar, apesar de todas as atrocidades que ainda são cometidas no mundo.

Foram criados códigos de direitos da criança, da mulher, das minorias, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Estatuto do Idoso, e delegacias especializadas na defesa desses direitos, Conselhos Superiores, além de alterações na legislação para a

⁵⁵ Texto da Coleção Memória da Pedagogia, revista **Viver Mente & Cérebro**. Publicado exclusivamente na internet pelo Portal Estadão.

proteção pretendida, como a Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha” que protege a mulher contra agressões no âmbito doméstico.

Nesse contexto, a Administração Tributária, busca também oferecer um melhor tratamento e obter uma maior integração do fisco com o contribuinte para construir uma relação mais harmoniosa, apesar das dificuldades naturais da tarefa de arrecadar recursos de tributos para suprir as demandas do Estado (BALEEIRO, 2002).

Como contribuinte, o cidadão começa a receber muito mais atenção e respeito por parte da Administração Tributária, facilitando o acesso e entendimento das legislações. Os tributários têm maior responsabilização de prover o cidadão de informações, fazendo uso das novas tecnologias de comunicação.

O Ministério da Justiça criou o Código de Defesa do Consumidor e orientou a criação da rede de organizações chamadas Procuradorias de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCONS), uma espécie de Tribunal Especial, que defende o consumidor de práticas danosas por parte das empresas, o que tem gerado uma melhoria substancial no respeito aos direitos do cidadão.

Mas é na mudança de postura do Estado, quando se pergunta "quem é nosso cliente?" que a resposta ainda é um pouco reticente. É claro e evidente que o cidadão é como um cliente preferencial de ação do Estado e só a ele podem estar direcionados os objetivos e resultados benéficos da ação do governo. Isso remete aos princípios administrativos, apresentados por Hely Lopes (1995), dentre os quais se destaca o princípio da finalidade ou, da impessoalidade, termo utilizado, na Constituição de 1988, art.37, mas que não difere nem do objetivo e nem do significado do primeiro. A prova dessa afirmação, o autor relata que:

O princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (CF, art. 37, § 1º). E a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público. Todo ato que se apartar desse objetivo sujeitar-se-á a invalidação por desvio de finalidade (LOPES, 1995, p. 85-86).

O Serviço que a Administração Tributária presta ao cidadão e à sociedade é fazer com que os contribuintes paguem seus impostos e que o Estado seja provido de recursos para desempenho das funções públicas que lhe competem (RESENDE, 2001).

A apresentação desse conjunto de mudanças que vem ocorrendo no Brasil tem por objetivo dar uma noção das alterações que estão ocorrendo no cenário do setor público, mudando completamente o conservacionismo em que atua o Estado.

Tanto a sociedade quanto o Estado refletiram sobre a situação atual que prevalecia à época, não muito distante, e projetaram a situação desejada por todos. Num processo de mudança, a cada passo em direção à situação desejada muda a visão de quem projeta, muda o cenário, pois a natureza é dinâmica e a percepção do indivíduo também.

Essa dinâmica é ainda maior quando as partes da relação são duas, Estado e cidadão, e cada um muda a sua maneira, por conseguinte toda a relação de valores, de visão, de percepção, de vanguarda. O resultado nunca será o modelo inicialmente desejado e, a cada avanço, novas proposições e oportunidades se apresentam.

O Estado se reforma, reavalia sua concepção, sua estrutura, seu funcionamento, seus poderes, sua forma de se relacionar com o cidadão, seus compromissos, seus valores e suas metas. Enfim, se moderniza e se alinha com as boas práticas de Estados mais avançados, inclusive incorporando valores típicos de grandes organizações privadas, como eficiência, boa gestão, resultados, compromissos com os clientes (cidadão), imagem, reconhecimento público entre outros (RESENDE, 2001).

O cidadão, por sua vez, também se moderniza, incorpora novos valores e novas práticas, acompanha a evolução de outros países, avança em sua capacidade de conhecimentos, desenvolve a consciência sobre os seus direitos e deveres e sente toda a potencialidade do exercício pleno da cidadania. Como consequência, começa a conhecer mais sobre as razões do Estado, suas funções, seu funcionamento e sua capacidade de transformação da sociedade através das ações e dos resultados das aplicações dos recursos públicos.

O cidadão passa a não se contentar mais com informações brutas e simples sobre o volume de receitas, de despesas, de *deficit* ou *superavit* e de dívidas. Ele não se satisfaz mais apenas com informações sobre percentuais aplicados nesta ou naquela área. É preciso aprofundar mais o conhecimento sobre a questão da exigência dos tributos, de sua cobrança e arrecadação efetiva sem privilégios, a aplicação correta e apropriada dos recursos naquilo que resulta em maior benefício social, principalmente em benefício daqueles com facilidade para serem os chamados excluídos sociais.

Em consonância com a evolução do comportamento do cidadão, os instrumentos e os meios legais de controle e participação também evoluíram, bem como a forma de planejamento e execução das políticas públicas, a exemplo, da política de orçamento que

passou por um processo de evolução bastante substancial. Hoje, a simples elaboração do orçamento, mesmo com a participação da sociedade, já não atende aos anseios e expectativas sociais. É preciso elaborar este orçamento, por meio de um programa, analisando e avaliando, além das receitas destinadas à construção ou reformas de obras, compras ou contratação de serviços, analisa-se também o seu objetivo e a sua efetividade. Sendo indispensável à apresentação de indicadores de impacto positivo na melhoria da qualidade de vida da sociedade. Para Sérgio Mendes:

Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurados por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou ao atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade (2010, p. 164).

Nesse processo, todos sentem que é preciso se posicionar, se organizar e encontrar os melhores caminhos para exercer seus direitos com reais possibilidades de fazê-los efetivamente respeitados. Como consequência surge entidades de classes, clubes de serviço, associações e, mais recentemente, Organizações não Governamentais (ONGs), para atuar nessa área de controle social.

Outros fatores relevantes são os mecanismos legais que possibilitam a realização do controle social e, nesse sentido, faz-se referência à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei Orçamentária, importantes instrumentos de repressão aos atos descabidos dos gestores em relação aos gastos públicos.

1.3.3. A Educação como caminho para a cidadania

Ao se considerar a educação como ferramenta necessária ao entendimento da concepção de Estado, é possível, concebê-la como o caminho que levará o indivíduo a adquirir conhecimentos sobre a cidadania no seu contexto geral, e a partir daí a consciência de sua prática se dará por meio de comportamentos, atitudes e ações que devem contribuir para a redução das desigualdades sociais. Gadotti, no texto já referido, ao pensar a educação do século XXI, apresenta algumas categorias, segundo ele, nascidas da prática da educação e da reflexão sobre ela. Dentre estas, destaca-se: a sustentabilidade que chama atenção para a importância da preservação do planeta e a cidadania. Sobre a última, ele explica:

Que implica também tratar do tema da autonomia da escola, de seu projeto político-pedagógico, da questão da participação, da educação para e pela cidadania. A partir dessa categoria podemos discutir particularmente o significado da concepção de escola cidadã e de suas diferentes práticas. Educar para a cidadania ativa tornou-se

hoje projeto e programa de muitas escolas e de sistemas educacionais (GADOTTI, 2000, p.10).

Nesse sentido, o professor Lindemberg afirma que embora os entendimentos sobre cidadania sejam distintos no tempo e no espaço, se pode inferir que o conceito de cidadania “está fortemente vinculado à noção de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito em relação à sociedade que em vive” (BRASIL, 2009).

Vicente & Marcelo (2012) lembram que a Constituição brasileira de 1988, estabelece os fundamentos da República Federativa do Brasil: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa; e o pluralismo político.

No cerne da discussão ora apresentada, sobre a relação dos direitos e deveres do cidadão, ao conceito de cidadania, os autores confirmam essa relação quando afirmam que:

Ao alçar a **cidadania** a fundamento de nosso Estado, o constituinte está utilizando essa expressão em sentido abrangente, e não apenas técnico-jurídico. Não se faz a cidadania aqui enunciada com a simples atribuição formal de direitos políticos ativos e passivos aos brasileiros que atendam aos requisitos legais. É necessário que o Poder público atue, concretamente, a fim de incentivar e oferecer condições propícias à efetiva participação política dos indivíduos na condução dos negócios do Estado, fazendo valer seus direitos, controlando os atos dos órgãos públicos, cobrando de seus representantes o cumprimento de compromissos assumidos em campanha eleitoral, enfim, assegurando e oferecendo condições materiais para a integração irrestrita do indivíduo na sociedade política organizada (VICENTE & MARCELO, 2012, p.94, *grifo do autor*).

A integração do indivíduo na sociedade, de certa forma, caracteriza-se como a própria dignidade da pessoa humana, outro fundamento da República Federativa do Brasil, e, de acordo com Vicente & Marcelo:

[...] assenta-se no reconhecimento de duas posições jurídicas do indivíduo. De um lado, apresenta-se como um **direito** de proteção individual, não só em relação ao Estado, mas, também, frente aos demais indivíduos. De outro, constitui **dever** fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes (2012, p.94, *grifo do autor*).

Estas observações comprovam de forma incontestável a importância de uma educação voltada a passar para o cidadão, jovem estudante, conhecimentos a cerca dos direitos e deveres como alicerce de uma vivência cidadã, buscando principalmente, a harmonia social. Nesse mesmo contexto, o professor Lindemberg, faz referência a Hannah Arendt, quando esta correlaciona cidadania ao direito e a ter direitos, exortando os direitos humanos como condição de existência da cidadania (BRASIL, 2009).

Quais seriam então esses direitos? No artigo 6º da CF de 1988, eles estão bem indicados e, de certa forma, conjugam como definição ideal de cidadania a possibilidade de todos os indivíduos conviverem numa sociedade democrática, garantindo o desenvolvimento integral do ser humano, satisfazendo suas necessidades básicas, como: moradia, alimentação, saúde, educação, lazer transporte e previdência social (BRASIL, CF/ 88, art.6º).

Apesar de muito claro na Constituição Federal, a realidade brasileira é outra. E, o que se vê e se vive é a negação dos direitos fundamentais do indivíduo, que se comprova pela quantidade de pessoas morando nas ruas e favelas dos grandes centros urbanos, muitas crianças fora da escola e do alto índice de desemprego, fato relevante para o aumento da marginalidade. Isso é o que se configura como exclusão social. Sobre essa exclusão Boneti diz que:

[...] em relação à exclusão social, entende-se que esta se manifesta num mesmo processo. A perda das oportunidades, por via do processo de seletividade, de participação na dinâmica produtiva da sociedade, faz com que o sujeito social perca também o direito ao atendimento igualitário nos serviços sociais básicos, como é o caso da educação, da saúde, da segurança e perca o direito de ser diferente. Em síntese, a exclusão social resume-se na exclusão do direito à *cidadania* onde quer que ela se manifeste (2003, p.35, *grifo nosso*).

Não se pode afirmar que a única causa para o agravamento dessa situação seja a falta de um sistema educacional mais abrangente e efetivo. Mas certamente, pode-se considerar a causa principal. Um povo sem educação é um povo sem perspectiva de evolução intelectual, profissional, social ou pessoal. Na verdade, um povo sem dignidade. Portanto, sem a menor noção de sua importância como cidadão capaz de contribuir para o desenvolvimento de seu país.

Partindo-se desse entendimento, percebe-se a educação como o meio mais eficaz para assegurar aos indivíduos o exercício de sua cidadania, com pleno conhecimento de seus direitos individuais e coletivos e, ainda, do direito de cobrar dos representantes políticos uma gestão transparente, prestando contas de seus atos no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas públicas necessárias ao bem-estar coletivo, bem como, da arrecadação e aplicação dos impostos pagos pelo cidadão contribuinte.

Este conjunto de ações é que caracteriza a educação como o melhor caminho para a cidadania.

1.3.4. A família e a escola no contexto da cidadania

Fazendo uma reflexão sobre as ponderações apresentadas no tópico anterior, a autora desta dissertação percebe a existência de dois grandes espaços de construção da cidadania, a família, base para a construção de valores e princípios que irão reger o comportamento social desse indivíduo por toda a sua existência e a escola, segundo espaço mais importante para o desenvolvimento de uma educação voltada à cidadania. No universo escolar estão à disposição dos pequenos e jovens cidadãos as dimensões necessárias que os estimularão a entender a essencialidade do cumprimento de seus deveres, bem como o ingresso na luta pelos seus direitos, quando estes lhes forem negados.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no seu artigo 2º, determina que a educação é dever da família e do Estado e, que esta tem que ser inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e o seu preparo para o exercício da cidadania. Já no artigo 27, essa mesma Lei, apresenta as diretrizes que deverão ser observadas na construção dos conteúdos curriculares da educação básica e apresenta no inciso I, a seguinte diretriz: “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (BRASIL/LDB Art. 27, I).

Assim, fica evidente que, para o desenvolvimento de uma educação voltada para a cidadania no Brasil, devem-se seguir as diretrizes determinadas na LDB e dimensioná-las conforme o nível de ensino.

Dessa forma pode-se garantir uma formação de fato cidadã, quando se leva em conta o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento de autonomia intelectual e do pensamento crítico (BRASIL/LDB Art., 35, III).

Portanto, entende-se que uma educação cidadã, desenvolvida no espaço escolar, deve repercutir efetivamente na vida dos indivíduos e da própria sociedade, uma vez que leva ao conhecimento dos princípios que fundamentam as práticas sociais e a obediências às normas democráticas. Tendo em vista, ainda, a reafirmação dos valores culturais e artísticos, sejam eles locais, regionais ou nacionais, que conforme o disposto no Caderno 1 do PNEF, possibilita o resgate da dignidade humana por meio de novos saberes (BRASIL, 2009).

A preocupação com um sistema de ensino voltado à cidadania, conforme pressupostos da LDB, não é percebida somente no Brasil, mas também em outros países como Portugal, por exemplo, o interesse pela cidadania remonta a 1820, com a Revolução Liberal,

movimento que procurou enfraquecer o antigo regime e difundir as ideias do Liberalismo, segundo o artigo denominado **A Educação para a cidadania em Portugal o ato de educar para a cidadania – a evolução e (re) construção do conceito – do Vintismo⁵⁶ a atualidade⁵⁷**, escrito pelas mestras em Ciências da Educação Maria Manuela Ventura Santos e Maria Neves Leal Gonçalves. As autoras fazem uma retrospectiva da educação em Portugal, num contexto de formação voltada à cidadania.

Tomando-se por base esse artigo, deparamo-nos com obras de vários outros autores portugueses, todos abordando o tema educação e cidadania. A exemplo do **Manual político do cidadão constitucional em 1820**, de autoria desconhecida, que segundo as autoras, “evidencia bem a intenção de esclarecer e instruir o leitor e dinamizar a opinião pública para os princípios políticos defendidos pela cultura liberal.” (SANTOS & GONÇALVES, (2000-2014), p. 2). De 1820, Manuela Santos e Maria Gonçalves chegam a 1834, com a obra de Silvestre Pinheiro Ferreira, quando este publica o **Manual do cidadão português em um governo representativo**, com foco em conteúdos cívicos como: Direitos e Deveres do Cidadão, Direitos ou Poderes Políticos, o Poder Eleitoral. Isso, comentam as mestras, já demonstra a preocupação do autor por estas questões e, ainda, que estas obras são um testemunho da vontade de uma época que queria construir um Estado Liberal e atento às necessidades dos cidadãos para poderem participar da vida pública e política do país.

Dessa época até os dias atuais, muitos fatos aconteceram, muitas reformas políticas, administrativas e educacionais, conforme segue o relato das autoras:

Em 1986 concede-se uma nova centralidade à Educação para a Cidadania através da promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86)²⁰. Pretende-se, assim, dar ao ensino uma dimensão cívica, essencial para um equilíbrio entre a formação dos jovens e a sua inserção na vida activa; cabe, pois, às escolas o papel de promover nos alunos uma consciência cívica, atitudes e hábitos de cooperação na família e na comunidade (SANTOS & GONÇALVES (2000-2014), p. 6).

Em 1989, conforme demonstra o artigo, aconteceu a reforma curricular, demonstrando a preocupação em enfatizar aprendizagens ligadas à dimensão da cidadania como também a pretensão de adquirir um saber integrado, o desenvolvimento do espírito de iniciativa e da autonomia dos estudantes, promovendo dessa forma uma cidadania ativa.

⁵⁶ Vintismo foi uma tentativa liberal de recuperar as liberdades perdidas sob os desmandos e desgovernos dos absolutistas, despóticos e intransigentes no seu anti-liberalismo. Artigo disponível em meio eletrônico: <[https://www.infopedia.pt/\\$vintismo](https://www.infopedia.pt/$vintismo)>

⁵⁷ Artigo disponível em meio eletrônico: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viiiicongreso/pdfs/184.pdf>> Acesso em: 15/07/2013, às 09h:24min.

Diante de todo esse relato histórico apresentado pelas estudiosas, Maria Manuela Ventura Santos e Maria Neves Leal Gonçalves, entende-se que, apesar de decorrido mais de duas décadas de reforma curricular, a educação para a cidadania continua sendo um tema atual, pertinente e que o Brasil também deve abraçá-lo para estimular o aluno a dar continuidade aos estudos, evitando-se a evasão escolar.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento 2014⁵⁸, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e publicado em 24 de julho de 2014, em Tóquio no Japão, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do Brasil foi o que mais cresceu entre os países da América Latina e Caribe, média de 0,95% ao ano, mesmo que ainda ocupe a 79ª posição no *ranking* mundial⁵⁹.

Em 2013, o Relatório de Desenvolvimento⁶⁰, também divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, apresentou a significativa taxa de abandono escolar do Brasil, mostrando que 24,3% dos estudantes brasileiros que ingressam na vida escolar não conseguem terminar o Ensino Fundamental, ficando atrás apenas da Bósnia Herzegovina (26,8%) e das ilhas de São Cristovam e Névis, no Caribe, em relação aos 100 países com maior Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁶¹, índice brasileiro não registrado no Relatório de Desenvolvimento de 2014.

De acordo com Eudina Maria da Rocha, diretora da Unidade de Gestão e inspeção da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), em entrevista concedida ao portal do jornal O Dia, na matéria “Piauí tem a terceira maior taxa de abandono escolar do país⁶²”, a evasão escolar está relacionada à falta de atratividade na escola, ocupando o Piauí a terceira maior taxa nacional de abandono escolar no Ensino Médio, quando diz o seguinte:

Entendemos que não basta garantir o acesso ou criar programas de transferência de renda para assegurar que esse jovem permaneça na escola, é preciso torná-la atrativa, interessante e cativante. Nos últimos anos temos avançado nesse sentido através de programas federais nas escolas do Estado (ROCHA, *apud* BASTOS, 2011).

⁵⁸ Relatório disponível para *downloads* no *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do link: <<http://hdr.undp.org/en/2014-report/download>> Acesso em: 015/08/2014, às 10h:30min.

⁵⁹ Matéria publicada em 14/03/13, por meio do link: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>> Acesso em: 15/08/2014, às 10h:24min.

⁶⁰ Relatório disponível para *downloads* no *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, por meio do link: <http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais> Acesso em: 15/08/2014, às 10h:30min.

⁶¹ Matéria publicada em 14/03/13, por meio do link: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>> Acesso em: 15/08/2014, às 10h:24min.

⁶² Matéria publicada em 17/03/11, por meio do link: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/piaui-tem-a-terceira-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-pais-104632.html>> Acesso em: 20/07/2014, às 11h:20min.

E continua a explicação afirmando:

Temos consciência de que o abandono no ensino médio acontece, principalmente, porque o estudante não encontra significado no estudo. E, dos principais motivos para este cenário é o fato de as pessoas serem utilitaristas, elas não vêem a educação como um meio, mas como fim do processo de formação. O que é um grande equívoco. No entanto, isso não redime as instituições de ensino de culpa. A escola também precisa se aproximar dos sujeitos reais e atualizar seu conhecimento. É preciso garantir a essência da escola (ROCHA, *apud* BASTOS, 2011).

Qual seria essa essência? Seria, exatamente, a essência da formação para a cidadania, dando real significado ao processo ensino aprendizagem, conforme os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação: formar o jovem para estar apto a conviver em sociedade, com garantia de inserção no mercado de trabalho e de participação política e social.

Portanto, espera-se por parte dos professores, a consciência de sua importância nesse processo educativo, como atores críticos, construtivos e participativos, na real compreensão da necessidade de estarem inseridos numa ação contínua de qualificação para a efetivação desse processo. Sentindo-se orgulhosos por poderem contribuir com a formação de cidadãos capazes de atuarem em movimentos sociais pela busca de uma sociedade justa e igualitária. Nesse sentido, Gadotti faz a seguinte reflexão:

O que é ser professor hoje? Ser professor hoje é viver intensamente o seu tempo, conviver; é ter consciência e sensibilidade. Não se pode imaginar um futuro para a humanidade sem educadores como não se pode pensar num futuro sem poetas e filósofos. Os educadores, numa visão emancipadora, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. Diante dos falsos pregadores da palavra, dos marqueteiros, eles são os verdadeiros “amantes da sabedoria”, os filósofos de que nos falava Sócrates. Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis (2000, p. 9).

Mas, para que o professor possa desenvolver a educação nesse contexto de cidadania, ele também precisa de atenção e de tratamento justo, que lhe dê condições de aprimorar seus conhecimentos, habilidades e atitudes para, então, ter capacidade de desenvolver um processo educativo pautado na qualidade e na ética.

O professor precisa se colocar na situação de um cidadão de uma sociedade capitalista, em desenvolvimento, com problemas especiais, e nesse quadro, reconhecer que tem um amplo conjunto de potencialidades, que só poderão ser dinamizadas se ele agir politicamente, se conjugar uma prática pedagógica eficiente a uma ação política de mesma qualidade (BONETTI, 2003, p. 72).

E é exatamente no quesito qualidade que se encontra inserida a formação para a cidadania, eis que tal formação requer muito mais que a positivação do direito a ela, a sua viabilidade e gratuidade; requer, outrossim, o preparo dos que educam, a sua inserção na grade curricular e a sua efetiva aplicação.

Boneti, ao discorrer sobre educação com qualidade e ética, conceitua a educação como sendo:

A forma que os diferentes povos encontraram para significar o mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Nesse processo acontece a construção dos novos conhecimentos e das novas técnicas e formas para a reprodução da vida. É criação e recriação de conhecimento. Esse processo leva a práticas cada vez mais diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho, socializando processos produtivos. Nesse conceito, educação é práxis teórica, política, pedagógica, afetiva e tecnológica. E, sendo isso, educação é práxis ética, porque visa a reproduzir e garantir a vida em constante construção e reconstrução (2003, p. 57-58).

Novamente, evidencia-se a Educação Fiscal como um contributo a essa prática educativa, esperando-se como resultado propiciar ao educando o exercício da cidadania por meio da aquisição de conhecimentos e da sensibilização para o envolvimento no desenvolvimento das políticas públicas e da realização do controle social, desempenhando o papel do cidadão ético e participativo.

Faz-se referência, mais uma vez, à Dra. Maria de Fátima Cartaxo, ao afirmar que “investir na Educação Fiscal, é a única garantia de um amanhã mais promissor e de uma sociedade livre, educada e consciente de suas obrigações”⁶³. Pensamento reforçado pela Dra. Fernanda Vilela, ao dizer que “a Educação Fiscal não é mais uma matéria e sim um tema inter e transdisciplinar e, que o indivíduo precisa saber da indispensabilidade do tributo e do funcionamento do fisco, só assim ele vai entender o papel social desse tributo”⁶⁴. Portanto, diante das afirmações acima, fica claro e notório, que não existe uma forma mais adequada para a dimensão desse saber, se não por meio de um processo educativo planejado e disciplinado de forma a abranger todos os níveis de ensino.

Ser contra esse processo educativo é ser contra a liberdade e a igualdade social, sinônimos da democracia substancial, pautada em práticas de ações voltadas ao bem-estar coletivo. E, lamentavelmente, existem sim, aqueles que se opõe a educação formativa de

⁶³ Especialista Setorial do BID e Coordenadora da Área de Gestão Fiscal e Municipal. Afirmação proferida durante palestra ministrada no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, 2º Painel: BID- Fortalecendo o exercício da Cidadania Fiscal, realizado em Maceió-Alagoas, no período de 25 a 27/08/2010.

⁶⁴ Tributarista e Ex-Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas. Afirmação proferida durante palestra ministrada no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, 1º Painel: O Programa de Educação Fiscal, realizado em Maceió-Alagoas, no período de 25 a 27/08/2010.

cidadãos livres, por saberem ser isso ameaça latente, de perda de privilégios e oportunidades de continuarem tirando proveito da ignorância do povo. Como diz Moreira Neto:

Esses epígonos da estatolatria (...) confundem e procuram que se confunda, em sua estranha militância política, feita com olhos postos no retrovisor, a democracia formal, que bem conhecem, sabem como manejá-la a seu favor e querem, embora já se tenha demonstrado ser uma democracia excludente, com a nova democracia substancial, que não conhecem e lhes incomoda, e até por definição, por ser fundamentalmente participativa, é, ao revés e sobretudo, uma democracia includente (2001, p. 31-32, *grifo do autor*).

A despeito da existência, ainda, desses nefastos políticos, quase sempre escondidos em peles de cordeiros, já não é, conforme o autor referido, tão problemático identificá-los e distingui-los dos políticos que “reconhecem e aplaudem os princípios e os instrumentos da democracia substantiva fiscal, recém-recepcionadas em nossa ordem jurídica” (MOREIRA NETO, 2001, p. 33). Já os primeiros, os que se vestem com peles de cordeiros:

Rebelam-se, indignados contra toda essa modernidade, alegando terem ficado cerceados na disposição discricionária dos dinheiros públicos a que estavam acostumados, e nas escolhas em quê e como gastar os recursos dos Erários, uma vez que, entenderam, teria sido afinal para fazê-las, com um amplo alvedrio e com um mínimo de interferência de incômodos parlamentos, órgãos de imprensa, entes da sociedade organizada e cidadãos interessados, que eles teriam sido afinal sufragados... pela democracia formal, fechando o círculo vicioso da demagogia (MOREIRA NETO 2001, p.33-34).

Percebe-se, pelas observações do autor, o surgimento efetivo do controle social feito por cidadãos livres e conscientes e, essas ações presumem-se, ser resultado da aquisição de conhecimento por meio de educação com todas as características de uma educação fiscal. Educação esta, que pode resultar numa gestão financeira democrática, que se faz sem desvios, gerenciada por indivíduos que escolheram, de forma espontânea, ser gestor público. Portanto, supõem-se, preparados para serem cobrados pelos resultados que deles se espera.

Diante do exposto, reforça-se a importância do desenvolvimento de um sistema educacional, organizado de forma a observar o cuidado necessário à formação do educando em sua integralidade, significando a capacidade deste de conviver em sociedade, participando de ações políticas e sociais, em benefício da coletividade, seja no papel de agente contribuinte, de fiscalizador ou de controlador.

Nesse contexto, salienta-se a necessidade de se propor junto às escolas novas práticas educativas com a finalidade de contribuir para a formação do cidadão, proporcionando a este, a oportunidade de viver a sua cidadania em toda a sua plenitude.

1.3.5. A Educação Fiscal no contexto da sala de aula

O **Programa Nacional de Educação Fiscal: Convite à cidadania**⁶⁵ ressalta que até à primeira metade do século XX, não se tinha no Brasil uma preocupação ou mesmo disposição dos órgãos governamentais pela transparência de suas ações, tampouco quanto às finanças e gastos públicos. Ao cidadão apenas restava uma condição passiva, como mero ouvinte de notícias, como o aumento dos gastos públicos, índices de inflação ou desequilíbrio das finanças públicas. Nesse contexto, as ações no âmbito da Educação Fiscal eram voltadas ao aumento da arrecadação, embora tendo certo cunho educativo quanto à propagação do histórico e finalidade dos tributos, apenas tinham caráter temporário e arrecadatório, realizado por meio de campanhas.

Posicionamento que apresentou uma guinada com a realização do seminário sobre “Federalismo Fiscal” promovido pelo Conselho de Política Fazendária (CONFAZ) em 1995, em que por meio da participação de expositores internacionais ressaltou-se a importância de ações educativas para a conscientização do cidadão no cumprimento das obrigações tributárias de forma permanente⁶⁶. A partir desse momento passou-se a pensar modelos de ações conjuntas entre Estado e escola, a fim de implementar um programa nacional de educação tributária nas escolas, a ser desenvolvido pelos Estados, resultando na aprovação do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) em 1999.

A partir de então, passa-se a questionar como a escola pode efetivamente contribuir para a constituição dessa consciência tributária no seio da sociedade, e se a mesma teria capacidade para tal tarefa. Nesse sentido, compreendemos as instituições pedagógicas, a exemplo da escola, segundo o pensamento do filósofo Michel Foucault, um espaço de exercício do poder disciplinar, em que se efetivará a formação dos sujeitos e de sua inserção na coletividade. A escola seria o espaço de produção/reprodução de discursos e saberes, “têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos” (FOUCAULT, 1999, p.114), mesmo entendimento de Moura, quando ressalta o papel da educação como elemento auxiliar na viabilização de programas e campanhas governamentais.

⁶⁵Disponível por meio do link: <file:///C:/Users/larissarochoa/Downloads/Documento%20base%20-%20final.pdf > Acesso em: 27/08/2014, às 13h:01min.

⁶⁶Informação obtida por meio do Histórico do Programa Nacional de Educação Tributária, disponível para consulta por meio do link: <http://www.sefaz.go.gov.br/UCE/hist%C3%B3rico_nacional.htm > Acesso em: 28/08/2014, às 09h:16min.

Nesse processo, a educação foi, e ainda é, frequentemente acionada, como elemento auxiliar, complementar e, muitas vezes, essencial para a viabilização das iniciativas, programas e campanhas que tenham como objetivo uma ação direta sobre determinados segmentos da população e a segurança pública. Encarrega-se também de reproduzir e reforçar prescrições normativas, hábitos e condutas estreitamente vinculados à regulamentação e ao controle dos fenômenos inerentes à população, mas provindos de outras instituições e/ou setores sociais (MOURA, 2010, p.77).

Por esse pensamento é que se entende a Educação Fiscal como um novo desafio a ser enfrentado por essa parceria Estado-escola, na medida em que deve ser compreendida como um conjunto de valores a serem inseridos na sociedade, como tema transversal a ser integrado aos conteúdos programáticos dos currículos escolares. Currículo esse que, conforme estabelece o artigo 210, **Constituição Federal de 1988**, os artigos 57 a 59 do Estatuto da Criança e do Adolescente e os artigos 9º e 26 a 28, da **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que versa sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

A atualidade do currículo, valorizando um paradigma curricular que possibilite a interdisciplinaridade, abre novas perspectivas no desenvolvimento de habilidades para dominar esse novo mundo que se desenha. As novas concepções pedagógicas, embasadas na ciência da educação, sinalizaram a reforma curricular expressa nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiram como importante proposta e eficiente orientação para os professores.

Os temas estão vinculados ao cotidiano da maioria da população.

Além do currículo composto pelas disciplinas tradicionais, propõem a inserção de temas transversais como ética, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, entre outros. Esta estrutura curricular devesse estar sempre em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação e dos conselhos de Educação dos estados e municípios (BRASIL, 2013, p.96).

Verifica-se que a organização do conteúdo curricular ganha flexibilidade objetivando, além dos conteúdos mínimos pré-estabelecidos, proporcionar às diversas culturas nacionais adequar a grade curricular de acordo com as necessidades locais e contribuição dos diversos segmentos sociais.

Ainda, sobre a organização do currículo escolar, Wilson Liberati assevera que:

[...] os operadores do Direito, aliados aos demais membros da comunidade escolar local, podem colaborar para a elaboração de conteúdos curriculares que sejam atrativos e tenham significado para a vida do aluno e das famílias. É direito público subjetivo do aluno ter uma composição curricular que atenda e preencha suas necessidades de pessoa em peculiar condição de desenvolvimento (2004, p.67).

Desta feita, seguindo os ensinamentos de Paulo Freire, em sua **Pedagogia do Oprimido** (1987), obra de referência mundial à prática de uma pedagogia libertadora e progressista, propomos o ensino da Educação Fiscal de forma integrada e voltada à realidade

social do alunado. A sala de aula seria o espaço destinado ao desenvolvimento crítico do aluno, combatendo o modelo de ensino que o autor denomina como “bancário” em que o professor seria um depositário de conhecimento.

Mas, se para a concepção “bancária”, a consciência é, em sua relação com o mundo, esta “peça” passivamente escancarada a ele, a espera de que entre nela, coerentemente concluirá que ao educador não cabe nenhum outro papel que não o de disciplinar a entrada no mundo nos educandos. Seu trabalho será, também, o de limitar o mundo. O de ordenar o que se faz espontaneamente. O de “encher” os educandos de conteúdos. É o de fazer depósitos de “comunicados” – falso saber – que ele considera como verdadeiro saber (FREIRE, 1987, p.36).

Nesse cenário, a escola, conforme já ratificamos, sendo espaço de produção/reprodução de discursos e saberes, na visão de Freire, deveria estar voltada ao despertar da consciência desse alunado à sua realidade política e social, inquirindo-o a sua “libertação”.

Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na busca incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará (FREIRE, 1987, p 17).

A Educação Fiscal passa a ser vista como meio para construção de valores à formação cidadã do alunado. Já se tem exemplos de ações educativas nesse sentido, em que o aluno participa da construção tanto do modelo pedagógico, quanto do próprio conhecimento. Como exemplo, temos o caso do colégio D. Pedro I, em Pitanga (PR), em que com o auxílio do professor de matemática se “criou um programa anual que relaciona os conteúdos curriculares da disciplina à arrecadação de impostos no município”⁶⁷. Os alunos aliaram a Educação Fiscal, as fórmulas matemáticas e noções de cidadania.

Os professores, conscientes de seu papel como facilitadores no processo da construção do conhecimento, inserem o aluno na temática, permitindo a eles mesmos problematizarem o tema e produzirem suas próprias conclusões acerca da arrecadação tributária, participação cidadã e a preservação dos recursos públicos.

Nas aulas, os alunos aprendem que cabe às autoridades usar o dinheiro dos impostos pagos pela população para fazer o Brasil funcionar. Por isso, eles têm direito de cobrar qualidade nos serviços públicos. “Não há só a sonegação fiscal por parte do cidadão. O prefeito, o governador e o presidente também sonham quando a

⁶⁷ Informação obtida por meio da matéria “Educação Fiscal é lição de Cidadania e Matemática”. Disponível para consulta por meio do link <<http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/educacao-fiscal-licao-cidadania-matematica-427088.shtml>> Acesso em: 29/08/14, às 11h:30min.

verba recolhida não é revertida em benefícios para o povo" (GUIMARÃES, 2005, p.1).

No Estado do Piauí observou-se, conforme já referido, instituído por meio do Decreto nº 10.745 de 06 de março de 2002, o Programa de Educação Fiscal, criando também Comissão Mista Permanente, bem como o Grupo de Educação Fiscal (GEF) do Estado, atendendo a resolução nº 7 de 2000. Dentre as ações do grupo destaca-se o também já referido Projeto “Cidadania na Escola”, resultado da parceria entre Secretaria de Fazenda do Piauí (SEFAZ/PI), Controladoria Geral da União (CGU), Controladoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria de Educação (SEDUC), por meio das escolas do Ensino Fundamental e Médio da rede estadual de Teresina.

O projeto visava à discussão de conteúdos de Ética e Cidadania, Tributos e Gestão Pública, bem como a análise pelo anulado de seu contexto histórico, social e político, além de possibilitar a problematização da estruturação e funcionamento da Administração Pública, da função socioeconômica dos tributos, da destinação dos recursos públicos, das estratégias e dos meios de controle social, o que contribui ao entendimento da logística do Estado e a conscientização desse aluno como cidadão.

O Projeto contou com a participação de 19 escolas que desenvolveram Projetos Pedagógicos, de caráter interdisciplinar, atrelando temáticas de Educação Fiscal já previamente definidas pelo GEFE, sendo estes culminados na própria instituição de ensino. Culminâncias essas que se deu das mais diversas formas, seja por meio de dança, apresentações teatrais e musicais⁶⁸.

Ao final, os projetos foram avaliados por uma comissão especial que selecionou os 10 melhores a participarem de uma culminância geral no Centro de Convenções de Teresina-PI, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, com a presença de autoridades do Estado como Secretário de Educação e Cultura, de Fazenda, representante do Governador e demais autoridades⁶⁹.

Dentre as ações desenvolvidas pelas escolas na promoção da Educação Fiscal podemos exemplificar a passeata promovida pelos alunos da 4ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, da Unidade Escola Anísio de Abreu, onde os mesmos chamaram atenção dos cidadãos para a importância de medidas preventivas à disseminação do mosquito *Aedes*

⁶⁸ Informação obtida por meio da matéria “Escola realiza Culminância de Projeto Cidadania em Ação”. Disponível por meio do link: < <http://www.meionorte.com/noticias/escola-realiza-culminancia-do-projeto-cidadania-em-acao-25149>> Acesso em: 01/09/2014, às 10h:45min.

⁶⁹ Informações obtidas por meio da matéria “Entrega dos prêmios do concurso Cidadania na Escola hoje”, publicada em: 17/09/2007, às 08h:23min. Disponível por meio do link: <http://www.cabecadecuiia.com/teresina/10804/entrega-dos-premios-do-concurso-cidadania-na-escola-hoje->> Acesso em: 01/09/2014, às 10h:41min.

aegypti, transmissor da Dengue, bem como a distribuição de materiais informativos sobre políticas públicas e função social dos impostos⁷⁰.

É importante ressaltar que, as ações promovidas nas escolas, quer seja por meio de palestras, manifestações culturais ou mesmo discussões em sala de aula, sempre resultado de um projeto pedagógico voltado à interdisciplinaridade da Educação Fiscal, podem romper fronteiras. Os alunos envolvidos nos projetos passam a conscientizar sua comunidade para a importância de uma participação social mais consciente. O programa “Orientação corpo a corpo” é um exemplo de como o trabalho em sala de aula pode dar frutos e se expandir pelo Estado. Os alunos da rede estadual dos municípios de Picos, Floriano, Campo Maior, Piripiri, Oeiras e Parnaíba, todas as cidades piauienses, tiveram contato direto com os contribuintes visando a promoção da consciência socioeconômica dos tributos, bem como a preservação do patrimônio público, meio ambiente e outros temas inerentes à Educação Fiscal, numa ação conjunta que ficou marcada como o Dia “D” da Educação Fiscal⁷¹.

A institucionalização de um Programa de Educação Fiscal e a definição da temática nos currículos escolares do nível Fundamental e Médio viria fomentar, de forma permanente, essa conscientização do aluno para a importância de uma vivência participativa, bem como contribuiria ao estreitamento da relação Estado – cidadão, importante no desenvolvimento das políticas públicas.

⁷⁰ Informações obtidas por meio da matéria “Crianças fazem passeata em prol da Educação Fiscal”, publicada em: 18/05/2007, às 14h:35min. Disponível por meio do link: < <http://www.piaui2008.pi.gov.br/materia.php?id=24028> > Acesso em: 01/09/2014, às 11h:21min.

⁷¹ Informações obtidas por meio da matéria “Programa de Educação Fiscal é implantado em Picos (PI)”, publicada em 10/08/2009. Disponível por meio do link: < <http://programaeducacaofiscal.blogspot.com.br/> > Acesso em: 01/09/2014, às 11h:35min.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. Tipo de pesquisa

A metodologia seguida no desenvolvimento desta dissertação foi pesquisa bibliográfica e de campo, através de um modelo qualitativo, quantitativo. A abordagem qualitativa realizou-se mediante estudo teórico, observando-se correntes doutrinárias e bibliográficas a respeito da Educação Fiscal para a formação de cidadãos conscientes, que para Martins Júnior pode ser definida como:

A descrição dos dados obtidos através de instrumentos de coleta dos dados, tais como: entrevistas, observações, descrições e relatos. Consiste em buscar a compreensão particular daquilo que se está investigando, não se preocupando com generalizações, princípio e leis (2008, p.132).

Os procedimentos técnicos adotados foram por meio de estudos, através de pesquisas em doutrinas, revistas, *sites* da *internet* e jornais de grande circulação. Quanto à natureza quantitativa, caracteriza-se como descritiva e exploratória, é descritiva por apresentar uma descrição das características de um determinado grupo como: idade, sexo, procedência etc., e é exploratória porque explora o problema de forma a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, esclarecendo e modificando conceitos e ideias.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2002, p.47).

2.2. Universo e sujeitos da pesquisa

O universo da pesquisa foi composto de três escolas da rede pública estadual de ensino da cidade de Teresina-PI, identificadas como: Unidade Escolar A, Unidade Escolar B e Unidade Escolar C.

Nestas unidades foram escolhidas para aplicação do questionário as turmas de 3º Ano do Ensino Médio do turno manhã, por entender, a partir de experiência pessoal como docente, que neste momento de sua formação o alunado já goza de discernimento e capacidade para permitir uma análise crítica de sua realidade social, bem como seus

respectivos professores, visando compreender como estes percebem o papel da Educação Fiscal no processo de formação do indivíduo. O que perfaz um total de 393 alunos e 54 professores, dos quais responderam ao questionário proposto 115 alunos e 15 professores.

Também participaram como sujeitos da presente pesquisa os diretores e pedagogos das unidades de ensino, no intuito de conhecer a percepção destes acerca do desenvolvimento da Educação Fiscal e se os mesmos a entendem como mecanismo de formação do alunado enquanto cidadão consciente, ponto chave da pesquisa em análise, totalizando 3 diretores e 3 pedagogos.

2.3. Elementos da pesquisa

Com relação às técnicas usadas para a coleta de dados usou-se o questionário com perguntas fechadas, compreendidas por Martins Júnior como: “aquelas em que as alternativas são fixas e preestabelecidas pelo pesquisador” (2008, p.209), sendo este aplicado junto aos alunos e professores, escolhidos de forma aleatória, dentre as turmas do turno da manhã das três escolas escolhidas, o que para Martins Junior: “é a que tem a sua composição realizada por sorteio, escolha ao acaso ou por um processo fidedigno de escolha” (2008, p. 78).

Ainda seguindo o pensamento de Martins Júnior (2008) a entrevista, realizada com diretores e pedagogos, tem como objetivo obter a opinião honesta do entrevistado acerca de um determinado tema ou assunto, sem influencias do entrevistador.

2.4. Procedimentos para análise dos dados

A análise dos dados coletados foi feita de forma quantitativa, na medida em que se fez o levantamento dos dados obtidos e estes estão apresentados por meio de tabelas e gráficos, dando ensejo à análise qualitativa fenomenológica, que conforme Martins Junior “faz uma análise do significado dos dados, juízo de valor e comparação com outros fenômenos semelhantes” (2008, p. 83). Isto possibilitou a fundamentação e confronto de informações obtidas na pesquisa bibliográfica sobre o tema com os dados coletados na pesquisa de campo.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo contém os resultados da pesquisa realizada nas três escolas referenciadas na introdução desta dissertação, tendo como sujeitos os alunos do 3º ano do Ensino Médio, turno manhã, seus professores, diretores e pedagogos, selecionados aleatoriamente. Os quadros baixos apresentam de forma mais organizada a classificação quantitativa dos sujeitos, destacando o universo total, a quantidade de respondentes, dos não respondentes, bem como o percentual de participação dos sujeitos por escola pesquisada. Apresenta, também, alguns dados relativos à função educativa dos professores, diretores e pedagogos e, ainda, a faixa etária dos alunos.

PROFESSORES:

Tempo de docência: Entre 2 a 25 anos

Formação acadêmica: Licenciatura em Letras, História, Matemática, Química e Geografia.

Disciplina: Língua Portuguesa, Matemática, História, Química, Geografia.

DIRETORES:

Formação acadêmica: Licenciatura Plena sem História, Português e Literatura; Mestrado em Gestão de Projetos; Artes

Conhecimento em gestão escolar: Capacitação em curso de aperfeiçoamento em Gestão Escolar; Curso de Gestão Escolar

Tempo de gestão da escola: entre 3 a 20 anos

PEDAGOGOS:

Tempo de atuação profissional: entre 2 a 10 anos

Formação acadêmica: Pedagogia

DADOS QUANTITATIVOS DA PESQUISA

Quadro 3 – Professores do 3º ano do ensino medio - turno manhã, das escolas da rede estadual pesquisadas

ESCOLAS	UNIVERSO	ENTREVISTADOS	NÃO ENTREVISTADOS	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
ESCOLA “A”	14	5	9	35,7 %
ESCOLA “B”	15	5	10	33,3 %
ESCOLA “C”	25	5	20	20 %
TOTAL	54	15	39	27,7%

Quadro 4 – Alunos do 3º ano do ensino medio - turno manhã, das escolas da rede estadual pesquisadas

ESCOLAS	UNIVERSO	RESPONDENTES	NÃO RESPONDENTES	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO
ESCOLA “A”	27	20	7	74,07%
ESCOLA “B”	166	45	121	27,10%
ESCOLA “C”	200	50	150	25%
TOTAL	393	115	278	29,26%

A partir dos quadros apresentados, já é possível se fazer uma análise em relação às informações contidas nos mesmos. Principalmente, quanto ao número de participantes na pesquisa, no que diz respeito aos professores. O quadro mostra um total de 54 professores do 3º ano do Ensino Médio, turno manhã, e destes, somente foi possível entrevistar quinze, referentes às três escolas. Muitos alegaram estar saindo ou entrando em sala de aula, outros não tiveram interesse em participar apesar da explicação da importância e do objetivo da pesquisa.

A questão é: O que leva um educador a negar-se a participar de um trabalho de pesquisa, de sua área, mesmo como sujeito desta, uma vez que o seu resultado pode lhe apresentar novos instrumentos pedagógicos para a melhoria de suas práticas educativas ou, subsídios que lhe permitam a implementação de uma nova prática educativa? Supõem-se várias possibilidades ou causas desse comportamento, que lista-se a seguir, sem querer aprofundar-se no mérito, para não se fugir do foco principal da pesquisa, mas que se faz necessário, em virtude do questionamento levantado.

- Falta de motivação do professor em virtude de um sentimento de desvalorização;
- Inexistência de um programa de formação continuada, ou a ineficiência, caso já exista um;
- Descrédito dos professores nos Programas e Projetos Governamentais Educacionais, em função da falta de continuidade e de conclusão destes, por falta de recursos, principalmente financeiros;
- Falta de envolvimento dos professores no planeamento de Políticas Públicas dos Programas e Projetos (o pacote, segundo informações dos próprios, chega pronto e nem sempre atende às necessidades da escola).

Diante das suposições acima, entende-se em parte a atitude desses profissionais da educação. Em parte sim, pois independente das circunstâncias e situações vividas, o que se espera deles é que estejam sempre dispostos e abertos a novas informações e conhecimentos, pois somente assim, ele será capaz de mudar essa realidade negativa e excludente para uma positiva e inclusiva. Afinal, é de conhecimento geral que a educação é um dos melhores caminhos para a formação de indivíduos responsáveis socialmente, vivendo efetivamente a sua cidadania e, o professor é um dos eixos desse grande cenário.

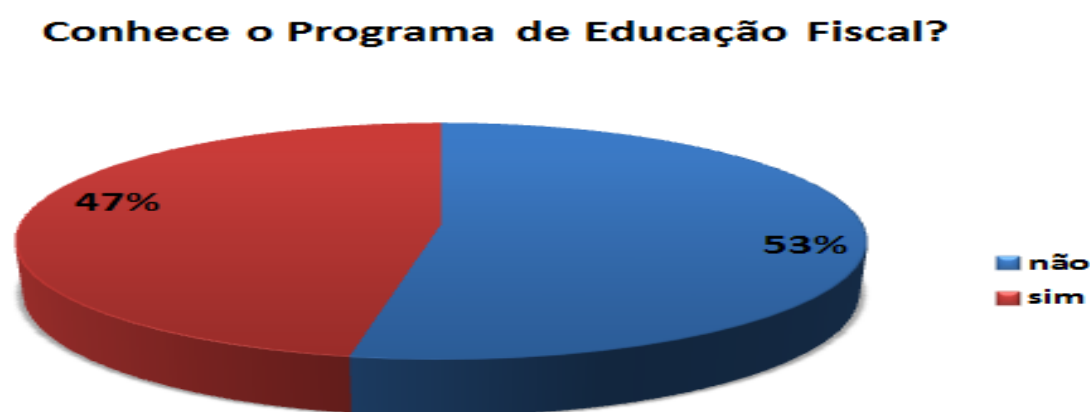
Após estas considerações, apresenta-se graficamente o resultado da entrevista com os professores, analisando individualmente estes resultados.

3.1. Resultado e análise do questionário aplicado junto aos professores

A primeira pergunta foi se o professor conhece o Programa de Educação Fiscal, o resultado observado no gráfico, mostra que 8 não conhecem o Programa. O que representa 53% dos entrevistados e, este é um dado relevante, ao se levar em conta o tempo de implantação do mesmo no Estado, desde o ano de 2002, conforme já informado no referencial teórico desta dissertação, sendo que, desde esse período vem-se desenvolvendo ações objetivando-se a sua disseminação, principalmente junto às comunidades escolares.

Para tanto, vários meios são utilizados como, o curso de Disseminadores de Educação Fiscal, este voltado, de forma especial aos professores e técnicos da educação da rede pública estadual e municipal, não se descartando, entretanto, a participação de profissionais docentes de instituições privadas, tendo ainda outros instrumentos, a saber: *folders*, cartazes, cartilhas, livros, e também os meios de comunicação: rádio, televisão e *internet*, além dos encontros promovidos com os professores por meio de palestras e reuniões⁷². Apesar do uso de todos esses meios, talvez seja necessário se fazer muito mais e, mais importante, com uma revisão no planejamento estratégico do Programa.

Gráfico 1 – Nível de conhecimento dos professores sobre o Programa de Educação Fiscal



Na segunda pergunta, “Participou do curso de Disseminadores de Educação Fiscal?”, o gráfico mostra que dos 15 professores entrevistados, apenas 4 participaram do curso, equivalendo a 26,6% dos sujeitos.

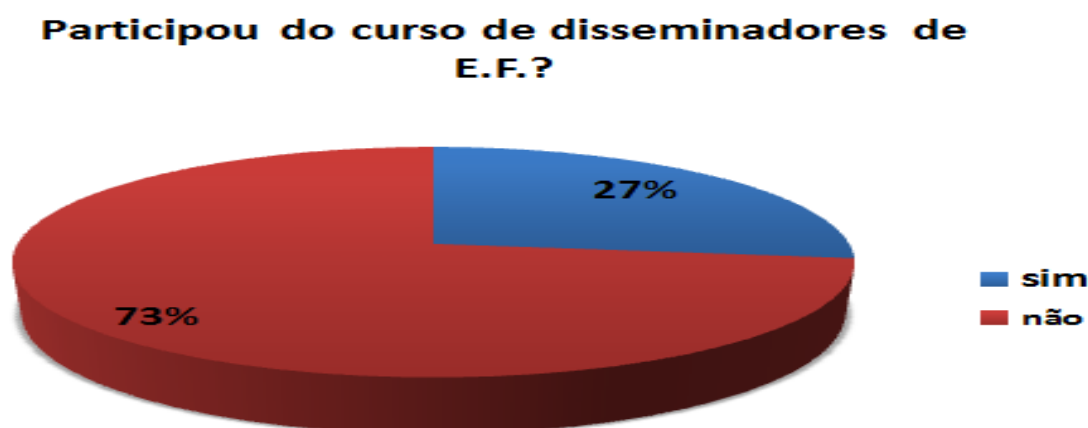
Outro resultado controverso, uma vez que os dados apresentados na apresentação do Programa no Brasil e no Estado mostram um número significativo de professores capacitados por meio do curso referido, tanto à distância, como presencial, para atuarem como disseminadores de Educação Fiscal. Esta atuação significa as ações desenvolvidas pelo professor para abordagem dos conteúdos da Educação Fiscal, sejam em forma de projetos pedagógicos, oficinas e do lúdico, tudo associado aos conteúdos das disciplinas, o que comprova a transversalidade dessa política educativa.

Portanto, recomenda-se observar as causas deste resultado, que é preocupante, apesar de representar a realidade de apenas três escolas da rede estadual, localizadas em

⁷² As informações acima constam do capítulo 1, que trata da apresentação do PNEF nacional e estadual.

Teresina, capital do Estado do Piauí, e de um número não muito grande de sujeitos, comparando-se ao universo total representado por 126 professores da série pesquisada dos três turnos. No entanto, chama-se atenção para a quantidade de professores disseminadores de Educação Fiscal no Estado, que equivale a um total de 1.800, sendo que deste total, a grande maioria são de escolas da rede pública de Teresina-PI.

Gráfico 2 – Participação no curso de Disseminadores de E.F.



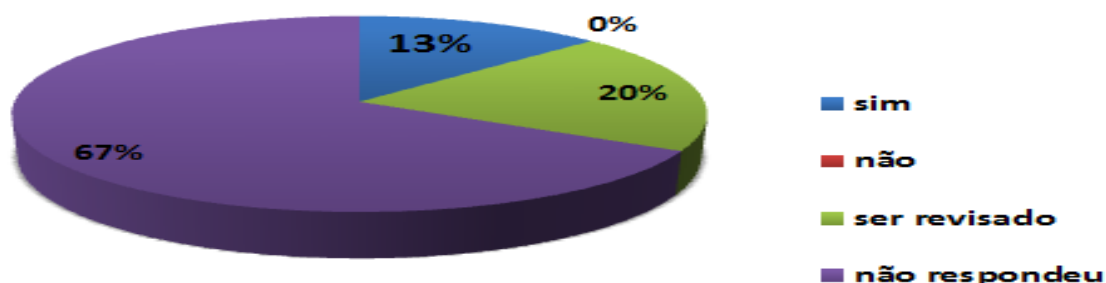
A terceira pergunta, se o conteúdo do curso oferece subsídios para uma educação voltada à cidadania, obteve-se o seguinte resultado: dos 15 entrevistados, 2 afirmaram que sim, 3 que precisa ser revisado, e 10 não responderam, representando 0, 13, 20 e 67% respectivamente.

Este resultado condiz com o das duas questões anteriores, quando afirmaram não conhecer o Programa e nem terem participado do curso de Disseminadores, razão que talvez tenha impedido a maioria emitir juízo de valor sobre a questão em foco.

Quanto à necessidade de revisão apontada, deve-se concordar com a sugestão, visto as mudanças e acontecimentos constantes, envolvendo os interesses da sociedade e, sendo a Educação Fiscal uma ação voltada diretamente para os interesses sociais, com a finalidade de oferecer auxílio para a participação do indivíduo no desenvolvimento das políticas públicas contribuindo ou assumindo o papel de fiscalizador das ações dos gestores públicos, se faz necessário uma revisão e atualização continua dos temas abordados na Educação Fiscal.

Gráfico 3 – O conteúdo do curso como subsídio a uma educação voltada à cidadania

O conteúdo do curso oferece subsídios para uma educação voltada à cidadania?

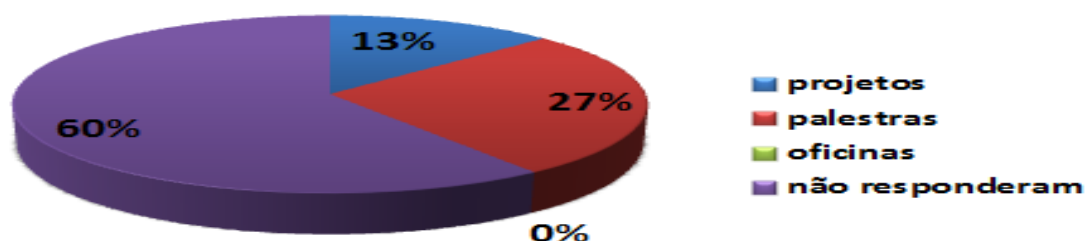


Quando inquiridos, quarta questão, sobre a forma de abordagem dos temas de Educação Fiscal, observa-se que a lógica está presente neste resultado e dos 5 professores que afirmaram conhecer o programa, 2, correspondente a 13%, responderam ser por meio de projetos a abordagem da Educação Fiscal e 4, ou 27% destes, através de palestras.

As duas formas de fato são mais utilizadas, inclusive pelo grupo de trabalho que compõe o GEF – PI, o que pode vir a influenciar os professores a também utilizarem a mesma metodologia para disseminar e educar seus alunos para a cidadania⁷³.

Gráfico 4 – Forma de abordagem dos temas da E.F.

Forma de abordagem dos temas da E.F.



⁷³ Esta afirmação parte da autora desta dissertação, por ter coordenado o Programa de Educação Fiscal no Piauí de 2004 a 2011.

Quanto aos temas ou conteúdos abordados, quinta pergunta, o resultado mostra que apenas 6 responderam. O que equivale a 13% dos sujeitos, dizendo que o conteúdo abordado refere-se aos direitos e deveres do indivíduo e 4, ou 27%, dizendo ser outros, sem identificar quais seriam.

Nove, equivalendo a 60% dos entrevistados, não responderam, resultado que se pode atribuir à falta de conhecimento sobre Educação Fiscal e, não necessariamente, dos temas ou conteúdos, uma vez que são assuntos presentes na vida e no dia-a-dia de todo brasileiro.

Analisando-se por essa vertente, fica evidente a falta da inserção institucionalizada, por meio do Projeto Político Pedagógico da Educação Fiscal, que certamente facilitaria a abordagem dos temas referidos, por meio de uma didática adequada.

Gráfico 5 – Temas abordados no curso



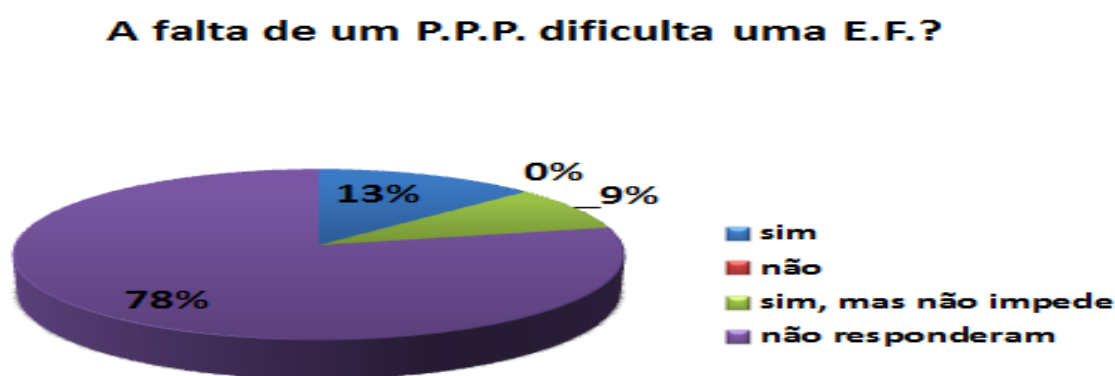
Na sexta pergunta indagou-se sobre a falta de um plano político pedagógico que oriente a execução da educação fiscal dificulta esse processo? Três (20%) dos entrevistados disseram que sim e 2 (13%), que sim, mas não impede o processo.

Levando-se em conta a orientação da LDB, quanto à inclusão de temas transversais no currículo escolar, como forma de desenvolver uma educação cidadã e ainda, a similaridade destes com os temas da Educação Fiscal, a falta de um plano pedagógico voltado para esta realmente não deveria impedir esse processo educativo.

Entretanto, se sabe que todo trabalho ou ação necessita ser planejado para se ter mais garantia da sua eficácia. Com o processo educativo não é diferente ao contrário, requer

um planejamento muito mais cuidadoso, pois se trata da preparação e formação do jovem estudante para sua vivência cidadã, conhecendo os seus direitos, deveres, participando socialmente das políticas públicas, contribuindo, por exemplo, com a arrecadação dos impostos necessários a concretização dessas políticas. Mas também fiscalizando a aplicação desses impostos garantindo o seu retorno em benefício da sociedade, especialmente dos menos favorecidos.

Gráfico 6 – Relação entre o Projeto Político Pedagógico e a E.F.



Em relação à necessidade de conhecimento mais aprofundado sobre o conteúdo da Educação Fiscal, sétima questão, o gráfico deixa claro o resultado e entende-se a importância de se proporcionar a oportunidade de atualização ou de conhecimento mais aprofundado do conteúdo em pauta. O que não é impossível, tendo em vista o processo de formação continuada desenvolvido através da Gerência Nacional do PNEF, que oferece, além do curso de Disseminadores já relatado em capítulo anterior, o curso de especialização *latu - senso* em Educação Fiscal.

Portanto, se demonstra que as oportunidades existem e depende apenas de decisão dos gestores públicos e da vontade do próprio professor, que deve ter a convicção da importância de uma formação continuada, com abrangência interdisciplinar para o desempenho de seu ofício.

Gráfico 7 – Necessidade de conhecimento mais aprofundado sobre E.F.

Questionados se aceitariam participar do curso, oitava pergunta, 10 dos 15 entrevistados responderam que gostariam. Considera-se este resultado como um ponto altamente relevante, pois demonstra a disposição dos professores em conhecer e quem sabe, adotar a Educação Fiscal como uma prática educativa capaz de fortalecer o sentimento e as ações de cidadania, que devem ser executadas por todos os indivíduos inseridos numa sociedade.

Gráfico 8 – Interesse na participação do curso de Disseminadores de E.F.

3.2. Resultado e análise do questionário aplicado junto aos alunos

Este item mostra analiticamente o resultado da pesquisa feita junto aos alunos do 3º ano do Ensino Médio, das escolas A, B e C, da rede pública estadual, na cidade de Teresina-PI. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário com perguntas fechadas aplicado junto a 115 alunos, de um universo de 393 da serie investigada. Os dados foram organizados em gráficos caracterizando uma análise quantitativa e, ao mesmo tempo, qualitativa a partir dos resultados apresentados.

Assim, a primeira pergunta procurou saber dos respondentes se conhecem a origem dos recursos financeiros para a aquisição de carteiras, para pintar a escola, comprar a merenda e pagar o salário de seu professor. Conforme o gráfico, 89% afirmam que tem conhecimento, contra 11% que dizem não ter conhecimento.

Analisando-se o resultado em foco, conjectura-se um processo educativo desenvolvido pelas três escolas voltado à cidadania uma vez que passa informações e conhecimentos sobre questões sociais relevantes para o discernimento e desenvolvimento do pensamento critica dos alunos. No entanto, é importante investigar como é organizado esse processo educativo, a sistematização da abordagem dessas informações e ainda, se são realmente suficientes para a concretização uma formação cidadã, como prevê a LDB.

Gráfico 9 – Consciência do alunado sobre a origem dos recursos da escola



A segunda pergunta, na verdade, procura confirmar se de fato o resultado afirmativo do primeiro tem fundamento e, pelo resultado apresentado, percebe-se que não tem

fundamentação. Afinal, 76% dos inquiridos negaram saber o que é tributo, enquanto apenas 23 % responderam positivamente. Esse resultado é no mínimo sintomático. Se na questão anterior, a maioria quase absoluta, respondeu afirmativamente, como que na segunda aconteceu o oposto? Se uma é condicionante da outra, seja afirmativa ou negativamente?

Esses questionamentos, talvez sejam possíveis de serem respondidos a partir da próxima pergunta. Mas, independente disso, fica evidente a falta de planeamento pedagógico adequado, bem como conteúdos que contribuam para a formação plena do aluno, que significa prepará-lo, não só para o mercado de trabalho, como também para a participação social.

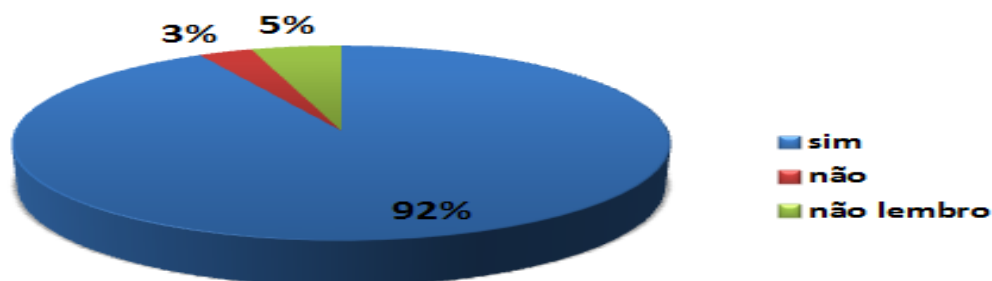
Gráfico 10 – Conhecimento sobre tributo



Na terceira pergunta indagou se já tinham ouvido falar sobre imposto, com 106 alunos, correspondente a 92% dos sujeitos, afirmando já ter ouvido falar sobre imposto. Este resultado é o contraponto do resultado anterior, quando se questionou sobre o conhecimento do tributo que a maioria afirmou não conhecer.

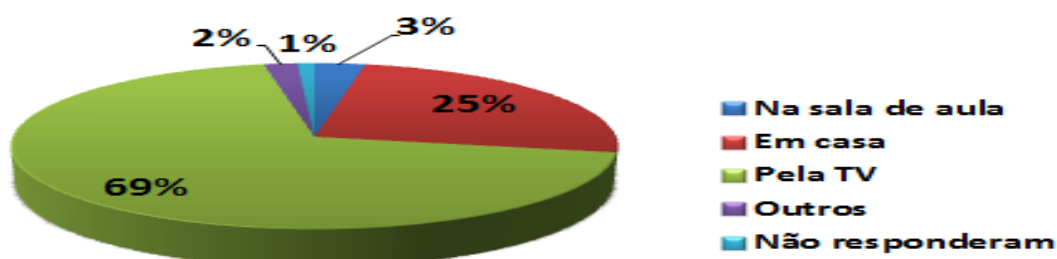
Esperava-se que houvesse um equilíbrio nos resultados, uma vez que um é componente do outro, ou seja, o imposto é uma espécie de tributo. Ao contrário, pode-se perceber que tal conhecimento é resultante do senso comum, conhecimento obtido a partir de experiências, vivências e observação do mundo, ao contrário de um conhecimento científico, que se esperava ter-se obtido em sala de aula, consciente e crítico.

No senso comum não é necessário que haja um parecer científico para que se comprove o que é dito, é um saber informal que se origina de opiniões de um determinado indivíduo ou grupo que é avaliado conforme o efeito que produz nas pessoas. É um saber imediato, subjetivo, heterogêneo e acrítico, pois se conforma com o que é dito para se realizar, utiliza várias ideias e não busca conhecimento científico para ser comprovado (CABRAL, 2014, p.1).

Gráfico 11 – Conhecimento sobre imposto**Já ouviu falar sobre imposto?**

A quarta pergunta indaga como tomaram conhecimento sobre o imposto. Pelo resultado obtido, 69% disseram ter ouvido falar sobre imposto na TV, resultado que não surpreende, visto não se ter dúvida quanto à abrangência desse meio de comunicação e da gama de informações divulgadas por este.

O segundo valor mais significativo, comprova a importância da participação da família no processo de formação do indivíduo, fato que contribui concretamente para o exercício efetivo da cidadania. Em contraposição, a escola enquanto espaço de formação, pelo resultado apresentado, percebe-se que não vem desempenhando de forma plena o seu papel.

Gráfico 12 – Meios de aquisição de conhecimento sobre imposto**Onde ouviu falar sobre imposto?**

A quinta pergunta indagou sobre a finalidade do imposto. 73% dos pesquisados responderam que tem conhecimento sobre essa finalidade. Quanto a este resultado, apesar de positivo, fica a dúvida, em virtude de não se ter a comprovação desse conhecimento.

Dúvida gerada pela real situação de muitas escolas, que esta pesquisadora teve a oportunidade de comprovar em virtude de visitas constantes a escolas da rede estadual, municipal e particular de ensino, incluindo as pesquisadas, enquanto desempenhava a função de Coordenadora do Programa de Educação Fiscal, a exemplo de: carteiras quebradas, paredes riscadas e banheiros danificados, devido ao mau uso, principalmente por parte dos alunos.

Gráfico 13 – Conhecimento da destinação dos impostos



Na sexta pergunta se procurou saber se o professor falou em sala de aula sobre patrimônio público. Do total dos alunos, pesquisados 63, o que equivale a 55%, respondeu afirmativamente. É um número representativo sim, mas, poderia ser mais ainda, considerando a importância do tema e, principalmente, a ausência do entendimento de que o bem público, apesar de ser de todos, não deve servir a interesses particulares, mas tão somente aos interesses da coletividade, bem como, a necessidade de preservar e zelar por este patrimônio.

Essa questão requer uma referência à questão anterior, qual seja a finalidade do imposto. Considerando-se que o patrimônio público é resultado do imposto pago por todos os cidadãos, e neste *roll* estão os pais dos alunos, sujeitos da pesquisa.

Nesse sentido, entende-se o aumento da responsabilidade da escola, sendo o professor seu principal agente facilitador no processo de conscientização da preservação do

patrimônio público, uma vez que não se tem a certeza de que esta conscientização acontece no seio familiar.

Gráfico 14 – Conhecimento sobre patrimônio público por meio do professor



A sétima pergunta buscou perceber qual a compreensão dos alunos sobre os cuidados que se deve ter com a escola. O resultado mostra que 100% dos investigados acham importante cuidar do ambiente escolar, mas pela observação da pesquisadora, durante as visitas para a realização da presente pesquisa, em duas das três escolas, o que se comprovou foi uma enorme falta de cuidado, onde se constatou um elevado número de carteiras quebradas, bebedouros com vazamentos, paredes riscadas e descascadas e, o mais grave, atos ilícitos cometidos pelos alunos. Como exemplo, refere-se o furto de um aparelho celular que aconteceu exatamente enquanto se conversava com a direção da escola que, pela reação da mesma, acredita-se ser esta uma prática comum na escola.

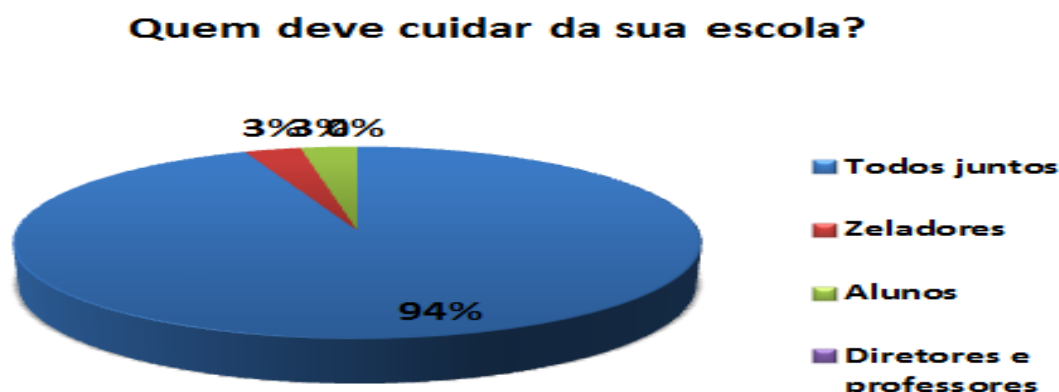
O mais grave, foi não se ter percebido preocupação e nem tão pouco disposição, por parte da direção da escola, em buscar meios de resolver o problema.

Gráfico 15 – Consciência sobre a importância do cuidado com a escola

Já a oitava pergunta, a respeito de quem deve cuidar da escola, 94% foram convictos ao afirmarem que todos juntos devem cuidar do ambiente escolar. Este é um resultado bastante significativo, pois demonstra a disposição dos alunos em participar de todas as ações propostas pela escola, contribuindo para sua preservação mesmo sem um conhecimento mais aprofundado sobre temas como patrimônio público adquirido com recursos oriundos dos impostos, conforme o observado pelas respostas das questões anteriores.

Importante ressaltar também, a observação da pesquisadora em relação à postura da Diretora, que sempre se mostrou distante, despreocupada, como que se eximindo de suas funções, o que se percebia pela desorganização do seu espaço de trabalho. Isso pode representar a falta de qualificação e capacitação, se não de todos é evidente, mas de muitos que estão desempenhando uma função tão importante como a da gestão escolar, o que pode contribuir para o desestímulo dos alunos na preservação e conservação da escola.

Gráfico 16 – Responsáveis pelo cuidado com a escola



Na nona pergunta, indagou-se sobre outro tema extremamente importante, o controle social, com a finalidade de saber se o professor já abordou o assunto e, a maioria afirmou que não. Esta é mais uma evidência da falta de uma educação fiscal sistematizada, inserida no Projeto Político Pedagógico da escola, para que temas tão importantes, orientados inclusive pela LDB, sejam abordados corretamente.

Gráfico 17 – Conhecimento sobre controle social por meio do professo



“Você já ouviu falar em cidadania?” Embora o conceito de cidadania sendo muito mais complexo de se estabelecer e nem sendo objetivo desta pesquisa determinar um, se optou

por fazer aqui este questionamento para aferir uma porcentagem daqueles que, mesmo superficialmente, já tenham entrado em contato com o termo e até como forma de se permitir aos alunos entrevistados a possibilidade de estabelecer uma ponte de raciocínio entre as informações que possuem acerca do homem cidadão e todos os questionamentos que se fez sobre Educação Fiscal até aqui.

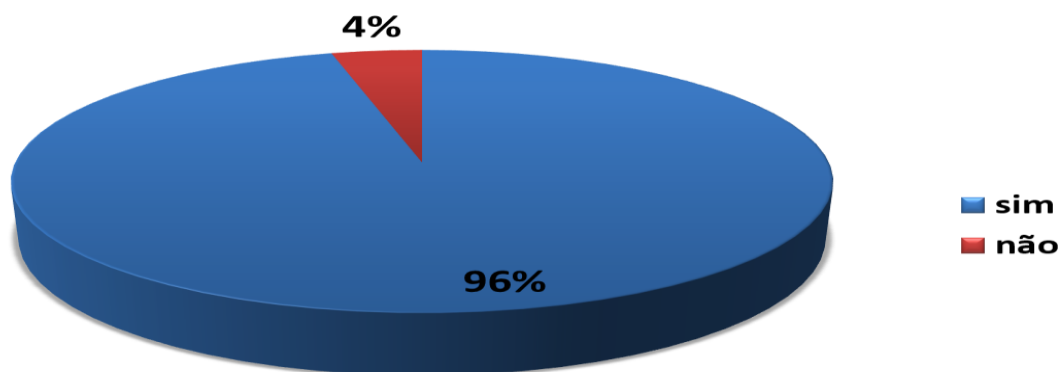
Esse segundo propósito nem é tão ambicioso assim, tendo em vista que embora o questionário apresentado seja constituído por perguntas objetivas, a pesquisadora pode entrar em contato com esse grupo e ouvir o seu entendimento sobre o conceito, assim, se fica por demais satisfeito quando se permite a esse grupo de jovens o exercício da reflexão para que eles mesmos façam essa ponte entre o ser cidadão e o indivíduo que se preocupa com a destinação dos recursos públicos, preservação do patrimônio público, bem como com as questões políticas e sociais que envolvam seu contexto social.

Essa consciência cidadã da importância do imposto como meio de captação de recursos que viabilizam a satisfação das necessidades coletivas foi tema de palestra proferida pelo Comité de Especialidade dos Economistas e Gestores do MPLA⁷⁴, tema “A importância do pagamento do imposto pelos agentes económicos para o desenvolvimento da província” em comemoração ao 17 de setembro, dia do Herói Nacional, Uíge – Angola, em 2011. Seguindo o entendimento de Fernando Laurinho, diretor provincial de finanças da época, o imposto seria mecanismo de política económica que viabiliza ao Estado “proteção de indústrias nacionais, o incremento de incentivos fiscais e a redistribuição de riquezas”⁷⁵.

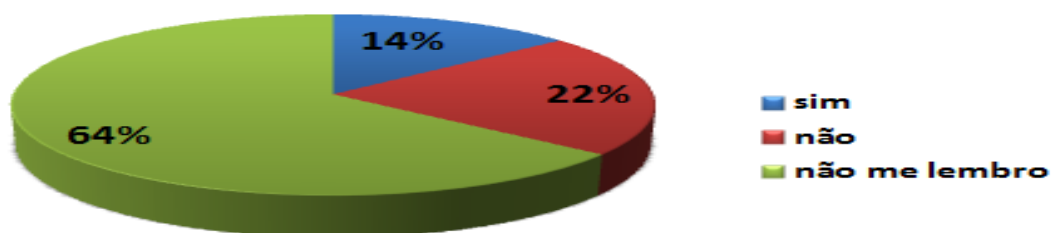
⁷⁴ Movimento fundado em 1956, teve a abolição de seu extenso determinada oficialmente em 2008, sem uma versão oficial para a decisão.

Informação obtida por meio da matéria “MPLA extingue designação “Movimento Popular de Libertação de Angola” Disponível por meio do link: <http://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=11487:mpla-extingue-designacao-movimento-popular-de-libertacao-de-angola&catid=11&Itemid=130&lang=pt> Acesso em: 11/08/2015, às 10h:45min.

⁷⁵ Informação obtida por meio da matéria “Pagamento do imposto em matéria no Uíge”. Disponível por meio do link: http://jornaldeangola.sapo.ao/economia/mercados/pagamento_do_imposto_em_palestra_no_uige Acesso em: 12/08/2015, às 10h:45min.

Gráfico 18 – Entendimento sobre cidadania**Você já ouviu falar em cidadania?**

A décima e última pergunta, “Já ouviu falar sobre Educação Fiscal?”, mostrou que apenas 14% dos respondentes afirmam já terem ouvido falar sobre o tema, resultado que em função da entrevista feita com os professores, em que a maioria disse não conhecer o programa, vem como uma consequência natural, uma vez que se os professores desconhecem a temática é natural que seus alunos também desconheçam.

Gráfico 19 – E Nível de conhecimento dos alunos sobre o Programa de Educação Fiscal**Já ouviu falar sobre E.F.?**

3.3. Resultado e análise da entrevista com os pedagogos

Outros sujeitos da pesquisa em pauta foram os pedagogos das três escolas escolhidas como campo de estudo para esta dissertação, cujo resultado das informações coletadas através de entrevista mostra-se neste tópico, devidamente analisados.

Dessa forma, primeiramente procurou-se saber se os pedagogos têm conhecimento sobre o Programa Educação Fiscal. Dois afirmaram conhecer o Programa e um que não tem conhecimento do mesmo. O conhecimento sobre o Programa é de extrema importância para a sistematização da Educação Fiscal, tendo em vista a participação direta destes profissionais no planejamento pedagógico das escolas.

Em seguida, indagou-se acerca de alguma ação ou orientação para o desenvolvimento de projetos voltados a Educação Fiscal, sendo que enquanto dois responderam negativamente, o terceiro se absteve da resposta. Diante desse resultado, já era de se esperar que a indagação sobre a inserção da Educação Fiscal no PPP da escola fosse também negativa, como de fato o foi. Entretanto, há de se considerar não a coerência lógica dos resultados, mas o que representa essas respostas, à comprovação do desinteresse dos educadores quanto a novas práticas educativas, o que poderia vir a contribuir para uma educação voltada à cidadania.

Posteriormente procurou-se identificar como é feito o acompanhamento do desenvolvimento da Educação Fiscal em sala de aula. Percebendo-se nas respostas apenas uma coerente, quando um dos entrevistados diz que não há acompanhamento. O que é mais lógico, uma vez que anteriormente os três haviam negado a orientação para o desenvolvimento dessa prática educativa.

Da mesma forma, os três afirmaram que a Educação Fiscal não está inserida no PPP das escolas. Chama-se atenção, portanto, para a necessidade de mudança na própria formação do educador, procurando despertar neste a consciência de seu papel de formador e de transformador de atitudes e de comportamentos do indivíduo.

Quando questionados acerca da abordagem da escola em relação aos conteúdos recomendados pela LDB como Temas Transversais, obtivemos palestras como meio comum. Um resultado questionável, levando-se em conta que os temas definidos pela LDB, como transversais, e o próprio termo já deixa explícito, podem e devem ser abordados em todas as disciplinas das mais diversas formas, até para torná-lo mais atraente aos alunos, não necessariamente utilizando apenas um instrumento, no caso, a palestra.

Em seguida buscou saber se os Pedagogos consideram a temática da Educação Fiscal viável de ser trabalhada interdisciplinarmente em sala de aula, sendo relevante considerar que mesmo obtendo respostas positivas não se observa disposição desses profissionais na promoção de ações nesse sentido.

O **Programa Nacional de Educação Fiscal: Convite à cidadania**, já referenciado quando da abordagem da Educação Fiscal no contexto da sala de aula, traz como uma de suas diretrizes a elaboração do material didático do PNEF em consonância com as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais, mas respeitando a autonomia das instituições de ensino para trabalharem os conteúdos da Educação Fiscal⁷⁶ de forma a integrá-los à sua realidade sociocultural.

Assim, quando indagados sobre o conhecimento desses conteúdos próprios da Educação Fiscal, um disse não conhecer e dois disseram conhecer em parte. Realmente, não há como se comprometer ou mesmo se envolver efetivamente com uma ação sem aprofundamento de seu conteúdo, bem como dos objetivos desejados a partir dele. Portanto, faz-se necessário uma formação específica em Educação Fiscal, conforme prolatado no 4º Passo: Capacitação, de adesão ao PNEF, também disponível no **Programa Nacional de Educação Fiscal: Convite à cidadania**.

Por isso a relevância dos questionamentos quanto à participação no curso disseminadores de Educação Fiscal, quando apenas um declarou ter participado, bem como se os mesmos gostariam de participar, quando dois responderam positivamente e, ainda, se o aprofundamento do conhecimento sobre Educação Fiscal poderia auxiliar no planejamento pedagógico das ações a serem desenvolvidas na escola, os três sendo convictos ao responderem que sim. Sempre é preferível o conhecimento à falta deste. Quanto mais se conhece, mais subsídios se adquirem e mais segurança se tem no repasse das informações sobre os temas inerentes à educação em foco.

3.4. Resultado e análise da entrevista com os diretores

A entrevista com os Diretores inicialmente seguiu a mesma linha de raciocínio da entrevista realizada com os Pedagogos, primeiramente indagando se os Diretores conheciam o Programa de Educação Fiscal, bem como se já deram orientação para o desenvolvimento de projeto ou de outras ações nessa temática. Na primeira, dois afirmaram conhecer o Programa, bem como na segunda em que, também dois disseram já ter dado orientações nesse sentido.

⁷⁶ Informação obtida no caderno “Educação Fiscal na escola: Percepção e atitudes”, disponível para consulta por meio do link: < <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A3966082>> Acesso em: 02/09/2014, às 09h:08min.

Resultado positivo que poderá facilitar o processo de inserção da Educação Fiscal no Projeto Político Pedagógico da escola ou mesmo, na matriz curricular, alvo do terceiro questionamento, quando constatamos a inserção da Educação Fiscal no PPP de em apenas uma das escolas estudadas.

A organização e o planeamento configuram-se como o melhor caminho para a execução da Educação Fiscal como uma nova prática educativa a ser inserida no Projeto Político Pedagógico da escola. A falta deste torna mais difícil o acompanhamento do desenvolvimento das ações desejadas. Mesmo que dois Diretores tenham afirmado que fazem o acompanhamento dessas ações por meio de reuniões, não se tem garantia da eficiência ou eficácia dessas, até porque não existem indicadores que possam validar os resultados.

Em relação à forma de abordagem dos conteúdos dos Temas Transversais recomendados pela LDB, dois Diretores afirmaram que essa é feita através de projetos, e quando questionados sobre a viabilidade da Educação Fiscal de forma interdisciplinar, também dois Diretores afirmaram que sim. Opinião corroborada por esta pesquisadora diante dos inúmeros exemplos de iniciativas positivas já referidas, como o concurso “Cidadania da Escola” no Piauí.

Por último, perguntou-se aos Diretores se teriam conhecimento dos conteúdos da Educação Fiscal e se participariam do curso de disseminadores. Considera-se o resultado positivo, tendo em vista a disposição dos três em participar do curso, por acreditar-se que quanto maior o conhecimento sobre algo, maior a possibilidade de comprometimento. Este resultado também leva a crer que é possível a sistematização da Educação Fiscal como uma nova prática educativa capaz de proporcionar uma educação voltada à cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização da Educação Fiscal nas escolas como contribuição ao processo de formação do jovem estudante é um fato que pode até ser contestado, mas não ignorado. Se contestado, apenas na forma de abordagem, sem negar, no entanto, sua viabilidade e necessidade, tendo em vista a imperatividade da discussão de conteúdos específicos da Educação Fiscal, tais como: sistema tributário; direitos humanos, direitos civis, políticos, sociais e culturais; orçamento participativo; formas e mecanismos de exercício de controle social, e os aspectos conceituais sobre cidadania, participação social, e outros de igual relevância à vivência participativa de cada brasileiro, especialmente ao jovem em processo de formação.

Merece destaque o reconhecimento da Educação Fiscal, tanto no cenário nacional, como mundial, avanço que pode ser observado pelo número de países, notadamente da América Latina, que implantaram o Programa de Educação Fiscal e estão desenvolvendo ações nessa temática, destacadamente no Brasil com a sua inserção como Tema Transversal no Ensino Fundamental, já relatado no Capítulo I, por meio da Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 07/2010.

Nesse contexto, o estudo em foco mostrou que é possível o desenvolvimento da Educação Fiscal como uma prática pedagógica, conforme o objetivo geral desta dissertação, de propor práticas nas escolas para o desenvolvimento da Educação Fiscal como um contributo ao exercício da cidadania, além de trazer à tona exemplos de modelos, considerados aqui vitoriosos, na medida em que foram implantados e trouxeram resultados por despertarem no alunado e comunidade em geral o embrião dessa consciência cidadã.

Outro fator importante e que diz respeito aos objetivos específicos deste estudo, relaciona-se aos procedimentos que as escolas pesquisadas podem utilizar para proporcionar aos seus alunos conhecimentos sobre Educação Fiscal. Tais procedimentos começam, por exemplo, com a formação de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem (professores, diretores, coordenadores pedagógicos e pedagogos), para que estes tenham conhecimento aprofundado sobre os conteúdos específicos da Educação Fiscal, além de estimular esses profissionais, para que eles tenham a vontade de desempenhar o seu papel de educador, com convicção de que um processo educativo bem executado é o começo, o meio e o fim para uma vida social pautada em ações de cidadania.

Quando se fala em práticas educativas, reporta-se exatamente à ação que possibilita a abordagem de seus temas, utilizando instrumentos didáticos que leva a

compreensão desses temas pelo público alvo, no caso os estudantes. Entendendo-se como instrumentos didáticos, projetos, palestras, dramatização, ações lúdicas ou, ainda a utilização de qualquer das disciplinas do currículo de forma transversal, como objetiva o PNEF, que a Educação Fiscal seja desenvolvida interdisciplinarmente. Salientando a importância na conscientização também dos gestores, como cidadãos e membros da comunidade, mas também como aqueles que possibilitarão a efetivação das práticas planejadas.

Entretanto, para essa concretização torna-se indispensável a inserção da referida educação no Projeto Político Pedagógico das escolas, em que seja definida uma metodologia específica com objetivos claros e, principalmente, com um acompanhamento sistemático de sua execução com indicadores capazes de proporcionar uma avaliação que possibilite verificar os resultados efetivos da Educação Fiscal, a exemplo das mudanças comportamentais dos alunos quer seja no cuidado com a escola, (limpeza do prédio, conservação de carteiras, bebedouros etc.), ou mesmo a participação e interesse demonstrado nas discussões de gestão da escola.

Um foco relevante da Educação Fiscal é o entendimento do Sistema Tributário no que diz respeito a sua classificação e competências, bem como a função social do tributo, buscando informar a sociedade, preferencialmente os estudantes, que apesar de sua imposição, ele tem um caráter democrático. Constatando-se que uma das causas de rejeição seria exatamente o desconhecimento desse caráter democrático e da sua função social, justificando-se, mais uma vez, a inserção da Educação Fiscal como o meio eficaz na conscientização da sociedade quanto à importância da contribuição fiscal.

Inserção essa que contribuiria para a disseminação do PNEF, e ainda, para a aceitação e compreensão da essencialidade dessa educação, um contributo ao cumprimento do que determina a **Constituição Federal de 1988**, regulamentada através da **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que normatiza as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Outro ponto que esta pesquisadora acredita ser relevante é o desenvolvimento de um processo de formação, direcionado aos políticos candidatos a cargos públicos e a todos os membros dos diversos partidos políticos existentes no Brasil, com objetivo de conscientizá-los de seu papel e de suas obrigações como representantes diretos da sociedade que o elegeu, chamando-lhes atenção para a fundamental importância de cumprir as promessas feitas no período eleitoral, componentes de seus planos de governo, até como medida que venha a contribuir para melhorar a relação Estado-cidadão.

Muito ainda precisa ser feito, é verdade, por a isso a importância de se dar continuidade ao trabalho de sensibilização das lideranças políticas e sociais, para que estas aceitem e acreditem na Educação Fiscal como instrumento de cidadania.

Conclui-se, portanto, através desta pesquisa, que a Educação Fiscal é sim, um contributo a uma educação voltado ao exercício da cidadania, mesmo que ainda seja necessário a adoção de alguns procedimentos importantes para a sua efetivação, referidos aqui para melhor compreensão do leitor:

- Inserção da Educação Fiscal na matriz curricular da escola;
- Definição e organização das ações de Educação Fiscal no Projeto Político Pedagógico;
- Criação de indicadores quali-quantitativos para avaliação dos resultados alcançados;
- Acompanhamento sistematizado das ações desenvolvidas pelos professores;
- Formação continuada de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, bem como o estímulo desses profissionais a uma maior aceitação e comprometimento.

Por fim, encerra-se esta dissertação, recomendando-se a continuidade de estudos mais aprofundados sobre o tema, visando ao aperfeiçoamento constante da Educação Fiscal, considerada importante contributo à formação do aluno enquanto cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Alvor. (2003). **A eticidade da educação**. Ijuí: Unijuí.

ALMEIDA, Aloisio Flavio Ferreira de. (2010). **Pesquisa de Percepção de Política Fiscal Brasileira – ESAF**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, Maceió-Alagoas.

ALMEIDA, Rai. (2012). **O Programa de Educação Fiscal do Brasil-PNEF – Diretrizes, desafios e perspectivas**. Trabalho apresentado no Encontro Internacional de Intercâmbio Técnico em Educação Fiscal, Brasília.

ANGOLA: LE MINISTRE DE L'EDUCATION VEUT DES CITOYENS DOTÉS DE CONNAISSANCES ET COMPÉTENCES FINANCIÈRES. (2015). Disponível em: <http://fr.allafrica.com/stories/201506170818.html>>> Acesso em 31/08/2015, às 11h30min.

BALEEIRO, Aliomar. (2002). **Administração Tributária**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

BASTOS, Mayara. **Piauí tem a terceira maior taxa de abandono escolar do país**. Notícias. portalodia.com. [Teresina], 17 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/piaui/piaui-tem-a-terceira-maior-taxa-de-abandono-escolar-do-pais-104632.html>> Acesso em: 22/06/2011, às 15h:20min.

BELLO, José Luiz de Paiva. (2001). **Educação no Brasil: a História das rupturas**. Disponível em< <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm> > Acesso em: 22/08/14, às 09h:07min.

BOBBIO, Norberto. (2004). **1909 – A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, apresentação de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Elsevier.

BRASIL. (2014). **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação Nacional – PNE. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, Edição Extra - 26/6/2014, Seção 1 – p. 1.

_____. (2014). **Manual Operacional da Educação Integral**. Disponível em:< file:///C:/Users/larissarocha/Downloads/manual_operacional_de_educacao_integral_2014.pdf >Acesso em: 19/08/2014, às 09h:06min.

_____. (2014). **Programa Nacional de Educação Fiscal: Convite à cidadania**. Disponível em: <<file:///C:/Users/larissarocha/Downloads/Documento%20base%20-%20final.pdf> > Acesso em: 27/08/2014, às 13h01min.

_____. (2014). **Portal da Transparência**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/>. Acesso em 08/05/14, às 11h:00min.

_____. (2014). **Programa de Nacional de Educação Fiscal: Convite à Cidadania**. Disponível em: <<file:///C:/Users/larissarocha/Downloads/Documento%20base%20-%20final.pdf> > Acesso em 27/08/2014, às 13h01min.

_____. (2011). **Balço da Gestão da Educação 2003-2010**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/02/educacao>> Acesso em: 25/02/2011, às 13h:52min.

_____. (2011). **Programa mais educação Passo a Passo**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Iarissarochoa/Downloads/11_passo_a_passo-_mais_educacao_seb%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Iarissarochoa/Downloads/11_passo_a_passo-_mais_educacao_seb%20(1).pdf)> Acesso em: 11/08/2014, às 08h:58min.

_____. (2010). **Parecer CNE/CEB** no 07/2010, (Seção 1, p. 10); Resolução CEB nº 4/201 (Seção 1, p. 824). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf> Acesso em: 25/02/2011, às 14h:00min.

_____. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas Geográfico**. Disponível em: <<http://atlasescolar.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20/03/2011, às 10h:40min.

_____. (2009). **Educação Fiscal no contexto social**. (Série Educação Fiscal. Caderno 1). 4ª ed. Brasília: ESAF.

_____. (2008). **Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta?** – Brasília: UNESCO.

_____. (2000). **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 25/03/2011, às 15h:00min.

_____. (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>> Acesso em: 14/05/2011, às 09h:20min.

_____. (1996). **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23/12/1996. Seção I, p. 27834-27841.

_____. (2007). **Portaria Normativa Interministerial, nº- 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/mas_educacao/port_17_120110.pdf> 20/03/2014, às 11h00min.

_____. (1999). **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

_____. (1990). **ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n. 8.069 de 1990 Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 05/08/2013, às 09h:26min.

BONETI, Lindomar Wessler. (2003). Políticas Públicas, Educação e Exclusão Social. *In: Educação, exclusão e cidadania*. 3ª ed. Rio Grande do Sul: Unijuí. (p.13-38).

BUFFON, Marciano. (2009). **Tributação e dignidade humana**: entre os direitos e deveres fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

CABRAL, Gabriela. (2014). **Senso Comum**. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/filosofia/senso-comum.htm>> Acesso em: 19/09/2014, às 11h:15min.

CARRAZA, Roque Antônio. (2011). **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 27ª ed. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, José Murilo. (2002). **A cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARTAXO, Fátima. (2010). **Fortalecendo o Exercício da Cidadania Fiscal: Aspectos Conceituais, Institucionais e Experiências Inovadoras**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, Maceió-Alagoas.

CURY, Carlos Roberto Jamil. (2000). **Legislação educacional brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A.

DAL, R.I. Jr. e OLIVEIRA, Odete M. (Orgs.). (2002). **Cidadania e Nacionalidade: Efeitos e Perspectivas Nacionais, Regionais, Globais**. Ijuí: Unijuí.

FINANCIAL LITERACY ELEMENTS ADDED TO SCHOLL CURRICULUM. Disponível em: << <http://www.themalaysianinsider.com/malaysia/article/financial-literacy-elements-added-to-school-curriculum#sthash.ALrvXekR.dpuf>> Acesso em 31/08/2015, às 11h43min.

ENCERRA HOJE SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL. (2012). Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/sefaz/exibeconteudo?article-id=1253135>> Acesso em: 26/08/2014, às 09h:14min.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE INTERCÂMBIO TÉCNICO EM EDUCAÇÃO FISCAL. (2013). Disponível no link: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/EducaFiscal/Acoes/2013/IntercambioTecnico.htm>>> Acesso em: 28/08/2014, às 10h:00min.

ESTRELA, Maria Teresa. (1992). **Relação pedagógica: Disciplina e indisciplina na aula**. Porto: Porto Editora.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986). **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

FREIRE, Paulo. (1987). **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Disponível em: < http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_do_oprimido.pdf> Acesso em: 29/08/2014, às 19h:00min.

GADOTTI, Moacir. (2000). **Perspectivas atuais da educação**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9782.pdf>> Acesso em: 07/07/2008, às 15h:00min.

GIL, Antônio Carlos. (2002). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

GONÇALVES, João Gomes. “Ética na gestão fiscal-cidadania: experiência do Programa Nacional de Educação Fiscal, Brasil”. In: VII Congresso Internacional del CLAD. (2002). **Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Portugal: Lisboa.

GOUVEIA, Enildo Luiz. (2009). **Era do Conhecimento ou Era da Informação? Uma reflexão introdutória acerca do paradigma tecnológico atual**. Disponível em: < <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/13262/era-do-conhecimento-x-era-da-informacao>>. Acesso em: 07/05/14, às 11h:00min.

GRACINDO, Regina Vinhaes. (2007). **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília.

GRIGORIADIS, Ioannis. (2013). **A Grécia e a crise do Euro**: da beira do colapso à inevitável reforma. Disponível em:< <http://www.kas.de/wf/doc/9589-1442-5-30.pdf> > Acesso em: 18/06/2014, às 19:20m.

GUIMARÃES, Arthur. (2005). **Educação fiscal é lição de cidadania e de Matemática**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/matematica/pratica-pedagogica/educacao-fiscal-licao-cidadania-matematica-427088.shtml>> Acesso em: 29/08/14, às 11h:30m.

HOLANDA, José Buarque de. (1986). **Educação Fiscal**. 29^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LIBERATI, Wilson. D. “Conteúdo material do direito à educação escolar”. In: LIBERATI, W.D. (2004). (Org.). **Direito à educação**: uma questão de justiça. São Paulo: Malheiro Editores.

MACHADO, Luís Antônio Licks Missel. (2013). **A necessidade de consciência fiscal do consumidor brasileiro**. Disponível em: <<http://luisantoniolicks.wordpress.com/2013/10/14/a-necessidade-de-consciencia-fiscal-do-consumidor-brasileiro>>. Acesso em: 29/03/14, às 12h:52min.

MARSHALL, T.H. “Cidadania e classe social”. In: MARSHALL, T.H. (Org.). (1991). **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. (p.57-114).

_____. (1988). Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do ‘Sistema Mundial’. In: **Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia**. São Paulo: Campinas. (47-106).

MARCONI, Nelson. (2003). **Políticas integradas de recursos humanos para o setor público**. Disponível em: < http://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/recursos-humanos/txt_apoio_marconi_rh.pdf>. Acesso em: 14/01/14, às 09h:00min.

MARTINS, Vicente. (2001). Aos que ensinam de P a Z. In: BELLO, José Luiz de Paiva. **Pedagogia em Foco**. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/blogs/josefortes/governo-do-piaui-dobra-investimentos-para-criacao-de-escolas-de-tempo-integral-275460>> Acesso em: 25/08/2014, às 12h:56min.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. (2008). **Como escrever trabalho de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar trabalhos monográficos e artigos. 2^a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

MEIREILLES, Hely Lopes. (1995). **Direito Administrativo**. 20ª. ed. Atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Decio Balestero Aleixo e Jose Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros Editores.

MENDES, Sergio. (2010). **Administração Financeira e Orçamentária**. Rio de Janeiro, Forense: São Paulo. Método.

MEZZOMO, João Batista. (2010). **Cidadania Fiscal**. Disponível em: <http://www.sindifiscors.org.br/conteudo/PDF/cidadania_fiscal.pdf> Acesso em: 20/02/14, às 13h:50min.

MOTA, Luiza Ondina Santos; RIVILLAS, Borja Díaz; VILARDEBÓ, Andréa. (2009). Educação fiscal no Brasil e no Mundo. In: UAN. Universidade Aberta do Nordeste – ensino a distância. **Educação fiscal e cidadania**. Fascículo 02. Ceará: Fundação Demócrito Rocha.

MONTALVÃO, Sérgio. (2010). **A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/ldb-de-1961-apontamentos-para-uma-hist%C3%B3ria-pol%C3%ADtica-da-educa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 04/05/14, às 13h40min.

MOREIRA, Antonio Flavio I e SILVA, Thomaz Tadeu da. (1994). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo (2001). **Considerações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal-Finanças Públicas democráticas**. Rio de Janeiro: Renovar.

MORI, Josete. “O processo de exclusão na educação: o ensino de segundo grau”. In: BONETI, Lindomar W. (Coord.). (2003). **Educação, exclusão e cidadania**. (p.117-115).

MOURA, Telma Maria de. **Foucault e a Escola: Disciplinar, examinar, fabricar**. 2010. 94f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 2010.

MULLER, Helena Isabel. (2000-2011). **A Década de 30 e a Educação: Sistematização de Saberes e Ordem Nacional**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/064_helena_isabel.pdf> Acesso em: 25/08/2014, às 10h:07min.

O GLOBO. (2013). **Mapa da Violência 2013**: Brasil mantém taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mapa-da-violencia-2013-brasil-mantem-taxa-de-204-homicidios-por-100-mil-habitantes-7755783#ixzz2RxwDDBuE>> Acesso em: 30/03/ 2013, às 10h:45min.

OLIVEIRA, L. A. “Espaço Público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana”. In: MACEDO, R.G; PANKE, L. e ROCHA, D. (2013). **A mobilização social no contexto político e eleitoral**. São Paulo: Editora Nova Consciência.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE DIRIGENTES FAZENÁRIOS - PDFAZ. (2010). **Pensar Estrategicamente**. Brasília: ESAF. Unid. III: Programa Nacional de educação Fiscal. LINDEMBERG, A.B. (Ed.).

PALMA FILHO, J.C. (2005). **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas**. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/107/3/01d06t05.pdf> Acesso em: 04/03/14, às 15h:40min.

PAULO, Vicente e ALEXANDRINO, Marcelo. (2012). **Direito Constitucional Descomplicado**. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método.

PRATES, Marco. (2013). **As 300 melhores escolas do Brasil no Enem**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-500-melhores-escolas-do-pais-no-enem>> Acesso em: 21/05/14, às 11h:55min.

Prevenção da Corrupção > Turma da Mônica. (2014). Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/TurmaMonica/index.asp>> Acesso em: 22/08/2014, às 10h:53min.

PIAUÍ (2001). **Regimento interno do Conselho Estadual de Educação do Piauí**. Teresina. Disponível em: <<http://www.ceepe.pro.br/institucional.htm>> Acesso em: 21/08/14, às 10h:45min.

_____. (2004-2014). **Guia de Atuação – Professor Mediador – Diretor da Unidade Escolar – Coordenador da Gerência Regional de Educação**. Disponível em: <<http://www.programamaissaber.com.br/noticias/guia-de-atuacao-do-programa-mais-saber-20121930>> Acesso em: 20/03/2014, às 11h:00min.

RESENDE, Fernando. (2001). **Finanças Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas.

REIS, M. (2011). Reflexões sobre o alcance do agir comunicativo da sociedade civil em redes sociais: o ciberativismo em questão. Trabalho apresentado no **SIMSOCIAL – Simpósio de Pesquisa em Tecnologias Digitais e Sociabilidade**. Salvador-Bahia.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. (2000). **História de Educação Brasileira: A Organização Escolar**. São Paulo: Cortez.

RIVILLAS, Borja Díaz; VILARDEBÓ, Andréa e MOTA, Luíza Ondina Santos. (2010). “Educação Fiscal no Brasil e no Mundo”. In: VIDAL, Eloísa, Maia (Org). (2010). **Educação Fiscal e Cidadania**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

ROMANELLI, Otaiza Oliveira. (1999). **História da Educação no Brasil**. 23ª. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro. Editora Vozes.

ROSA PERES, Maria de Fatima Mendes. (2012). **Era do Conhecimento X Era da Informação**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/13262/era-do-conhecimento-x-era-da-informacao>> Acesso em: 07/05/14, às 11h:40min.

ROUSSEFF, Dilma. (2011). **Discurso de posse. Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/leia-a-integra-do-primeiro-pronunciamento-oficial-da-presidente-dilma/>> Acesso em: 18/08/2014, às 12h:54min.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da Educação Profissional. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Medes Faria; VEIGA, Cyntia Graice (Orgs). (2007). **500 anos de educação no Brasil**. 3º ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. (p. 205 - 224).

SANTOS, Maria Manuela Ventura e GONÇALVES, Maria Neves Leal. (2000-2014G). **A Educação para a cidadania em Portugal o ato de educar para a cidadania – a evolução e (re)construção do conceito – do Vintismo à atualidade**. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/184.pdf>> Acesso em: 13/02/14, às 15h:20min.

SEGUNDO, Rinaldo. (2002). “Breves considerações sobre o Orçamento Público”. *In*: **Jus Navigandi**. Teresina. N.135. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4505>> Acesso em: 18/11/11, às 16h:40min.

SILVA, José Afonso da. (2004). **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 23ª ed. São Paulo: Malheiros Editores.

SOARES, Mário Lúcio Quintão. (2008). **Teoria do Estado**: novos paradigmas em face da globalização. 3ª. ed. São Paulo: Atlas.

VILELA, Maria Fernanda Quintella. (2010). **O Programa de Educação Fiscal**. Trabalho apresentado no 1º Congresso Nacional de Educação Fiscal, Maceió-Alagoas.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

Eu _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pela mestrandia **Maria Juraci Alves Câmara**, aluna do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do seu Instituto de Educação e orientada pelo Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino.

Fui informado(a) que posso indagar a pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: **(86) 3219-4765**, endereço: **Rua Oriente 3460, bairro Três Andares, CEP 64.017.885, Teresina-Piauí** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do(a) participante: _____

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisadora Mestranda
Maria Juraci Alves Câmara

Orientador Científico
Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

IDENTIFICAÇÃO:Masculino (☐) Feminino (☐)

Idade: _____

Quanto tempo exerce sua profissão? _____

Responda às seguintes questões, colocando um X no espaço respetivo.

1- Conhece o Programa de Educação Fiscal?
Sim (☐) Não (☐) Já ouvi falar (☐)

2- Participou do curso de Disseminadores de E.F.?
Sim (☐) Não (☐)

Se as suas duas respostas anteriores foram “Sim”, responda a todas as questões que seguem.
Caso tenha sido “Não”, responda apenas à questão nº 8.

3- O conteúdo do curso oferece subsídios para uma educação voltada à cidadania?
Não (☐) Sim (☐) Precisa ser revisado (☐)

4- Forma de abordagem dos temas da E. F.
Projetos (☐) Associando ao conteúdo da disciplina (☐)
Através de Palestras (☐) Oficinas (☐)

5- Temas abordados
Controle social (☐) Função social do tributo (☐)
Direitos e deveres do indivíduo (☐) Outros (☐)

6- A falta de um Plano Político Pedagógico-PPP dificulta a E. F.?
Sim (☐) Não (☐) Sim, mas não impede o processo (☐)
Não respondeu (☐)

7- Sente necessidade de conhecimento mais aprofundado sobre o conteúdo da E.F.?
Sim (☐) Não (☐) É importante manter-se atualizado (☐)

8- Gostaria de participar do curso de disseminadores de E.F.?
Sim (☐) Não (☐).

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO COM ALUNOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

Eu _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pela mestranda **Maria Juraci Alves Câmara**, aluna do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do seu Instituto de Educação e orientada pelo Professor Doutor **Emmanuel M. C. B. Sabino**.

Fui informado(a) que posso indagar a pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: **(86) 3219-4765**, endereço: **Rua Oriente 3460, bairro Três Andares, CEP 64.017.885, Teresina-Piauí** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do(a) participante: _____

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisador(a) Mestrando(a)
Maria Juraci Alves Câmara

Orientador Científico
Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

IDENTIFICAÇÃO:

Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Série: _____

Responda às seguintes questões, colocando um X no espaço respetivo.

- 1- Sabe de onde vem o dinheiro para comprar as carteiras e a merenda, pintar a escola e pagar o salário do se professor?
Sim () Não ()
- 2- Sabe o que é Tributo?
Sim () Não ()
- 3- Já ouviu falar sobre impostos?
Não () Sim () Não lembro () Não responderam ()
- 4- Onde ouviu falar sobre impostos?
Na sala de aula () Em casa () Na TV() Outros ()
- 5- Sabe para que serve o imposto?
Sim () Não () Não responderam ()
- 6- Seu professor já falou sobre patrimônio público?
Já falou () Nunca falou () Falou, mas não entendi ()
Não responderam ()
- 7- Acha importante cuidar da sua escola?
Acho () Não acho ()
- 8- Quem deve cuidar da sua escola?
Todos juntos () Alunos () Zeladores () Diretores e professores ()
- 9- E sobre controle social, o professor já conversou sobre isso?
Sim () Não () Falou uma vez () Não responderam ()
- 10- Você sabe o que é cidadania?
Sim () Não ()
- 11- Já ouviu falar em Educação fiscal?
Sim () Não () Não lembro ()

APÊNDICE 3

ENTREVISTA COM PEDAGOGOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

Eu _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pela mestranda **Maria Juraci Alves Câmara**, aluna do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do seu Instituto de Educação e orientada pelo Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino.

Fui informado(a) que posso indagar a pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: **(86) 3219-4765**, endereço: **Rua Oriente 3460, bairro Três Andares, CEP 64.017.885, Teresina-Piauí** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do(a) participante: _____

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisadora Mestranda
Maria Juraci Alves Câmara

Orientador Científico
Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

IDENTIFICAÇÃO:

Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Quanto tempo exerce sua profissão? _____

Responda às seguintes questões, colocando um X no espaço respetivo.

1 – Conhece o Programa de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

2 – Já deu orientação para o desenvolvimento de algum projeto ou outra ação de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

3 – A Educação Fiscal está inserida no Projeto Político Pedagógico da escola?

Sim () Não ()

4 – Como é feito o acompanhamento do desenvolvimento da Educação Fiscal, pelo professor em sala de aula?

Não tem acompanhamento () Por meio de reunião () Conversa informal ()

5 – Como a escola aborda os conteúdos, recomendados, pela LDB como Temas Transversais?

Por projetos () Relacionando às disciplinas do currículo () Palestras ()
Não aborda ()

6 – Considera a Educação Fiscal possível de ser desenvolvida de forma interdisciplinar?

Sim () Não ()

7 – Tem conhecimento dos conteúdos abordados na Educação Fiscal?

Sim () Não () Em parte ()

8 – Já participou do curso de disseminadores de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

9 – Se não participou, gostaria de participar?

Sim () Não ()

10 – O aprofundamento do conhecimento sobre a Educação Fiscal, de seus conteúdos e temas, poderão ajudar no planeamento pedagógico das ações de Educação Fiscal, a serem desenvolvidas na escola?

Sim () Não ()

APÊNDICE 4

ENTREVISTA COM DIRETORES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS: UM CONTRIBUTO PARA A EDUCAÇÃO DA CIDADANIA

Eu _____ abaixo assinado, concordo em participar da presente pesquisa.

A pesquisadora manterá sigilo absoluto sobre as informações aqui prestadas, assegurará o meu anonimato quando da publicação dos resultados da pesquisa, **além de me dar permissão de desistir**, em qualquer momento, sem que isto me ocasione qualquer prejuízo para a qualidade do atendimento que me é prestado, caso sinta qualquer constrangimento por alguma pergunta ou simplesmente me queira retirar dela.

A pesquisa será realizada pela mestrand **Maria Juraci Alves Câmara**, aluna do mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, do seu Instituto de Educação e orientada pelo Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino.

Fui informado(a) que posso indagar a pesquisadora se desejar fazer alguma pergunta sobre a pesquisa, pelo telefone: **(86) 3219-4765**, endereço: **Rua Oriente 3460, bairro Três Andares, CEP 64.017.885, Teresina-Piauí** e que, se por tal me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando esses forem publicados. Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas próprias do que é determinado pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que consentimento prévio dado pelo(a) colaborador(a) cujo nome e informações serão guardados pela pesquisadora e, em nenhuma circunstância, eles serão dados a conhecer a outras pessoas alheias ao estudo, a não ser que o(a) colaborador(a) o consinta, por escrito.

Assinatura do(a) participante: _____

Local e data da assinatura deste Termo:

Pesquisadora Mestranda
Maria Juraci Alves Câmara

Orientador Científico
Professor Doutor Emmanuel M. C. B. Sabino

IDENTIFICAÇÃO:

Masculino () Feminino ()

Idade: _____

Quanto tempo exerce sua profissão? _____

Responda às seguintes questões, colocando um X no espaço respetivo.

1 – Conhece o Programa de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

2 – Já deu orientação para o desenvolvimento de algum projeto ou outra ação de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

3 – A Educação Fiscal está inserida no Projeto Político Pedagógico da escola?

Sim () Não ()

4 – Como é feito o acompanhamento do desenvolvimento da Educação Fiscal, pelo professor em sala de aula?

Não tem acompanhamento () Por meio de reunião () Conversa informal ()

5 – Como a escola aborda os conteúdos, recomendados, pela LDB como Temas Transversais?

Por projetos () Relacionando às disciplinas do currículo () Palestras ()

Não aborda ()

6 – Considera a Educação Fiscal possível de ser desenvolvida de forma interdisciplinar?

Sim () Não ()

7 – Tem conhecimento dos conteúdos abordados na Educação Fiscal?

Sim () Não () Em parte ()

8 – Participaria do curso de disseminadores de Educação Fiscal?

Sim () Não ()

ANEXO 1

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E FINALIDADE

Art.1º - O Conselho Estadual de Educação do Piauí criado pela Lei 2.489/63, modificado pela Constituição do Estado e novamente alterado pela Lei nº 4.600 de 30/06/93, com sede e foro em Teresina, é o órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino, com funções deliberativas e consultivas, tendo a finalidade de promover, orientar e disciplinar o ensino público e privado em todo o Estado.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º - O Conselho Estadual de Educação, constituir-se-á de treze membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, para um mandato de quatro anos, dentre pessoas de reconhecida ética, conhecimento e experiência na área e educação, comprovadas através de títulos e trabalhos realizados, escolhidos nos termos do Art. 220 da Constituição Estadual e do Art. 8º da Lei 5.101/99.

§ 1º - O mandato dos conselheiros é de quatro anos, admitidas não mais de duas reconduções.

§ 2º - Concluídos os mandatos dos atuais conselheiros, o Conselho deverá, a cada dois anos, ser renovado, alternadamente, em um terço e dois terços de seus membros.

Art. 3º - Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte ou incompatibilidade de funções de alguns de seus membros, será nomeado novo conselheiro, para completar o mandato de seu antecessor.

Art. 4º - Será proposta a substituição de Conselheiro nos seguintes casos:

- I. Ausência sem justificativa aceita em plenário, por mais de cinco sessões ordinárias consecutivas;
- II. Condenação judicial que comprometa a honorabilidade do cargo;
- III. Retenção de processo por tempo superior a 30 (trinta) dias, sem justificativa aceita pelos seus pares.

Art.5º - Integram a estrutura do Conselho Estadual de Educação três suplentes, nomeados pelo chefe do Poder Executivo, para um mandato de quatro anos.

§ Único - Os Suplentes serão convocados nas ausências previstas dos titulares pelo período mínimo de trinta dias, podendo, enquanto suplentes, participar das reuniões, sem direito a voto ou jeton de presença.

CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA

Art. 6º - Compete ao Conselho Estadual de Educação:

- I. Elaborar e alterar o seu regimento, submetendo-o à aprovação do Governador do Estado;
- II. Aprovar o Plano Estadual de Educação e projetos elaborados pelos órgãos próprios da Administração dos Sistemas de Ensino;
- III. Promover estudos e divulgação de assuntos de interesse da educação e propor medidas para melhoria do ensino;
- IV. Emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza pedagógica e educacional que lhe sejam submetidos pelo Governador, pelo Secretário de Educação ou por iniciativa dos próprios conselheiros;
- V. Assessorar o Secretário de Educação no diagnóstico de problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o sistema de ensino;

- VI. Autorizar formas diversas de organização do ensino e experiências pedagógicas, nos termos da Lei 9.394/96;
- VII. Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das Instituições de Educação Superior e os estabelecimentos de seu sistema de ensino, conforme art.10, inciso IX, Lei 9.394/96, ressalvado o que estabelece o disposto no art. 42 § 1º da Lei 5.101/99 sobre a autonomia das Universidades;
- VIII. Analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional e baixar normas complementares que assegurem o cumprimento das diretrizes da legislação nacional no âmbito do Sistema Estadual;
- IX. Relacionar matérias dentre os quais os estabelecimentos de ensino poderão escolher as que devam constituir a parte diversificada do currículo;
- X. Fixar normas, dentre outras, sobre:
 - Autorização e reconhecimento de estabelecimento pertencente ao Sistema Estadual de Ensino;
 - Elaboração e reformulação de regimento dos estabelecimentos de ensino sob sua jurisdição;
 - Aproveitamento e equivalência de estudos;
 - Transferência de alunos;
 - Ensino supletivo, realização de exames e composição de banca examinadora;
- XI. Promover Seminários de Estudo sobre temas de relevância para a educação, por iniciativa própria ou em parceria com a Secretaria de Educação ou a Universidade Estadual.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O Conselho Estadual de Educação apresenta a seguinte estrutura:

- I. Plenário;
- II. Presidência;
- III. Comissões.

§ Único – São órgãos de apoio técnico e administrativo:

- I. Secretaria Executiva;
- II. Assessoria Técnica;
- III. Apoio Administrativo.

SEÇÃO I - DO PLENÁRIO

Art. 8º - O Plenário é o órgão máximo de deliberação do Conselho de Educação e reunir-se-á em sessão ordinária, uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou do Secretário de Educação, sempre que houver matéria urgente e relevante a ser examinada, até o limite de 6 (seis) sessões mensais remuneradas.

§ 1º - Nas sessões extraordinárias só poderão ser votados os assuntos que determinaram sua convocação.

Art. 9º - As sessões plenárias instalam-se com a presença da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art.10 – As sessões plenárias constarão de expediente e ordem do dia.

§ 1º - O expediente abrangerá:

- I. Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;
- II. Avisos, comunicações, registro de fatos, apresentação de proposições, correspondências e documentos de interesse do plenário;
- III. Consultas ou pedidos de esclarecimentos por parte do Presidente ou dos Conselheiros.

§ 2º - A ordem do dia compreenderá discussão e votação da matéria nela incluída.

Art. 11 - As deliberações serão tomadas através do voto da maioria dos Conselheiros presentes, com exceção de proposições referentes aos assuntos constantes dos itens abaixo relacionados, cuja aprovação exigirá o voto da maioria absoluta dos membros do Conselho:

- I. Aprovação do Plano Estadual de Educação;
- II. Alteração do Regimento do Conselho;
- III. Reconhecimento de Estabelecimento de Ensino;
- IV. Realização de sindicância em Estabelecimento de Ensino;
- V. Eleição do Presidente.

§ Único – As deliberações do Plenário que tiverem caráter normativo terão seus pareceres acompanhados de Resoluções da Presidência, que deverão ser homologadas pelo Secretário da Educação. Nos demais casos, as deliberações serão simplesmente registradas em ata.

Art. 12 - Relatado um processo, será o mesmo submetido à discussão, facultando-se a palavra a cada um dos Conselheiros que quiserem fazer uso dela, por cinco minutos a cada intervenção, prorrogáveis por mais cinco, a critério do Presidente.

§ 1º – Esgotadas as arguições, será dada a palavra ao relator para as respostas.

§ 2º - A ordem do dia poderá ser alterada, por deliberação do plenário.

§ 3º - A discussão e votação de um processo poderá ser adiada por requerimento verbal do relator ou de qualquer Conselheiro, não podendo o tempo de adiamento exceder a duas sessões ordinárias.

§ 4º - O adiamento de qualquer votação somente poderá ser requerido, antes de iniciado o processo de votação.

§ 5º - No caso de não ser aprovado o parecer do relator, o Presidente designará um Conselheiro para redigir o voto vencedor, cuja redação será submetida ao Plenário.

Art.13 – De qualquer processo poderá ser concedida vista ao Conselheiro que a solicitar, ficando este obrigado a apresentar seu voto, por escrito, na sessão seguinte.

§ Único - Se houver impugnação justificada ao pedido de vista, o plenário decidirá sobre sua concessão.

Art. 14 - Quando se tratar de parecer normativo, o Conselheiro relator deverá entregar seu parecer para leitura prévia e análise dos demais Conselheiros com pelo menos 48 horas de antecedência da reunião em que o assunto será examinado.

Art. 15 – Na medida do possível, será comunicada aos Conselheiros a previsão dos assuntos que comporão a ordem do dia da sessão seguinte.

§ 1º - Em caso de reunião extraordinária, por ocasião da convocação será comunicada aos Conselheiros a pauta da reunião e a respectiva ordem do dia, quando houver.

Art.16 – A indicação de representante do Conselho para participar de seminários e eventos educacionais deverá ser objeto de deliberação do plenário, que levará em conta o conhecimento e envolvimento do Conselheiro com a matéria a ser discutida no evento.

§ Único – O representante somente poderá se posicionar em nome do Conselho sobre qualquer matéria, quando aquele órgão colegiado houver deliberado sobre o assunto em sessão plenária .

SEÇÃO II - DA PRESIDÊNCIA

Art.17- A Presidência é o órgão que coordena e superintende as atividades do Conselho e o representa em solenidades e atos oficiais, sendo exercida pelo Presidente e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice - Presidente.

§ Único - Por delegação do presidente, qualquer um dos Conselheiros poderá representar o Conselho em solenidades oficiais.

Art. 18 - O Presidente e o vice-Presidente serão eleitos em votação secreta, por maioria absoluta dos membros do Conselho, em primeiro escrutínio, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para mais um período consecutivo, de igual duração .

§ 1º – Não sendo eleito o Presidente em primeiro escrutínio por maioria absoluta, proceder-se-á ao segundo escrutínio, sendo considerado eleito Presidente o Conselheiro que obtiver a maioria simples dos votos dos Conselheiros presentes.

§ 2º – Ocorrendo empate no segundo escrutínio, proceder-se-á ao segundo turno de votação entre os dois conselheiros mais votados, vencendo o que obtiver maioria simples dos votos.

§ 3º - Se ainda houver empate, considera-se eleito o mais antigo no Conselho e, em caso de novo empate, o mais idoso.

§ 4º - Em caso de vacância da Presidência, assume o Vice-Presidente até o final do mandato, cabendo à Vice- Presidência a qualquer dos Conselheiros, escolhido por seus pares na ocasião, por maioria simples dos votos dos Conselheiros presentes, procedendo-se como previsto no § 3º, em caso de empate.

Art. 19 – São atribuições do Presidente:

Representar o Conselho em solenidades oficiais, podendo delegar a outro Conselheiro essa tarefa;

Presidir as sessões e os trabalhos do Conselho;

Convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

Propor e/ou aprovar a pauta e a ordem do dia das sessões;

Dirigir as discussões, concedendo a palavra aos Conselheiros, coordenando os debates e neles intervindo para esclarecimentos;

Resolver as questões de ordem;

Administrar os recursos materiais e orçamentárias previstos em dotação própria para o pleno funcionamento do Conselho;

Autorizar pagamentos de despesas efetuadas pelo Conselho;

Exercer nas Sessões Plenárias o direito de voto e usar do voto de qualidade em caso de empate;

Promover estudos técnicos em geral, de interesse da educação, executando-os quando necessário, mediante contrato de serviços de terceiros;

Convocar especialistas e/ou representantes da sociedade para discussão e elucidação de questões de interesse da Educação;

Distribuir os processos entre os Conselheiros, observado o critério de rodízio e ordem cronológica de entrada, podendo este ser alterado, ouvido o Conselho, quando a urgência ou a experiência e conhecimento da matéria por parte de determinado Conselheiro assim o recomendar.

Art. 20 - São atribuições do Vice- Presidente:

Substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos e sucedê-lo, em caso de vacância, para completar o mandato;

- I. *Auxiliar o presidente sempre que por ele solicitado, e assessorá-lo nos assuntos de sua competência;*
- II. *Prestar colaboração e assistência ao Conselho, respeitada à competência específica de cada órgão.*

SEÇÃO III - DAS COMISSÕES

- Art. 21- Os Conselheiros poderão ser distribuídos em Comissões, a serem constituídas por ato da Presidência, tendo em vista os níveis e tipos de ensino e as funções normativas do órgão.
- Art. 22– Para elaboração dos atos normativos a serem submetidos a Plenário, relativo às matérias de sua competência, o CEE poderá implantar gradativamente, à medida que se fizer necessário, as seguintes Comissões:
- I. Comissão de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
 - II. Comissão de Ensino Médio;
 - III. Comissão de Ensino Superior;
 - IV. Comissão de Legislação e Normas;
- Art. 23 - São atribuições das Comissões:
- I. Apreciar os processos que lhes forem atribuídos e sobre eles emitir parecer, a ser submetido ao plenário do Conselho;
 - II. Responder a Consultas encaminhadas pelo Presidente do Conselho ou por outra comissão;
 - III. Opinar sobre questões que envolvam interpretação doutrinária, nas matérias de sua competência específica;
 - IV. Analisar as estatísticas educacionais e promover ou indicar a realização de estudos, pesquisas e levantamentos de interesse para os trabalhos do Conselho;
 - V. Promover diligências para a instrução dos processos de sua competência ou para atender determinação do Plenário.
- Art. 24 - Compõem-se as Comissões permanentes, de no mínimo três membros, que deverão eleger um presidente, com mandato de um ano.
- § Único - Nenhum Conselheiro deverá integrar, em caráter permanente, mais de duas comissões.
- Art. 25 - Compete ao relator escolhido a critério da Comissão, apresentar parecer, dentro de, no máximo, quinze dias do recebimento do expediente, salvo se outro prazo for fixado pelo Presidente, ou pela própria Comissão.
- Art. 26 - Sempre que houver conveniência poderão realizar-se reuniões conjuntas de duas ou mais comissões.
- Art. 27 - Qualquer Conselheiro poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos de Comissões de que não seja membro.
- Art. 28 - Poderão ser convidados a comparecer a reuniões autoridades e especialistas, a fim de prestar esclarecimento sobre a matéria em discussão e participar dos debates, vedada a emissão de voto.
- Art. 29- As questões relativas à educação especial e ensino supletivo, ensino a distância, informática na educação e outros, serão examinados por comissões especiais, conforme, o nível a que dizem respeito.
- Art. 30 – À Comissão de Legislação e Normas compete pronunciar-se sobre questões relativas interpretação e aplicação da legislação
- Art. 31 - Para desincumbir-se de tarefas não especificadas neste Regimento, o Presidente do Conselho, ouvidos os demais Conselheiros, poderá constituir Comissões Especiais, compostas de no mínimo três membros, destinadas ao desempenho de tarefas específicas, de acordo com as necessidades do órgão, podendo os membros da Comissão receber pró - labore.

SEÇÃO IV - DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 32 - Os serviços técnico-administrativos do Conselho serão coordenados por um Secretário Executivo, diretamente subordinado à Presidência e por ela indicado para função gratificada na forma da legislação vigente.

Art. 33 - A Secretaria Executiva compreende:

- I. A Assessoria Técnica;
- II. Os setores de Apoio-Administrativo .

Art. 34 - Compete ao Secretário Executivo:

- I. Orientar, dirigir, coordenar, sob a supervisão do Presidente, as atividades técnicas e administrativas do Conselho;
- II. Instruir processos e encaminhá-los ao Presidente, aos órgãos da Secretaria de Educação, às Comissões e aos Conselheiros;
- III. Assessorar o Presidente na organização da pauta da reunião e na ordem do dia das sessões;
- IV. Secretariar as reuniões plenárias, lavrar e assinar as respectivas atas e executar as tarefas inerentes a esta função;
- V. Manter articulação com órgãos técnicos e administrativos da Secretaria de Educação;
- VI. Propor ou adotar medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços do Conselho;
- VII. Assessorar o Presidente na elaboração da proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- VIII. Elaborar o relatório anual das atividades do Conselho;
- IX. Promover a adequada distribuição dos trabalhos entre os servidores lotados no órgão;
- X. Encaminhar para publicação, com autorização do Presidente, atos do Conselho, bem como notas e informações à imprensa;
- XI. Manter atualizado o cadastro de Escolas pertencentes ao Sistema de Ensino e dados estatísticos relacionados com as atividades do Conselho;
- XII. Desenvolver outras atividades correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Presidente, para o desempenho dos atos inerentes ao cargo.

SEÇÃO V - DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 35 - A Assessoria Técnica, diretamente, subordinada à Secretaria Executiva terá a finalidade de prover o órgão do apoio técnico necessário à execução de suas atividades.

Art. 36 – Compõem a assessoria técnica, dois técnicos de nível superior da Secretaria de Educação, devidamente qualificados, designados pelo Secretário de Educação por indicação do Presidente do Conselho, para função gratificada na forma da legislação.

Art. 37 - Incumbe à assessoria técnica:

- I. Programar e executar atividades relativas ao assessoramento técnico e à organização de documentação para consulta dos Conselheiros;
- II. Realizar estudos e levantamentos de interesse do Conselho ;
- III. Prestar informações nos processos ou apresentar relatório quando solicitado;
- IV. Prestar assessoria ao Presidente, às Comissões e aos Conselheiros, no exercício de suas funções;
- V. Examinar as questões pedagógicas e jurídicas que lhe forem encaminhadas;
- VI. Estar presente às sessões plenárias, prestando esclarecimentos, quando solicitados;

- VII. Manter organizado o acervo de material para consulta ou estudo relacionado com os assuntos de interesse do Conselho.

SEÇÃO VI - DO APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 38- Os setores de apoio administrativo, sob a coordenação do Secretário Executivo, estão encarregados de oferecer suporte burocrático às atividades do Conselho.

Art. 39– O Setor de Apoio Administrativo se compõe de :

- I. Serviços gerais;
- II. Protocolo e arquivo.

Art. 40 - Ao setor de Serviços Gerais compete:

- I. Manter controle da utilização dos bens patrimoniais que estejam sob a responsabilidade do Conselho;
- II. Zelar pela manutenção dos móveis e equipamentos utilizados pelo Conselho;
- III. Exercer atividades relativas à datilografia, digitação e reprografia de documentos;
- IV. Responsabilizar-se pela guarda e utilização racional do material de consumo;
- V. Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Executivo.

Art. 41 – Ao setor de protocolo e arquivo compete:

- I. Receber, conferir, registrar, distribuir e arquivar os processos;
- II. Expedir, receber e arquivar a correspondência;
- III. Zelar pela organização e segurança do material arquivado;
- IV. Adotar medidas de controle visando a guarda e a utilização, por empréstimo, do material bibliográfico de propriedade do Conselho;
- V. Prestar informação sobre a tramitação de processos e outros documentos;
- VI. Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Executivo.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 – O Presidente do Conselho de Educação encaminhará anualmente ao órgão próprio, por intermédio da Secretaria de Educação, a proposta orçamentária para o exercício seguinte.

Art. 43 - Os órgãos técnicos da Secretaria de Educação prestarão ao Conselho as informações que lhes forem solicitadas pelos Conselheiros, pelo Presidente, ou em seu nome, pelo Secretário Executivo do Conselho.

Art. 44 – Os assuntos omissos neste Regimento, bem como as dúvidas na sua aplicação serão resolvidas pelo Plenário do Conselho.

Art. 45– O presente Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, entra em vigor depois de homologado por Decreto do Governador do Estado.

(*) *O presente Regimento foi aprovado pelo Decreto Governamental nº 10.661, de 22 de outubro de 2001 e publicado no Diário Oficial do Estado, Edição nº 209, de 30 de outubro de 2001, págs.2 ,3, 4 e 5.*

ANEXO 2

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 413/2002, de 31 de dezembro de 2002.

DOU de 2.1.2003

Define competências dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA e o MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Fazenda, o Distrito Federal e os Estados, resolvem:

Art. 1º Implementar o Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF com os objetivos de promover e institucionalizar a Educação Fiscal para o pleno exercício da cidadania, sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica do tributo, levar conhecimento ao cidadão sobre administração pública e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

Art. 2º A implementação do PNEF é de responsabilidade do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal – GEF.

Art. 3º O GEF é composto por um representante, em caráter efetivo e permanente, de cada um dos seguintes órgãos:

- I – Ministério da Educação;
- II – Escola de Administração Fazendária - ESAF;
- III – Secretaria da Receita Federal;
- IV – Secretaria do Tesouro Nacional;
- V – Secretaria de Fazenda de cada Estado e do Distrito Federal;
- VI – Secretaria de Educação de cada Estado e do Distrito Federal.

Art. 4º A Coordenação e a Secretaria-Executiva do PNEF e do GEF estão a cargo da ESAF, que deverá baixar os atos necessários à sua regulamentação.

Parágrafo único. Constitui órgão vinculado ao GEF o Grupo de Educação Fiscal nos Estados – GEFE, o Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal – GEFF e o Grupo de Educação Fiscal dos Municípios – GEFM, de acordo com o estabelecido nos artigos de 5º a 20.

Art. 5º O GEFE é composto, em cada Estado, por representantes de cada um dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria de Fazenda;
- II – Secretaria de Educação;
- III – demais órgãos envolvidos no desenvolvimento do PNEF nos Estados.

Art. 6º O GEFF é composto, na Secretaria da Receita Federal, pelos representantes:

- I – nacional;
- II – regionais, das dez regiões fiscais e/ou sub-regionais;
- III – dos demais órgãos envolvidos no desenvolvimento do PNEF.

Art. 7º O GEFM é composto, em cada Município, por representantes de cada um dos seguintes órgãos:

- I – Secretaria de Fazenda ou Finanças;
- II – Secretaria de Educação;
- III – demais órgãos envolvidos no desenvolvimento do PNEF no Município.

Art. 8º As deliberações do GEF e dos órgãos a ele vinculados são tomadas por meio da maioria de votos de seus representantes.

Art. 9º Compete ao Ministério da Educação:

- I - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;

- II - destinar recursos para a divulgação nacional e o desenvolvimento institucional (consultorias e assessoramento) do PNEF;
- III - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- IV - integrar e articular o PNEF às ações dos diversos programas desenvolvidos pelo MEC;
- V - inserir o tema Educação Fiscal nos Parâmetros Curriculares Nacionais;
- VI - incentivar as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios a tratar Educação Fiscal como temática a ser trabalhada nos currículos de educação básica e de educação de jovens e adultos;
- VII - propor medidas que garantam a reflexão sobre políticas tributária e fiscal no ensino superior, nas modalidades de graduação e pós-graduação;
- VIII - propor medidas objetivando o tratamento de Educação Fiscal como temática a ser trabalhada no ensino superior, nos currículos destinados à formação docente, em especial à formação pedagógica;
- IX - manter um representante permanente junto ao GEF;
- X - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de servidores e nos demais eventos realizados;
- XI - sensibilizar e propor medidas e ações que garantam o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e Municípios na implementação do PNEF.

Art. 10. Compete à ESAF:

- I - sediar o GEF e manter em sua estrutura uma gerência específica do Programa, provendo os recursos necessários ao seu funcionamento;
- II - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- III - atuar como integrador e articulador de experiências das esferas governamentais federal, estadual e municipal, assim como de entidades não-governamentais;
- IV - efetivar atividades do PNEF relativas a: organização de eventos, ações em esfera superior, articulações com os Governos Federal, Estaduais e Municipais visando a estimular o desenvolvimento do PNEF, a divulgação no país e no exterior e outras atividades inerentes à Coordenação Nacional do Programa;
- V - organizar e manter a memória do PNEF;
- VI - realizar parcerias de interesse do Programa;
- VII - elaborar e/ou produzir material de divulgação do Programa;
- VIII - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- IX - propor medidas que garantam a implementação do PNEF nos Estados;
- X - destinar recursos regulares à implementação do PNEF, no âmbito de sua atuação.
- XI - sediar as reuniões nacionais de trabalho e reuniões de subgrupos temáticos;
- XII - coordenar a capacitação dos membros do GEF, conforme pauta anual a ser definida pelo grupo;
- XIII - participar de eventos dos GEFs, GEFs e GEFMs;
- XIV - Representar juridicamente o PNEF, para fins de realização de parcerias, recebimento de doação de bens tangíveis ou intangíveis, assim como de outros negócios jurídicos não-onerosos, de interesse do PNEF e aprovados previamente pelo GEF;

Art.11. Compete à Secretaria da Receita Federal:

- I - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- II - institucionalizar e coordenar o Grupo de Educação Fiscal da Secretaria da Receita Federal – GEFF;
- III - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- IV - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;

- V - manter um representante permanente junto ao GEF;
- VI - indicar um representante para participar de cada um dos grupos GEFs e GEFMs, para o desenvolvimento de ações conjuntas, independentemente ou sem prejuízo das atividades próprias do Programa na SRF;
- VII - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- VIII - realizar a divulgação do PNEF;
- IX - realizar parcerias de interesse do Programa;
- X - subsidiar tecnicamente, quando solicitado, os grupos GEF, GEFE e GEFM na elaboração de material didático.

Art.12. Compete à Secretaria do Tesouro Nacional:

- I - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- II - auxiliar tecnicamente o GEF e os GEFs na elaboração de material didático referente ao orçamento e a gasto público;
- III - elaborar e disponibilizar documentos, estudos e relatórios, de fácil entendimento, sobre administração financeira;
- IV - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- V - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- VI - manter um representante permanente junto ao GEF;
- VII - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- VIII - realizar a divulgação do PNEF;

Art. 13. Compete à Secretaria de Fazenda dos Estados:

- I - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- II - institucionalizar e coordenar o Grupo de Educação Fiscal Estadual – GEFE;
- III - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- IV - subsidiar tecnicamente, quando solicitado, o GEF, o GEFF e o GEFM na elaboração de material didático;
- V - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- VI - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- VII - realizar a divulgação do PNEF;
- VIII - manter um representante permanente junto ao GEF;
- IX - realizar parcerias de interesse do Programa;
- X - indicar um representante para participar de cada um dos grupos GEFF e /ou suas projeções e GEFMs, para o desenvolvimento de ações conjuntas, independentemente ou sem prejuízo das atividades próprias do Programa no Estado.

Art. 14. Compete à Secretaria de Educação dos Estados:

- I - subsidiar pedagogicamente, quando solicitado, os grupos GEF, GEFE, GEFF e GEFM na elaboração de material didático;
- II - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- III - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- IV - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- V - incluir a Educação Fiscal nos seus programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;

- VI - realizar a divulgação do PNEF;
- VII - manter um representante permanente junto ao GEF;
- VIII – manter representantes permanentes junto ao GEFE de cada Estado;
- IX - indicar um representante para participar de cada um dos grupos GEFFs e /ou suas projeções e GEFMs, para o desenvolvimento de ações conjuntas, independentemente ou sem prejuízo das atividades próprias do Programa no Estado;
- X - realizar parcerias de interesse do Programa;
- XI - fornecer dados referentes ao censo escolar, solicitados pela coordenação do PNEF.

Art. 15. Compete à Secretaria de Fazenda ou Finanças dos Municípios:

- I - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- II - institucionalizar e coordenar o Grupo de Educação Fiscal Municipal – GEFM;
- III - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- IV - subsidiar tecnicamente, quando solicitado, os grupos GEF, GEFE e GEFF na elaboração de material didático;
- V - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- VI - incluir a Educação Fiscal nos programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- VII - realizar a divulgação do PNEF;
- VIII - realizar parcerias de interesse do Programa.

Art. 16. Compete à Secretaria de Educação dos Municípios:

- I - subsidiar pedagogicamente, quando solicitado, os grupos GEF, GEFE e GEFF na elaboração de material didático;
- II - sensibilizar e envolver os seus servidores na implementação do PNEF;
- III - baixar os atos necessários e garantir os recursos, no âmbito de sua atuação, destinados à implementação do PNEF;
- IV - disponibilizar técnicos para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais diversos e outras ações necessárias à implementação do PNEF;
- V - incluir a Educação Fiscal nos seus programas de capacitação e formação de seus servidores e nos demais eventos realizados;
- VI - realizar a divulgação do PNEF;
- VII - realizar parcerias de interesse do Programa;
- VIII -fornecer dados referentes ao censo escolar, solicitados pela coordenação do PNEF.

Art. 17. Compete ao GEF:

- I - definir a política do PNEF (missão, objetivos, valores, diretrizes e condução estratégica);
- II - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações do PNEF;
- III - manter sistemática de monitoramento e avaliação da implementação do PNEF;
- IV - prestar as informações solicitadas pela Coordenação Nacional do Programa;
- V - definir alocação de recursos recebidos para o PNEF;
- VI - acompanhar e validar as ações dos GEFEs, GEFF e suas projeções e GEFMs;
- VII - realizar a divulgação do PNEF em âmbito nacional;
- VIII - definir política própria de funcionamento do GEF: missão, valores, diretrizes do grupo, bem como modelo de atuação;
- IX - atuar como integrador e articulador de experiências das esferas federal, estadual e municipal no âmbito governamental e não-governamental;
- X - manter atualizado o documento do Programa Nacional de Educação Fiscal;
- XI - desautorizar ações e material institucional incompatível com os objetivos e diretrizes do PNEF.

Art. 18. Compete ao GEFE:

- I - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no Estado;
- II - elaborar e desenvolver os projetos estaduais;
- III - buscar fontes de financiamento;
- IV - buscar o apoio de outras organizações recomendáveis à implementação do PNEF;
- V - propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu Estado;
- VI - fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela Coordenação Nacional;
- VII - documentar, organizar e manter a memória do Programa no Estado, no âmbito de sua atuação;
- VIII - implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
- IX - manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF no âmbito estadual;
- X - desenvolver projetos de integração estadual no PNEF;
- XI - estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
- XII - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
- XIII - sugerir às Secretarias de Fazenda e de Educação Estaduais fontes alternativas de financiamento para o Programa, subsidiando-as com informações;
- XIV - elaborar e produzir material de divulgação local;
- XV - prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do Programa;
- XVI - montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF.

Art. 19. Compete ao GEFF:

- I - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no âmbito de sua atuação;
- II - elaborar e desenvolver os projetos nacionais, regionais e sub-regionais;
- III - buscar fontes de financiamento;
- IV - buscar o apoio de outras organizações recomendáveis à implementação do PNEF;
- V - propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu âmbito de atuação;
- VI - fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela Coordenação Nacional;
- VII - documentar, organizar e manter a memória do Programa, no âmbito de sua atuação;
- VIII - implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
- IX - manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF no âmbito de sua atuação;
- X - desenvolver projetos de integração regional e sub-regional no PNEF;
- XI - estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
- XII - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
- XIII - sugerir à Secretaria da Receita Federal fontes alternativas de financiamento para o Programa, subsidiando-a com informações;
- XIV - elaborar e produzir material de divulgação local;
- XV - prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do Programa;
- XVI - montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF.

Art. 20. Compete ao GEFM:

- I - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no Município;

- II - elaborar e desenvolver os projetos municipais;
 - III - buscar fontes de financiamento;
 - IV - buscar o apoio de outras organizações recomendáveis à implementação do PNEF;
 - V - propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF em seu município;
 - VI - fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela Coordenação Nacional;
 - VII - documentar, organizar e manter a memória do Programa no Município, no âmbito de sua atuação;
 - VIII - implementar as ações decorrentes de decisões do GEF;
 - IX - manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF no âmbito municipal;
 - X - desenvolver projetos de integração estadual, regional e inter-regional no PNEF;
 - XI - estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dos Municípios, subsidiando tecnicamente e socializando experiências bem-sucedidas;
 - XII - manter permanente contato com o Conselho Municipal de Educação, estimulando a inserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
 - XIII - sugerir às Secretarias Municipais de Fazenda ou Finanças e de Educação fontes alternativas de financiamento para o Programa, subsidiando-as com informações;
 - XIV - elaborar e produzir material de divulgação local;
 - XV - prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementação do Programa;
 - XVI - montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores envolvidos no PNEF;
- Art. 21.** As disposições referentes aos Estados e às Secretarias de Fazenda aplicam-se respectivamente:
- I – ao Distrito Federal;
 - II – às Secretarias de Finanças, Receitas ou Tributação.
- Art. 22.** Ficam revogadas as disposições em contrário.
- Art. 23.** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO SAMPAIO MALAN
Ministro de Estado da Fazenda